

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CÂMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

KARINE GONÇALVES

**A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE O ENSINO
DE LÍNGUA PORTUGUESA (2º GRAU) NO ESTADO DE SÃO PAULO:
1976/1996**

**MARÍLIA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CÂMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

KARINE GONÇALVES

**A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE O ENSINO
DE LÍNGUA PORTUGUESA (2º GRAU) NO ESTADO DE SÃO PAULO:
1976/1996**

DISSERTAÇÃO de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti.

**MARÍLIA
2022**

G635e	Gonçalves, Karine A elaboração de documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo : 1976/1996 / Karine Gonçalves. -- Marília, 2022 198 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Maria do Rosario Longo Mortatti 1. Documentos oficiais. 2. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. 3. Ensino de Língua Portuguesa. 4. História da Educação. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

KARINE GONÇALVES

**A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE O ENSINO
DE LÍNGUA PORTUGUESA (2º GRAU) NO ESTADO DE SÃO PAULO:
1976/1996**

DISSERTAÇÃO de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti.

Comissão avaliadora

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília

2ª Examinadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília

3º Examinador: Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – UNIFESP – Guarulhos

Marília, 03 de março de 2022.

Dedico:
ao meu tio João Marcos Gonçalves (*in memoriam*);
ao meu amigo Wilson Roberto Fiorin (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Apesar de ter sido escrita “a uma só mão”, esta dissertação não teria saído dos meus mais profundos desejos se não fossem as contribuições de algumas pessoas. Por isso, não pouparei palavras e linhas para agradecer:

Da academia,

À minha orientadora, peça-chave desta dissertação e de toda a minha vida acadêmica, Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti; por ter me apresentado o tema de estudo em 2017, confiando a mim uma preciosa vaga em seu seletivo grupo de orientandos e também uma chave da sua preciosa sala 50; por me inspirar enquanto ser humano, mulher, pesquisadora, poeta e muito mais;

Aos professores Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira e Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba, por terem aceitado o convite para serem membros titulares da banca avaliadora e por toda a contribuição com a pesquisa desde as apresentações feitas por mim nas reuniões do GPHEELLB e especialmente no Seminário de Pesquisa no primeiro ano do mestrado; a

Franciele Ruiz Pasquim e Agnes Iara Domingos Moraes, membros suplentes de banca, também por terem aceitado o convite e por todo apoio e incentivo desde o meu ingresso no grupo de pesquisa;

À CAPES/PROEX, pela concessão da bolsa de pesquisa durante os 24 meses de curso, sem a qual não teria sido possível o desenvolvimento desta dissertação, a compra de livros e a participação e publicação de textos resultantes da pesquisa em eventos nacionais e internacionais;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC/UNESP/Marília-SP, em especial a todos os professores que se desafiaram no período de pandemia e que lutaram posicionando-se contra o ensino remoto desde o início; por não terem desistido e por se esforçarem para ministrar aulas de qualidade nas condições mais adversas possíveis;

Aos meus parceiros de GPHEELLB, em especial, Amanda, Guilherme, Heloisa e Josiane, pela troca contínua de experiências, ideias, textos e anseios;

À Tatiana, também parceira de GPHEELLB, de disciplina, de texto para evento, de grupo de estudos, de orientação, de Conselho do PPGE, de grupos de whatsapp (são 18!).

Você me trouxe esperança nos meus dias mais sombrios da pós-graduação, desde o primeiro ano, no começo da pandemia; no meio do caminho, quando tive que mudar todos os meus planos; e também ao final, quando angustiava durante a escrita do texto. Você me

trouxe o fôlego quando ele me faltou; me trouxe o foco quando ele me deixava; me trouxe o sonho quando já não sonhava mais. A você, serei eternamente grata por toda a parceria!

Aos meus colegas da escola SESI de Garça-SP, em especial: professores Alexandre e Eda, pela parceria cotidiana nos cafés, nos finais de semana de robótica, nas pedaladas, nos lanches, nas idas e vindas e tudo mais; à Heloisa, aluna-amiga, por toda parceria e apoio; e ao Paulo, grandioso coordenador e amigo, por todo apoio e confiança desde o meu ingresso na escola e pela compreensão a respeito de minhas ausências durante a escrita deste texto.

Ao meu amigo Gabriel a quem carinhosamente chamo de “Gabs”, por toda a troca de amor, afeto, drink’s, ideias, esperanças e desesperanças; por me motivar a buscar sempre a melhor versão de mim mesma e por me ajudar a me (re)encontrar; também à Lucilene pelo incentivo de sempre;

Às minhas amigas Francine, Jaqueline e Regiane, pela amizade, pura e sem julgamentos, simplesmente assim;

À Mariane Gomes, minha Mestra, pelos empurrõezinhos necessários à base de gin, tônica e energético;

À minha avó, meus pais, irmã e cunhado, por toda a paciência que tiveram e que têm comigo durante os meus momentos de crise e por me apoiarem a seguir em busca dos meus sonhos.

Ao meu namorado Caio, por ser um grande incentivador e apoiador dos meus sonhos e por ansiar crescer junto comigo; pela paciência nos meus momentos de angústia e de crises, por visualizar sempre algo positivo no final do percurso; e, principalmente, por ter dito para que eu fizesse um backup da pasta do Mestrado antes de viajar; caso contrário, teria perdido tudo o que fiz em dois anos de pesquisa e esta defesa não teria sido possível.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.¹

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

GONÇALVES, Karine. *A elaboração de documentos oficiais sobre o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo: 1976/1996*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. 196p.

Resumo

Nesta dissertação, apresentam-se os resultados finais de pesquisa de Mestrado em Educação vinculada ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHEELLB), liderado pela Profª. Drª. Maria do Rosario Longo Mortatti e vice liderado pela Profª. Drª. Rosa Fatima de Souza Chaloba. Com o objetivo de contribuir para a produção da história e para a preservação da memória do Ensino de Língua Portuguesa (L.P.) no Estado de São Paulo, além de subsidiar pesquisas correlatas, focalizam-se aspectos ainda inexplorados a respeito da elaboração de documentos oficiais voltados ao então ensino de 2º Grau por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), especialmente no que diz respeito à concepção de ensino de L.P. presente nesses documentos e ao papel que esse órgão assumiu naquele momento histórico nos debates sobre o currículo e sobre a concepção de professor. Para tanto, focalizam-se os documentos oficiais produzidos pela CENP relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau além de leis e decretos publicados no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) entre os anos de 1976 (ano em que passou a constar no organograma da Secretaria a criação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP) e 1996 (ano de publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96). Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, com a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião e seleção dos documentos oficiais sobre esse ensino e das leis e dos decretos relativos à reorganização da Secretaria da Educação, à criação da CENP e à elaboração de documentos oficiais para a Educação, foram elaborados dois instrumentos de pesquisa: *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994*, no qual se encontram reunidas 66 referências de textos sobre esse ensino naquele período; e *A criação das Coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976-2019)*: um instrumento de pesquisa, no qual se encontram reunidas 55 referências de leis e decretos. Apesar de analisar o conjunto dos dois instrumentos de pesquisa ao longo da dissertação, foram selecionados para análise mais aprofundada dois documentos denominados *Subsídios à Proposta Curricular* (volume I – reflexões preliminares e volume III – coletânea de textos), retirados do primeiro instrumento; e o decreto principal que trata da criação da CENP – Decreto nº 7.510, de 29 de janeiro de 1976, retirado do segundo instrumento de pesquisa. Por meio do método de análise da configuração textual (MORTATTI, 2000) dos documentos e do decreto selecionado, foi possível constatar, ainda que superficialmente, que a CENP ocupou um importante papel no que diz respeito à elaboração desses documentos naquele período, especialmente com relação à concepção de ensino de L.P. presente naquele momento histórico e que se faz presente em alguns documentos relativos a esse ensino até os dias atuais. A forma de organização e de elaboração dos documentos naquele momento foi ímpar, tendo se caracterizado por um amplo debate com professores da educação básica (de forma mais ampla e efetiva no então ensino de 2º Grau) e pela relação que se estabeleceu com as universidades públicas nos debates sobre o currículo. Além disso, a partir da análise do segundo instrumento de pesquisa, constatou-se que houve mudanças significativas referentes às atribuições das coordenadorias responsáveis pela elaboração de documentos oficiais ao longo dos anos, de modo que a CENP apresentava maior estrutura e autonomia na elaboração de documentos e que proporcionava maior envolvimento da comunidade escolar no âmbito

das discussões na Secretaria da Educação, o que afetava diretamente as discussões relativas ao ensino de Língua Portuguesa no período mencionado. Tal constatação sustenta a pertinência e relevância da pesquisa, bem como a necessária continuidade a fim de aprofundar as reflexões aqui suscitadas.

Palavras-chave: Documentos Oficiais. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Ensino de Língua Portuguesa. História da Educação.

GONÇALVES, Karine. *A elaboração de documentos oficiais sobre o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo: 1976/1996*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. 196p.

Abstract

In this dissertation, we present the final results of a Master's in Education research linked to the Research Group “History of Education and Language and Literature Teaching in Brazil” (GPHEELLB), led by Prof. Dr. Maria do Rosario Longo Mortatti and vice led by Prof. Dr. Rosa Fatima de Souza Chaloba. With the objective of contributing to the production of history and the preservation of the memory of Portuguese Language Teaching (LP) in the State of São Paulo, in addition to subsidizing related research, we focus on aspects still unexplored regarding the elaboration of official documents aimed at to the then high school education through the Coordination of Studies and Pedagogical Norms (CENP), especially with regard to the conception of PL teaching present in these documents and the role that this body assumed at that historical moment in the debates about the curriculum and about the teacher's conception. To this end, we focus on the official documents produced by CENP related to the teaching of Portuguese language for the 2nd grade, as well as laws and decrees published in the Official Gazette of the Legislative Assembly of the State of São Paulo (ALESP) between 1976 (year in the creation of the Coordination of Studies and Pedagogical Norms - CENP) and 1996 (year of publication of the Law of Directives and Bases of Education - LDB 9.394/96) was included in the organizational chart of the Secretariat. Through a historical approach, centered on documentary and bibliographic research, using the procedures for locating, retrieving, gathering and selecting official documents on this teaching and the laws and decrees related to the reorganization of the Education Department, the creation of CENP and the preparation of official documents for Education, two research instruments were prepared: Official documents for teaching Portuguese (2nd Grade) in the State of São Paulo – 1978/1994, in which 66 references of texts about this teaching in that time course; and The creation of Coordinations within the scope of the São Paulo State Department of Education (1976-2019): a research instrument, in which 55 references of laws and decrees are gathered. Despite analyzing the set of the two research instruments throughout the dissertation, two documents called Subsidies to the Curricular Proposal (volume I – preliminary reflections and volume III – collection of texts) were selected for further analysis, taken from the first instrument; and the main decree that deals with the creation of CENP – Decree nº 7.510, of January 29, 1976, taken from the second research instrument. Through the method of analysis of the textual configuration (MORTATTI, 2000) of the documents and the selected decree, it was possible to verify, even if superficially, that CENP played an important role with regard to the elaboration of these documents in that period, especially with regard to to the conception of LP teaching present at that historical moment and which is present in some documents related to this teaching until the present day. The form of organization and elaboration of documents at that time was unique, having been characterized by a broad debate with teachers of basic education (in a broader and more effective way in the then high school teaching) and by the relationship that was established with public universities in debates about the curriculum. In addition, from the analysis of the second research instrument, it was found that there were significant changes regarding the attributions of the coordinators responsible for the preparation of official documents over the years, so that CENP had greater structure and autonomy in the preparation of documents and which provided greater involvement of the school community within the scope of the

discussions at the Secretary of Education, which directly affected the discussions related to the teaching of Portuguese in the mentioned period. This finding supports the pertinence and relevance of the research, as well as the necessary continuity in order to deepen the reflections raised here.

Key-words: Official documents. Secretary of State for Education of São Paulo. Portuguese Language Teaching. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa do documento “Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau” – volume I, Reflexões preliminares	86
FIGURA 2 – Capa da quarta edição do livro “O texto na sala de aula”, de João Wanderley Geraldi (2006).....	88
FIGURA 3 – Capa do documento “Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau” – volume III, Coletânea de Textos.....	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Pessoas que participaram na condição de *autores* dos documentos e/ou de textos relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau (1976/1994) 49

QUADRO 2 – Quadro 2 - Pessoas que participaram na condição de *coordenadores, organizadores, elaboradores, professores, responsáveis e/ou consultores* dos documentos relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau (1976/1994)..... 58

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
CIC	Congresso de Iniciação Científica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPED	Coordenadoria Pedagógica
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FDE	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
IEL	Instituto de Estudos Linguísticos
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROCAD	Programa de Cooperação Acadêmica
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
SEE/SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação	15
Introdução	30
Capítulo 1 - Os documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no 1º e 2º Grau (1976-1994)	43
1.1 Aspectos relativos aos autores, à produção, ao público previsto e ao momento histórico de circulação dos documentos	44
1.2 A especificidade dos documentos relativos ao ensino do 2º Grau: análise do instrumento de pesquisa.....	47
1.3 A autoria institucional dos documentos: o caso da CENP e da FDE.....	65
Capítulo 2 – Especificidades da CENP na elaboração de documentos oficiais.....	68
2.1 A reforma curricular da década de 1970.....	69
2.2 O contexto político e educacional das décadas de 1980 e 1990	70
2.3 Funcionamento e estrutura da CENP e o processo de elaboração de documentos.....	72
2.3.1 Leis e decretos sobre a CENP.....	73
2.3.2 A participação de professores na elaboração dos documentos	76
2.4 A CENP e as coordenadorias subsequentes.....	77
Capítulo 3 – Concepções teóricas presentes nos documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau): o caso dos <i>Subsídios à Proposta Curricular</i>	80
3.1 Sobre o currículo e o ensino de Língua Portuguesa.....	81
3.2 Sobre o perfil do professor	89
Considerações Finais	92
Referências	95
Instituições, acervos e sites consultados	103
Apêndices	
Apêndice A – Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994: um instrumento de pesquisa	104
Apêndice B - A criação das Coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976-2019): um instrumento de pesquisa	129
Apêndice C - Menções às Coordenadorias (CENP, CGEB E COPED) em Leis e Decretos no site da ALESP (1976/2019).....	142

Quando isso tudo passar por nós
Não tenha medo de nada
Seremos porto seguro
E tudo que tarda não falha
Quando isso tudo passar por nós
Trazendo silêncio, ciladas
Pequenos lugares escuros
No decorrer da jornada
Quando absurdos tomarem voz
Não tenha medo de nada
Seremos gritos e cantos tantos, labareda alvorada
Quando esse surto hostil atroz
Se desmanchar nos pensares
Seremos seres possíveis
Apesar dos pesares
Nossa força em convergência
Alma aflora resistência
Contra fúria, coerência
Venha o que vier... não nos deterá!

“Almaflor” - O Teatro Mágico

APRESENTAÇÃO

No meio do caminho havia uma pandemia...

- Professora, tá chegando o dia que vai acabar o coronavírus?

- Ah, essa pergunta eu não vou saber te responder.

- Mas você é professora! Você sabe de tudo!

[...]

- Deixa pra lá. Eu já sei. Vai acabar depois de amanhã.

(Diálogo entre a professora e uma aluna do 2º ano do Ensino Fundamental, maio/2021).

Em nove de março de 2020, tornei-me oficialmente aluna do curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília-SP. Ainda que minha experiência como aluna no programa tenha se iniciado alguns meses antes¹, foi apenas a partir desse período que passei a desenvolver atividades de estudo e pesquisa na condição de aluna regular.

Como qualquer outro aluno ingressante, iniciei o semestre letivo ansiosa para frequentar as disciplinas, grupos de pesquisa, grupos de estudos, eventos e demais atividades acadêmicas e culturais que são desenvolvidas no campus. Por ter sido contemplada com bolsa de pesquisa pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde o início do curso², conseguiria aproveitar todas as atividades curriculares e extracurriculares da melhor forma possível e com dedicação exclusiva.

Além disso, por estar vinculada à linha “Filosofia e História da Educação no Brasil” e por desenvolver pesquisa mediante abordagem história, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, uma das atividades que mais ansiava por realizar desde o início do curso era a de consulta a acervos e bibliotecas, tanto em nível local (disponíveis na própria faculdade ou no município) como em nível estadual, nacional e até internacional. Meu objetivo era iniciar essa atividade já no primeiro semestre letivo, tendo em vista que se trata de uma atividade basilar para elaboração do instrumento de pesquisa, do qual decorre o projeto de pesquisa e, consequentemente, a dissertação.

¹Na condição de aluna especial, tive a oportunidade cursar duas disciplinas no segundo semestre letivo do ano de 2019: “Tópicos especiais em História da Educação no Brasil”, ministrada pela Profª. Drª. Maria do Rosario Longo Mortatti e pela Profª. Drª. Rosa Fatima de Souza Chaloba; e “Trajetória História das Ciências Humanas”, ministrada pelo Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho. Concluí as duas disciplinas com êxito, tendo obtido conceito “A” em ambas. Sem dúvidas a participação nessas disciplinas enquanto aluna especial me auxiliaram a compreender o funcionamento e o andamento das aulas da pós-graduação, tendo em vista que seguem um ritmo diverso daquele vivenciado na graduação.

² Vigência de 01/03/2020 a 28/02/2022.

Conciliaria essas atividades com a participação em disciplinas, cujos créditos obrigatórios devem ser cumpridos até o Exame Geral de Qualificação. Matriculei-me, portanto, já no primeiro semestre de 2020, em duas disciplinas no programa³. Tais disciplinas seriam ofertadas de forma presencial no campus, ambas com início previsto para o mês de Março.

Já no início do mês de março de 2020, porém, começavam a circular as notícias de disseminação no novo Coronavírus (COVID-19) no país. Tendo tido os primeiros casos confirmados na China em dezembro de 2019, foi apenas em 26 de fevereiro de 2020 que se confirmou o primeiro caso no Brasil. O segundo caso foi confirmado no dia 27 de fevereiro do mesmo ano, quando o país passou a contar com 132 casos suspeitos. Ao redor do mundo, com o passar dos dias, a situação se agravava de modo alarmante. Isso fez com que a Organização Mundial da Saúde declarasse pandemia de coronavírus no dia 11 de março de 2020. (SANAR, 2021).

Desde então, diversas medidas de prevenção da disseminação do COVID-19 passaram a ser adotadas por diferentes instituições ao redor do país.⁴ A direção da FFC encaminhou um e-mail comunicando a suspensão, “[...] a partir de segunda-feira, 16 de março de 2020, [d]as aulas da graduação e da pós-graduação, bem como o funcionamento do Restaurante Universitário (RU), Biblioteca e algumas atividades de extensão.”. O comunicado também dizia que “[a] situação será avaliada continuamente e a data de retorno das aulas presenciais será anunciada oportunamente.”. (FFC, 2020, grifos meus). Tal retorno, entretanto, não aconteceu até o momento da escrita deste texto.⁵

O início das aulas das disciplinas que deveriam ter tido início em março de 2020 foi prorrogado para o mês de abril e as disciplinas passaram a ser oferecidas de forma remota (*on-line*). Além das aulas, todas as demais atividades acadêmicas e científicas passaram a ocorrer nesse novo formato. Desde então, alunos e professores tiveram que se reinventar para enfrentar o desafio de seguir com o calendário de aulas e demais prazos e compromissos do programa nesse novo formato à distância.

Em que pesem todas as dificuldades em relação à familiarização e utilização das ferramentas e aplicativos disponíveis *on-line* para a realização e publicação das aulas, penso

³ Disciplina “Coleta de Dados por Meio de Entrevistas e Diálogos”, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo José Manzini; e disciplina “Escola: perspectivas teórico-metodológicas em análise”, ministrada pela Profª. Drª Graziela ZambãoAbdian.

⁴Em 22 de março de 2020, por exemplo, foi publicado no Diário Oficial o decreto nº 64.881, que decretou “[...] quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus).” (SÃO PAULO, 2020, p.1).

⁵Ainda que a faculdade tenha se posicionado terminantemente contrária às aulas não presenciais desde o início da pandemia, a gravidade da situação não permitiu que esse retorno acontecesse até o presente momento.

que o principal desafio enfrentado nesse período se deu no sentido de lidar com o isolamento social. Na medida em que as pessoas tiveram que se isolar em suas casas, fizeram dos seus computadores os seus únicos parceiros de estudo e pesquisa de forma concreta. Assim, o único contato possível foi o das mãos do pesquisador com o seu teclado e *mouse*.

Considero que cursar todas as disciplinas obrigatórias de forma remota não foi uma tarefa fácil. Apesar da facilidade relativa a não necessidade de deslocamento dos alunos até o campus, o que pode atrair mais alunos especiais de outros programas, instituições, cidades e estados, sem dúvida alguma muito se perde com aulas realizadas nesse formato. Nenhuma máquina é capaz de suprir a riqueza das relações estabelecidas em sala de aula entre professor e aluno e entre os próprios alunos.

Ainda que eu tenha tido a oportunidade de participar de diversos eventos, palestras e debates nacionais e internacionais de forma *on-line*,⁶ considero que o aproveitamento dessas atividades não foi o mesmo de que se tivessem sido realizados de forma presencial. A riqueza das viagens, do olho no olho, das conversas nos corredores e dos contatos ali estabelecidos... tudo isso acabou se perdendo nesse período.

Há que se considerar, também, os efeitos nocivos causados pela exposição contínua do pesquisador e do professor frente à tela do computador. Diante dessa nova realidade, professores e estudantes tiveram que passar horas a fio frente às telas, muitas vezes de forma ininterrupta. Diferente do que se pode imaginar ao se pensar em trabalho remoto, a carga horária de trabalho aumentou de forma considerável: na medida em que o trabalho/estudo passa a integrar as residências, já não se consegue separar o tempo de trabalho do tempo para o cumprimento dos afazeres e tarefas domésticas. A vida pública se misturou com a vida privada de modo que não se faz mais distinção entre uma e outra.

Além disso, nesse período, diversas pesquisas passaram a ser divulgadas tratando justamente da problemática da exposição excessiva frente às telas. Gomez (2020, p.1) aponta que “[...] problemas posturais que causam incômodos físicos são um dos primeiros indicativos de que chegou a hora de reduzir a exposição. Dores de cabeça, desconforto nos olhos e dificuldade para dormir são outros sintomas físicos comuns.”. Ela menciona também que “[...]”

⁶Em um mesmo dia, por exemplo, com diferença de poucas horas, pude participar, na condição de ouvinte, de diferentes eventos em diferentes estados, como no “Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte”, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN); e no “XX Fórum de Análise de Conjuntura - A conjuntura latino-americana: instabilidade e resistência”, oferecido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Tais participações não teriam sido possível caso os eventos tivessem acontecido no formato presencial.

o uso exagerado dos dispositivos pode aumentar a ansiedade e favorecer o desenvolvimento ou a progressão de transtornos mentais.” (GOMEZ, 2020, p.1).

Durante a realização do mestrado, senti-me extremamente afetada por esse contexto de isolamento social e de exposição excessiva frente às telas. Os primeiros meses foram os mais difíceis, pois precisei me reorganizar quanto aos horários de estudo e quanto ao espaço que utilizaria para desenvolver as atividades de forma remota.⁷

Também me senti extremamente ansiosa na maior parte do tempo, o que afetou de forma considerável a minha concentração nos estudos. A princípio, nunca tive problemas quanto a permanecer em uma sala de aula por quatro horas seguidas, por exemplo, sem perder a atenção e o foco. Nesse novo formato, porém, por diversas vezes me peguei divagando e completamente desatenta quanto ao que estava sendo trabalhado nas aulas. Na medida em que me via frente à tela, diante apenas de algumas letras e fotos, sentia-me extremamente desmotivada.

Também enfrentei dificuldades quanto à escrita dos trabalhos e textos para as disciplinas, de modo que somente o fato de pensar em sentar em frente ao computador para escrever já me gerava ansiedade.⁸ Infelizmente, essa não foi uma condição individual que afetou apenas a mim. Durante os meses de isolamento, mantive o contato com alguns colegas da pós-graduação e também com colegas de cursos da graduação que me relataram enfrentar as mesmas dificuldades.⁹

Outro fator que me gerou alguns picos de ansiedade, por exemplo, foi o fato de ver pelas redes sociais o excessivo número de colegas da academia que conseguiram dobrar a sua produção nesse período de pandemia. Nesse período, portanto, pude observar dois extremos: enquanto alguns conseguiram direcionar as suas energias para dobrar a sua produção durante o trabalho remoto, outros sequer conseguiam sentar para escrever um parágrafo. As comparações acabavam sendo inevitáveis e, nesse contexto, o quadro de ansiedade se agravava ainda mais.

Além dos problemas mencionados, enfrentei outro relacionado especificamente ao desenvolvimento do meu projeto de pesquisa. Desde o pré-projeto encaminhado no processo

⁷ Na casa de meus pais, nunca tive um espaço apropriado para os estudos, especialmente por dividir o quarto com a minha irmã desde pequena. Durante a graduação, por exemplo, passei a maior parte do tempo na biblioteca da faculdade e na sala da minha orientadora. No mestrado, o objetivo era o de também desenvolver as atividades de estudo e pesquisa no campus, o que não foi possível de ser realizado. Por esse motivo, acabei me reorganizando e me mudando de casa com o objetivo de ter mais espaço e privacidade para dar continuidade nos estudos e na pesquisa. Também precisei contratar novo plano de internet, pois o que tinha não estava suprimindo a carga elevada de atividades *on-line*. Além de me afetar emocionalmente, tais mudanças impactaram consideravelmente a minha organização financeira.

⁸ A OMS cunhou o termo “fadiga pandêmica” para designar os problemas emocionais causados pelo isolamento social, como a ansiedade, depressão e cansaço sem motivo aparente.

⁹ A ideia da escrita deste relato, por exemplo, surgiu de uma conversa com a minha colega da pós-graduação, Tatiana Ranzani Maurano, aluna do curso de doutorado da FFC.

seletivo para o ingresso no programa, manifestei o meu interesse em fazer a coleta de dados por meio da realização de entrevistas com alguns sujeitos que participaram ativamente no processo de elaboração dos documentos oficiais que tomaria como objeto de análise na dissertação. Tais entrevistas seriam tomadas como fonte para análise e seriam fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

Mediante o contexto pandêmico, porém, essas entrevistas foram inviabilizadas. Ainda que houvesse a possibilidade de fazê-las no formato *on-line*, optei por não realizá-las (com a anuência de minha orientadora), pois, para que pudessem acontecer, muitas barreiras deveriam ser enfrentadas tanto por mim como pelos sujeitos da pesquisa, como a do desgaste por permanecer frente à tela do computador por um longo período de tempo para a coleta dos dados.

Além disso, há que se considerar que muito se perde em relação ao conteúdo dessas entrevistas quando não são realizadas de forma presencial. Já na definição de entrevistas, Manzini (2006, p.370-371) concebe a entrevista como:

[...] um processo de interação social, verbal e não-verbal, que ocorre *face a face*, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. (grifos meus).

Na própria definição, vê-se o destaque dado à interação feita face a face, ou seja, à importância da interação entre entrevistador e entrevistado, o que é extremamente difícil de ser concretizado em uma entrevista *on-line*. Além da instabilidade relativa à internet, há também o fato de nem todas as pessoas possuírem câmeras, microfones, local apropriado para o posicionamento mais adequado do computador ou celular de forma a ficar o mais confortável possível e de forma a captar o áudio com melhor precisão para a posterior transcrição.

Tratando especialmente de pesquisas desenvolvidas mediante a abordagem da história oral – como era a minha intenção –, Portelli (2016, p.10) aponta que:

[...] questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimento específicos, adequados à sua natureza e forma particulares. Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção.”. (grifos do autor).

Vê-se, por meio do excerto, a importância que é dada à interação entre os sujeitos no processo de entrevista, especialmente ao se trabalhar com entrevistas não estruturadas¹⁰ - o que seria mais indicado no caso no meu projeto, uma vez que iria lidar com memórias e estas vão sendo resgatadas na medida em que o sujeito começa a falar sobre determinado assunto.

Há que se considerar, ainda, o fato de não ser perceptível, na maioria dos casos, a visualização dos gestos e do não dito pelos entrevistados. Uma vez que a história oral deve ser construída, de forma que a narrativa deve ser tomada como um relato de experiência do depoente, e não como mera informação, tal ato deve envolver certa sensibilização por parte do entrevistador. Ao tratar de histórias de vida, por exemplo, que podem envolver “memórias subterrâneas” ou traumáticas, a visualização dos gestos e movimentos – o olho no olho - é parte fundamental do processo. Os “silêncios” têm tanta importância quanto àquilo que é dito. (POLLAK, 1989).

Torna-se evidente, portanto, o quanto se perderia ao se tentar realizar as entrevistas pretendidas no formato *on-line*. Além disso, há que se considerar o tempo de espera que deveria me submeter caso fosse de fato fazer as entrevistas. Como se sabe, é necessário encaminhar o projeto para a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o que geralmente leva alguns meses. A incerteza da realização ou não dessas entrevistas no formato presencial se aliou à necessidade do tempo de espera quanto à aprovação do projeto no Comitê e isso fez com que eu desistisse de vez de realizá-las.

Em que pese toda essa frustração, considero importante mencionar ainda a impossibilidade de ter consultado acervos para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. Por se tratar de uma pesquisa histórica, é comum a visita e consulta a diferentes acervos, tanto locais (como o da faculdade e do grupo de pesquisa), como outros do município e em outras cidades do estado e do país. Essa atividade é fundamental para a elaboração do instrumento de pesquisa e complementação da pesquisa bibliográfica. Se para pesquisas relativas a outras temáticas essa já é uma atividade fundamental, para as pesquisas históricas é ainda mais.¹¹

¹⁰ Apesar de ter visto na disciplina mencionada anteriormente que foi oferecida pelo Prof. Eduardo Manzini a respeito da importância de se elaborar um roteiro para a coleta de dados, é importante ressaltar que o roteiro pode servir apenas para dar um direcionamento na condução da entrevista, de modo que ele pode ser aberto e suscetível a alterações e complementações no decorrer do diálogo. Para a elaboração do texto final dessa disciplina, por exemplo, onde tive que fazer uma entrevista com uma professora que tivesse conhecimento do meu tema de pesquisa, durante a condução do diálogo e mediante as falas da entrevistada, senti a necessidade de acrescentar algumas perguntas e de retirar outras na medida em que notava, diante das falas dela, a contemplação das temáticas que viria a tratar depois.

¹¹ Antes de ingressar efetivamente no programa, por exemplo, sempre acompanhei (à distância) meus colegas de grupo em viagens para consulta a acervos, tendo contato com obras raras e de grande relevância para a temática e

Tive a sorte e o privilégio de ter conseguido retirar alguns livros do acervo físico do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” - GPHEELLB¹² no mês de abril de 2020, mediante uma solicitação formal que fiz à minha orientadora e ao setor de vigilância da FFC. Após esse período, não consegui mais retirar e nem devolver os livros que havia retirado. A biblioteca da FFC também fechou, assim como todas as outras municipais, estaduais e nacionais.

Com o objetivo de minimizar esses problemas, houve um movimento e mobilização por parte de alguns estudantes e pesquisadores que buscou disponibilizar em formato PDF, para o acesso *on-line*, livros e obras de referência de diferentes autores e temáticas.¹³ Esses grupos se popularizaram nas redes sociais e ajudou a muitos pesquisadores terem acesso a essas obras. Em que pese toda a problemática envolvida no que diz respeito ao plágio e à reprodução indevida dessas obras, há que se considerar que, se não fosse essa alternativa, muitos pesquisadores não teriam condições de dar andamento nas suas pesquisas.

Além disso, por ter o privilégio de ter sido bolsista durante todo o período do mestrado, consegui comprar alguns livros que me auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, há alguns livros e documentos que são de difícil acesso e que não estão disponíveis para a venda em nenhum lugar, especialmente os documentos oficiais.

Diante desse contexto, da não realização das entrevistas e da dificuldade de ter acesso à bibliografia e aos documentos mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa, me vi na necessidade de reformular o projeto de pesquisa inicial que pretendia desenvolver para a elaboração da dissertação. Tal condição me gerou ainda mais ansiedade, o que me deixou “paralisada” por alguns meses até conseguir de fato reformular o projeto e conseguir desenvolver um novo plano de atividades.¹⁴

Cerca de dois anos depois de ter sido declarada a pandemia mundial; tendo finalizado e cumprido todos os meus créditos obrigatórios em disciplinas e créditos em atividades

para a história da Educação de modo geral, as quais não podem ser acessadas por outros meios que não seja presencialmente nos acervos.

¹²Trata-se de um arquivo pessoal da Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti, mas que se encontra sob a guarda do GHPHEELLB e disponibilizado no acervo do grupo, lotado na sala 50 do prédio de docentes da FFC.

¹³Algumas bibliotecas e acervos também começaram a disponibilizar os seus acervos nesse formato com o objetivo de democratizar o acesso às obras.

¹⁴Como já havia apresentado o projeto inicial no Seminário de Pesquisa do programa, senti-me extremamente mal por ter que reformular o projeto a essa altura. Essa situação, porém, será descrita na Introdução da dissertação.

complementares; tendo reformulado o projeto mesmo após ter sido apresentado no Seminário de Pesquisa; é chegado o momento da escrita do texto para o Exame de Qualificação e, posteriormente a esse, o da escrita do texto final da dissertação. Esperava que dois anos depois do início da pandemia a situação estivesse sob controle, de modo que as atividades acadêmicas e científicas pudessem ter sido retomadas.

Esperava conseguir escrever este texto na sala 50, onde também escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros textos que publiquei em eventos durante a minha graduação. Esperava ter uma sessão de orientação presencial com a minha orientadora junto dos meus colegas da pós-graduação e também da graduação. Esperava apresentar os resultados parciais da minha pesquisa em eventos nacionais e internacionais presencialmente. Esperava participar dos encontros sempre tão frutíferos do meu grupo de pesquisa, assim como frutíferas eram as conversas pelos corredores da universidade durante os cafés.

A situação, porém, ainda é outra. Tendo passado um ano de pandemia, o Brasil havia registrado os maiores índices de contaminação e de mortes por COVID-19 dos últimos tempos. Conforme destaca Correia (2021, p.1):

[...] chegamos ao fim de março batendo um triste recorde: este é o mês com mais vidas brasileiras perdidas para a Covid-19. Até então, julho de 2020 contabilizava o maior número de mortes da história da pandemia no país, com 32.912 óbitos. A marca de 62.918 vítimas fatais registradas em março representa quase o dobro do recorde anterior. O número total de mortes neste mês indica uma média de 2.097 por dia. A média móvel nos últimos 7 dias chegou a 2.728. Foram 113 vidas perdidas a cada 60 minutos nesse colapso simultâneo entre os estados brasileiros.

Esse era o cenário do ano de 2021. Em 2022, infelizmente, os problemas continuam: ainda que boa parte da população tenha sido vacinada e que o número de mortes tenha reduzido consideravelmente graças às vacinas, o número de casos das novas variantes do vírus continua aumentando sem cessar e quebrando recordes de casos em um único dia: os últimos registros apontam cerca de dois milhões de casos confirmados em um dia no mundo.

Até o momento da escrita deste texto, o país contabilizava cerca de 620 mil mortes por COVID-19. Dentre esses, ricos e pobres; conhecidos e desconhecidos; professores e alunos; pais e filhos; brancos, pretos, pardos e indígenas; pessoas de orientação sexual hétero e LGBTQIA+. O vírus não escolhe(u) raça, cor, credo ou etnia; não escolhe(u) gênero e/ou classe social. Tem levado toda e qualquer pessoa. Jovens e idosos, com comorbidades ou não.

Ainda que se tenha dado início à vacinação ao redor do mundo, infelizmente a população brasileira ainda está longe de estar totalmente protegida. Fatores como movimento antivacina,

conflitos políticos e escassez de insumos não permite que seja possível fazer uma previsão de quando toda a população estará de fato protegida.

Escrever o texto de qualificação com o objetivo de caminhar para a finalização da pesquisa diante desse cenário foi, de longe, o desafio mais difícil pelo qual já pude passar. Ter que entregar o texto final da dissertação poucos meses depois foi tão difícil quanto. Pensar que irei concluir o mestrado sem sequer colocar os pés no campus é muito triste.

Foi desesperador acordar e abrir o jornal para verificar as notícias e se deparar com um número cada vez maior de vítimas ao mesmo tempo em que abria o site do PPGE e via os meus prazos finais se aproximando. Eu, que sempre concluía e entregava as minhas atividades sempre antes do prazo me vi pela primeira vez solicitando dilação no prazo para a apresentação do texto no Exame Geral de Qualificação, algo que nunca teria passado pela minha cabeça, mas que se fez necessário dado o contexto.

Devo dizer que, diante do exposto, por diversas vezes pensei em desistir do mestrado; pensei que não seria capaz de concluir as disciplinas na modalidade remota; pensei que não conseguiria reformular o projeto para adequá-lo à minha nova realidade de pesquisa e pensei que não conseguiria ter motivação para sentar e escrever a dissertação – o que de fato ocorreu em alguns momentos.

Ainda assim, mesmo diante de todos os desafios mencionados, aqui estou. Tentando honrar o dinheiro público que em mim foi investido, por meio da bolsa ofertada pela CAPES, mas certa de que em outras situações teria tido condições de desenvolver uma pesquisa com muito mais fôlego do que pude ter nesse momento.

De qualquer forma, sinto-me grata por ter conseguido chegar até aqui e, acima de tudo, por estar viva e com saúde.

Àqueles que não puderam estar aqui e principalmente às famílias destes, meus mais sinceros sentimentos.

Aos que resistiram, cuidem-se.

Eu vou até o fim.

Do encontro com o tema de investigação...

Os processos de leitura e de escrita fazem parte de minha trajetória de formação desde bem pequena. Aprendi a ler e a escrever muito rápido e, com o apoio dos professores que fizeram parte e que contribuíram com a minha formação, passei a me dedicar às atividades de leitura e de escrita no âmbito escolar. Tive a oportunidade de participar, ao longo de minha formação, de diversos concursos culturais de escrita – especialmente de poesias, poemas e prosas – da primeira série até o ensino médio e, por me destacar na maioria deles, nutri o desejo de continuar lendo e escrevendo e cresci tendo em vista que me dedicaria a estudar a temática.

Em meados de 2012, enquanto eu cursava o ensino médio em uma escola pública tecnológica do Estado de São Paulo, decidi que iria cursar a graduação em Letras e, como qualquer outro estudante, tinha a ambição de realizar esse sonho em alguma instituição pública do país. Sabia desde o princípio que não seria uma tarefa fácil, tendo em vista que estudei a vida toda em escola pública e que, por esse motivo, teria dificuldades para atingir as notas que as universidades iriam exigir.

Apesar de não ter me dedicado integralmente aos estudos durante os anos do Ensino Médio – trabalhei meio período em boa parte do tempo –, em 2015 fui surpreendida com a minha aprovação no Sistema de Seleção Unificada – SISU, o qual utiliza a nota do aluno obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para cursar o sonhado curso de Letras em uma universidade pública conceituada. Com a nota que obtive, poderia selecionar duas universidades dentre um leque de opções e escolhi as seguintes: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, localizada no município de São Carlos – SP; e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, localizada no município de Belo Horizonte – MG.

Por motivos pessoais – especialmente devido à distância de ambas as universidades de minha cidade natal e, ainda mais, por questões financeiras – optei por não ingressar no curso em nenhuma das duas universidades mencionadas. Ainda assim, minha vontade de estudar questões relativas a esse ensino permaneceu, bem como a certeza de que eu queria ser professora.

Em 2015, ingressei no curso de Pedagogia da FFC/UNESP/Campus de Marília, que era minha segunda opção desde o princípio. Estaria na docência, ainda que não efetivamente ligada à área que tinha mais interesse. Durante curso, tive a oportunidade, desde o primeiro ano, de desenvolver pesquisa de Iniciação Científica – IC e dediquei-me, durante 12 meses aos estudos sobre a perspectiva de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Essa experiência foi fundamental para me introduzir no ambiente acadêmico e para me familiarizar com os métodos e procedimentos da pesquisa científica.¹⁵

Passados os 12 meses iniciais de bolsa e pesquisa, tive a oportunidade de prorrogá-las por igual período; porém, por já estar no segundo ano do curso, outra oportunidade me bateu à porta: a de fazer estágio remunerado em uma escola pública municipal. Movida pela curiosidade e pela vontade de estar em sala de aula – não mais na condição de aluna –, optei por encerrar a pesquisa e seguir com o estágio remunerado.

Aproximadamente um ano depois, resolvi que gostaria de voltar a me envolver com a pesquisa acadêmica, mas, dessa vez, gostaria de me dedicar à temática que me interessava desde pequena: os processos de leitura e escrita. Pesquisei no *site* da universidade os grupos de pesquisa em exercício e, de início, interessei-me pelo Grupo de Pesquisa “Processos de Leitura e de escrita: apropriação e objetivação” – PROLEAO.¹⁶ Fui acolhida nesse grupo e já no início com bolsa de IC.¹⁷

Poucos meses depois, passei a cursar a disciplina curricular obrigatória “Conteúdo, Metodologia e Prática de Ensino: Língua Portuguesa e Literatura Infantil” – CMPELPLI, ministrada pela Prof^a Dr^a Maria do Rosario Longo Mortatti¹⁸ no terceiro ano do curso de Pedagogia. Por meio dessa disciplina, tive contato com os processos de leitura e escrita a partir de uma perspectiva que eu ainda não havia tido a oportunidade de conhecer: a perspectiva histórica.

Passei a nutrir um grande interesse pelos estudos feitos sob essa perspectiva e, por esse motivo, em 2017, interrompi a pesquisa e a bolsa anterior e passei a integrar o Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” – GPHEELLB, liderado pela Prof^a Mortatti e sediado na mesma faculdade.

Como integrante do GPHEELLB, dentre outras atividades acadêmico-científicas que desenvolvi, passei a frequentar reuniões e seminários de pesquisa promovidos pelos membros do grupo, os quais contribuíram para incitar o meu desejo de me tornar pesquisadora e de investigar a temática. Em decorrência desse interesse, ainda no ano de 2017, obtive outra bolsa¹⁹

¹⁵ Essa pesquisa contou com financiamento da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNESP (agosto de 2015 a julho de 2016) e foi orientada pela Prof^a Dr^a Neusa Maria Dal Ri.

¹⁶ Grupo coordenado pelo Prof. Dr. Dagoberto Buim Arena e pela Prof^a Dr^a Cyntia Graziela Guizelim Simões Giroto.

¹⁷ Bolsa do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da CAPES (abril de 2017 a julho de 2017).

¹⁸ Ao longo do texto, passarei a me referir a ela apenas como Prof^a. Mortatti.

¹⁹ Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (agosto de 2017 a maio de 2018).

e passei a desenvolver atividades de pesquisa também em nível de IC, vinculadas ao projeto de pesquisa maior da líder do grupo.

Após seis meses de bolsa e do cumprimento de meu plano de atividades, notei que a linha “História do Ensino de Língua Portuguesa” do GPHEELLB foi a que mais me despertou interesse, o que não foi nenhuma surpresa. No mesmo período, pude acompanhar a pesquisa de uma colega do grupo sobre esse ensino na década de 1980 (SILVA, 2017a; 2017b). Os resultados dessa pesquisa me despertaram interesse e optei por aprofundar as minhas reflexões também nesse período histórico.

Pelos motivos expostos, em março de 2018, redigi vinculado a essa linha e sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria do Rosario longo Mortatti, o projeto de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018a), que foi submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com a aprovação desse projeto, passei a desenvolvê-lo e a cumprir um novo plano de atividades.²⁰

Como resultado das atividades que desenvolvi como Bolsista de IC - FAPESP, tem-se o texto *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018b). Esse texto contém 139 referências²¹ de documentos oficiais relativos ao ensino de Língua Portuguesa, produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), entre os anos de 1978 e 1994, respectivamente data mais antiga e mais recente de publicação dos documentos oficiais localizados. Essa atividade contribuiu para a revisão bibliográfica do tema como também para a localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de documentos que me auxiliaram na compreensão da história desse ensino no Estado de São Paulo.

Ainda em decorrência da IC, resultou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: estudo introdutório (GONÇALVES, 2018c)²², no qual escolhi como *corpus* de análise da configuração textual as referências dos 139 documentos oficiais que foram localizados. Por

²⁰ Bolsa FAPESP -Processo 2018/04282-4 (junho a dezembro de 2018).

²¹Para a localização dessas referências, utilizei como fonte o acervo físico do GPHEELLB, localizado na sala 50 do prédio de docentes da FFC-UNESP-Marília. Nesse acervo, pude ter acesso a 77 desses documentos, que foram produzidos no período mencionado e que estão em bom estado de conservação. Localizei também 16 documentos no acervo da Biblioteca da FFC. O restante – 46 documentos – foi localizado por meio da leitura de bibliografia especializada sobre o tema e em sites e bancos de dados disponíveis *on-line*.

²²Parte dos resultados da pesquisa também foi apresentada em eventos científicos promovidos na FFC-UNESP-Marília, além de ter apresentado resultados finais na 1ª e na 2ª fase do 30º Congresso de Iniciação Científica (CIC), tendo a 2ª sido realizada na cidade de São Paulo, em novembro de 2018.

meio da análise desse conjunto de referências, pude constatar que a reunião desses documentos contribui para a compreensão de que, sobretudo as Propostas Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa de 1º e de 2º Graus da década de 1980 e seus documentos subsidiários, referem-se a determinadas “normatizações” e “concretizações” que foram “implantadas” nas escolas públicas paulistas a partir da década de 1980, e que a elaboração desses documentos contou com a contribuição de diferentes e importantes pesquisadores das áreas de educação, linguística e estudos literários, baseados em perspectivas teórico-conceituais (nem sempre iguais entre si), presentes em alguns documentos desse ensino até os dias atuais, características do quarto momento da história do ensino de leitura e escrita no Brasil (MORTATTI, 2000).

Avaliando os resultados obtidos com a pesquisa que resultou no TCC, optei por dar continuidade à minha formação como pesquisadora e aprofundar reflexões sobre a história do ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo, focalizando minha pesquisa em aspectos ainda inexplorados sobre a temática. Isso foi possível, dentre outros motivos, mediante a leitura do parecer do relatório final de bolsista encaminhado à FAPESP, no qual foi indicada a pertinência de continuidade da pesquisa e a necessidade de explicitar e explorar, entre outros aspectos, como e de que forma as relações entre a CENP e as unidades escolares se constituíam naquele momento histórico e analisar os modos como se travavam as relações entre as universidades públicas paulistas –Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e a UNESP –com a CENP.

A partir de então, prossegui com consultas e pesquisas em bases de dados *on-line*, como no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a *Brasil Scientific Eletronic Library On-line* (SciELO), para avaliar em que medida a pesquisa da qual resultou este texto poderia avançar em relação àquilo que já foi produzido sobre a temática, tanto por mim quanto por outros pesquisadores. Com o resultado dessas pesquisas, pude constatar que:

- a) a maioria dos trabalhos escritos sobre a temática analisa o objeto (Ensino de Língua Portuguesa) apenas do ponto de vista teórico, buscando verificar a mudança das concepções sobre o ensino no decorrer dos anos e a sua aplicação na prática, como Prado (1999), Íório (2007), Marsiglia (2011), Marsiglia e Duarte (2010) e Catarino (2014), bem como ressaltam as tensões e o caráter híbrido da proposta da CENP, como Pietri (2007; 2013);
- b) alguns trabalhos tratam da temática, mas com outro recorte temporal e com foco em outro tipo de texto oficial para a análise, como Faria (2009), que focalizou como se constituiu, historicamente, o currículo de literatura como disciplina escolar, incluindo os materiais da década de 1980; Dias (2011), que destaca as contribuições da

sociolinguística para os materiais de formação continuada de professores de Língua Portuguesa; e Bornatto (2014), que analisa a seleção de escritores em livros didáticos na década de 1970;

- c) nenhum dos trabalhos localizados até o momento analisa os documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa das décadas de 1980 e 1990 por meio do método de análise da configuração textual aqui proposto, muito menos destacam a atuação e participação de diferentes atores e autores envolvidos no processo de elaboração desses documentos, como constatei, ainda que de forma concisa, em meu TCC (GONÇALVES, 2018c).

Mediante o exposto, constatei que em relação ao que desenvolvi no TCC, o avanço e o ineditismo da pesquisa em relação ao trabalho que já desenvolvi se daria no sentido de pensar no protagonismo dos sujeitos – atores, autores e suas ideias²³ – no que diz respeito às condições de elaboração dos documentos localizados, o que não foi contemplado totalmente na pesquisa anterior e que inclusive foi sugerido pelo parecerista do relatório final de IC encaminhado à FAPESP em 2018. Além disso, o enfoque passaria a ser exclusivamente no ensino de 2º grau,

por compreender que os documentos elaborados para esse nível de ensino apresentam informações mais significativas para a análise, especialmente no que diz respeito à participação desses sujeitos na elaboração dos documentos. Por isso, reorganizei o Instrumento de Pesquisa que havia elaborado anteriormente para o desenvolvimento do TCC, de forma que agora o foco se deu exclusivamente nos documentos relativos apenas ao ensino de 2º Grau (Apêndice A).²⁴

Além da reorganização do instrumento de pesquisa mencionado, pretendia realizar entrevistas com os sujeitos que participaram do processo de elaboração desses documentos. Objetivava-se, com os depoimentos orais coletados, compreender melhor alguns aspectos do processo de elaboração desses documentos, uma vez que apenas com a leitura e análise deles essa perspectiva e esse movimento de diálogo entre os sujeitos e os órgãos institucionais não puderam ser identificados até o momento.

²³ Ao tratar do termo atores, refiro-me aos sujeitos que participaram de alguma forma da elaboração dos documentos, seja como membros da equipe executora, como colaboradores ou em outras funções distintas – essa relação pode ser identificada em Gonçalves (2018b); ao tratar do termo autores, refiro-me àqueles sujeitos que de fato escreveram textos que integram esses documentos, bem como autores de textos que foram selecionados e incluídos nestes, como no caso dos *Subsídios* (SÃO PAULO, 1987), que contém textos de Antônio Cândido e Walter Benjamin, por exemplo, que não participaram da elaboração dos documentos, mas que tiveram seus textos lá incluídos.

²⁴ Tal reorganização foi sugerida pelo professor Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira durante a realização do Seminário de Pesquisa no ano de 2020 com o objetivo de delimitar melhor o objeto de análise.

Tais entrevistas, entretanto, não puderam ser realizadas pelos motivos expostos na parte inicial da apresentação deste texto, especialmente no que se refere ao contexto de pandemia e de isolamento social causados pela disseminação do COVID-19 no mundo e no Brasil.

Por não ter localizado outras fontes possíveis além daquelas que já havia identificado e que pudessem responder às questões norteadoras que havia formulado no pré-projeto encaminhado ao PPGE para o ingresso no programa e também no projeto apresentado durante o Seminário de Pesquisa, questões essas que se voltavam exclusivamente na compreensão a respeito da participação desses sujeitos na elaboração dos documentos oficiais e que seriam respondidas apenas mediante a análise das entrevistas, precisei reformular o problema de investigação e as questões norteadoras da pesquisa, mantendo o foco nos documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no 2º Grau, mas traçando outros caminhos a partir de fontes diversas para a compreensão daquele momento histórico, especialmente no que diz respeito à atuação da CENP nesse processo.

Tendo em vista os ajustes mencionados, apresento na introdução o caminho que percorri com relação à redefinição do tema e do problema de pesquisa, assim como das questões norteadoras. Também apresento o referencial teórico a partir do qual me debruço para a análise dos dados coletados. Por fim, apresento brevemente os instrumentos de pesquisa elaborados, bem como descrevo sinteticamente os capítulos que se seguem após a Introdução.

INTRODUÇÃO

Conforme destaca Soares (2009, p.30), “[...] no Brasil, e especialmente em São Paulo, o acesso ao ensino fundamental está praticamente universalizado [...]”, assim como os demais níveis de ensino encontram-se em frequente expansão. Isso se dá por diferentes motivos, os quais vêm sendo estudados por pesquisadores interessados na temática há algumas décadas.

Dentre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas empregadas nessas pesquisas está a da História da Educação, a partir da qual busca-se apresentar, mediante a análise de fontes diversas, como os documentos e publicações oficiais do governo, os modos pelos quais a Educação foi sendo concebida e reformulada ao longo do tempo.

No livro *História da escola em São Paulo e no Brasil*, por exemplo, Marcílio (2005) apresenta resultados de uma extensa pesquisa desenvolvida durante quatro décadas sobre a temática a partir da reunião de informações disponibilizadas em “[...] arquivos, bibliotecas e na internet – dados, documentos, manuscritos, biografias, imagens, bibliografia, entrevistas etc.”. (SONNEVILLE, 2005, p.104). O foco da autora foi “[...] a escola pública, o aluno e os vários fatores que constituem a educação, tais como legislação, formação de professores, gestão escolar, avaliação, recursos e condições de trabalho tendo como meta a reconstrução da trajetória secular [...]” (SONNEVILLE, 2005, p.104).

A autora trata do que ela denominou como “Origens” (1554-1870), descrevendo a influência dos Jesuítas no ensino e a parte final do período Colonial e parte do Império; trata do chamado “Século da escola” (1870-1990), momento no qual descreve a expansão da população desse estado e, conseqüentemente, da expansão da escola; e, por fim, descreve a “Educação para todos na era da globalização” (1990-2000), momento no qual a autora compreende que a educação pública, universal e de qualidade ganha espaço privilegiado no enfrentamento dos novos desafios que os anos finais do século XX e os anos iniciais do século XXI apresentaram (MARCÍLIO, 2005).

Observa-se, mediante as descrições e análises feitas pela autora, que assim como descreveu Rui Barbosa em *A Reforma do ensino primário*, “[...] uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria.” (BARBOSA, 1947, p.131). Desse modo, nota-se que na história da educação do Estado de São Paulo - conforme constatei a partir da análise dos dados cujos resultados apresento nos capítulos seguintes - há uma série de reformas cujas justificativas são sempre as mesmas: a de melhorar o ensino público. Pode-se constatar, por exemplo, que “[...] somente para o ensino médio, entre 1759, ano de expulsão dos Jesuítas, e 1996, ano da mais nova LDB, houve nada menos do que 21 reformas, sendo que as do ensino fundamental foram muito mais numerosas.” (SONNEVILLE, 2005, p.107).

Tais reformas se evidenciam nas publicações dos órgãos oficiais do governo do Estado e, também, no material produzido para as diferentes modalidades e os diferentes níveis de ensino ao longo dos anos. Sendo assim, nota-se a necessária compreensão das motivações pelas quais ocorrem essas reformas assim como as influências dessas no fazer da escola.

Tais reformas podem ocorrer de maneira mais ampla, tratando do contexto mais geral da educação escolar (organização nos níveis de ensino e das séries, forma de distribuição da carga horária etc.) ou podem tratar especificamente de algumas áreas específicas do ensino e da aprendizagem (como questões de currículo, de métodos de ensino, dentre outras), de modo que alguns pesquisadores se detêm no estudo sobre essas questões mais específicas. Pelo fato do locus desta dissertação ser o Estado de São Paulo, descrevo especificamente as obras dos autores cujas pesquisas se voltam à análise sobre os dados desse Estado.

No livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*, Mortatti (2000) tem por objetivo apresentar a história da alfabetização no Brasil, destacando o caso do estado de São Paulo no período de 1876 e 1994, correspondente a mais de um século de história. Para sua exposição, a autora elege quatro momentos cruciais na história da alfabetização, determinados assim por cada um deles apresentar, em seus respectivos períodos, diferentes sentidos e “[...] disputas pela hegemonia de projetos para o ensino inicial da leitura e da escrita em estreita relação com projetos políticos e sociais emergentes.” (MORTATTI, 2000, p. 22).

A seguir, destaco os quatro momentos formulados pela autora e suas respectivas características, bem como o período determinado de cada um deles.

Primeiro momento: denominado de “Metodização do ensino da leitura” e compreendido no período de 1876 a 1990, tem como características principais as disputas entre os defensores do método sintético para a alfabetização (método difundido pelas primeiras cartilhas de alfabetização no país, centrado na soletração e silabação), e os defensores do “método João de Deus” (centrado na palavração), considerado novo e revolucionário no período mencionado. A autora destaca a atuação de Silva Jardim na divulgação desse novo método, que fundou uma nova tradição: a de que “[...] o ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método [...]” (MORTATTI, 2000, p. 73).

Segundo momento: denominado de “institucionalização do método analítico” e compreendido no período de 1980 a 1920, caracteriza-se por uma disputa entre defensores dos então modernos e os mais modernos métodos de alfabetização, ou seja, o moderno método de palavração (método João de Deus) e o “mais moderno” método analítico (caracterizado pelo ensino da leitura *do todo* para as *partes*), que tem raízes em moldes norte-americanos. Assim como no primeiro momento, neste se tem uma nova compreensão de ensino e escrita, na qual se “[...] enfatiza o ensino da leitura, compreendida como instrumento de cultura, mediante a

compreensão do pensamento expresso por outrem. Conforme ressalta a autora, nesse momento “[...] a escrita ainda é entendida como caligrafia e cópia [...]” (MORTATTI, 2000, p. 136).

Terceiro momento: denominado de “Alfabetização sob medida” e compreendido no período de 1920 até o final da década de 1970, tem como característica principal a disputa entre os “[...] defensores do método misto (analítico-sintético ou sintético-analítico) e partidários do tradicional método analítico”. (MORTATTI, 2000, p. 26), em que se verifica uma *relativização* ou *secundarização* da importância do método. Destaca-se também, nesse momento, o papel assumido por Lourenço Filho como vanguarda “[...] em relação a um projeto para o ensino da leitura e da escrita, diretamente articulado às urgências sociopolíticas de âmbito nacional.” (MORTATTI, 2000, p. 144).

Quarto momento: denominado de “Alfabetização: construtivismo e a desmetodização”, que se iniciou em meados da década de 1970 e permanece em curso até os dias atuais. Caracteriza-se, principalmente, pela disputa entre os defensores da teoria construtivista, de Emília Ferreiro e colaboradores, e todos os anteriores denominados de antigos ou tradicionais. Como nos outros momentos, um novo método ou, neste caso, uma “revolução conceitual” – o fato de “[...] o eixo da discussão [ser] deslocado para o processo de aprendizagem do sujeito cognoscente e ativo, em detrimento dos métodos de alfabetização e da relevância do papel da escola e do professor nesse processo.” (MORTATTI, 2000, p. 253-254) –, requereu novos conceitos de educação, ensino, aluno e aprendizagem. Tem-se, neste momento

[...] a língua escrita como um sistema de representação e objeto cultural [...]; sua aprendizagem como conceitual e não como aquisição de uma técnica [...]; e a criança que aprende como um sujeito cognoscente, ativo, e com competência linguística, que constrói seu conhecimento na interação com o objeto [...]. (MORTATTI, 2000, p. 266-267).

Mortatti (2000) conclui que “[...] é possível, enfim, pensar que, sob o signo da modernidade, ou seja, do tempo histórico ao longo do qual se observa, no caso brasileiro, o movimento apontado, coexistem diferentes modernidades, no que se refere à alfabetização [...]” (MORTATTI, 2000, p. 301). Essas “diferentes modernidades” se explicitam nas disputas entre os métodos de alfabetização mencionados em cada um dos quatro momentos relativos à história do ensino de leitura e escrita no Brasil, que a autora descreve com propriedade.

Tal concepção pode facilmente ser considerada ao se analisar o contexto mais amplo das reformas educacionais, e não apenas no que diz respeito à alfabetização. Verifica-se, assim, ao longo da história, diferentes disputas de acordo com os governos que assumem o poder em determinado período e que culmina na elaboração de diferentes documentos e na reformulação do organograma das instituições secundárias desses governos.

Cabe ressaltar que a pesquisa mencionada (Mortatti, 2000) vem servindo como matriz teórica de diversas pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, todas pautadas nas reflexões a respeito da história do ensino de Língua Portuguesa ao longo das décadas.

Resultados dessas pesquisas vem sendo divulgados em nível nacional e internacional, inclusive recebendo premiações – como no caso do Prêmio Jabuti-categoria Educação 2012 com o livro “Alfabetização no Brasil: uma história de sua história” (MORTATTI, 2012).

Isso também se evidencia em outras pesquisas realizadas por pesquisadores da história da educação. Em uma delas, cujos resultados foram publicados no livro *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1980-1970)*, Souza (1998) toma como objeto de análise fontes até então inexploradas sobre a temática e muitas vezes desconsideradas enquanto tal perante aqueles que escrevem a “história oficial” (hegemônica) da educação brasileira: a partir de consultas ao Arquivo do Estado, a autora analisa principalmente “[...] os relatórios dos diretores dos grupos escolares e escolas-modelo e os relatórios dos inspetores de ensino [...]” (SOUZA, 1998, p.19). Descrevendo o modo pelo qual “[...] no final do século XIX, em São Paulo, os republicanos impuseram um projeto de educação popular baseado em algumas concepções pedagógicas consideradas modernas e racionais [...]”, a autora conclui que a partir da análise dessas fontes, torna-se possível a compreensão de que tais representações “[...] contribuíram para reforçar o imaginário sociopolítico da República.” (SOUZA, 1998, p.23).

Nota-se, portanto, como a análise de fontes históricas a respeito da educação permite a formulação de reflexões que, de certa forma, encontram-se imbricadas no contexto político de determinados períodos históricos. Afinal, é a partir das políticas educacionais que “[...] os projetos, os discursos, as teorias pedagógicas materializam-se no cotidiano da escola [...]” (SOUZA, 1998, p.19).

Tais políticas, entretanto, devem ser pensadas e formuladas a partir de uma perspectiva democrática com a participação de diferentes sujeitos que atuam no campo educacional. Como aponta Sanfelice (2010, p.152):

Embora se considere legítimo que o governo de um Estado tenha propostas no campo da educação, é necessário ponderar que tais propostas devem resultar de procedimentos democráticos coerentes com aqueles que atribuíram aos governantes o lugar que ocupam. É preciso que todos os partícipes do aparelho educativo estatal estejam envolvidos com a proposta desde sua origem, mesmo que isto signifique um mergulho em muitas contradições.

É com base nessas perspectivas que nesta dissertação focalizam-se aspectos ainda inexplorados a respeito da elaboração de documentos oficiais voltados ao então ensino de 2º Grau por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), especialmente no que diz respeito à concepção de ensino de Língua Portuguesa (L.P.) presente nesses documentos e ao papel que esse órgão assumiu naquele momento histórico nos debates sobre o currículo e sobre a concepção de professor.

Para tanto, focalizam-se os documentos oficiais produzidos pela CENP relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau além de leis e decretos publicados no Diário Oficial

da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) entre os anos de 1976 (ano em que passou a constar no organograma da Secretaria a criação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP e ano em que foi designada uma comissão para preparar a Proposta Curricular de LP para o 2º Grau) e 1996 (ano de publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96).

Em pesquisa anterior (GONÇALVES, 2018c), constatei que nas décadas de 1980 e 1990 a CENP foi a principal responsável pela elaboração de políticas educacionais para os diferentes níveis de ensino nesse Estado e que tal elaboração foi fruto de um trabalho que envolveu ampla participação dos agentes educacionais nas discussões; por esse motivo foi dado o foco nas publicações desse órgão e na compreensão de como se dava o funcionamento e a elaboração desses documentos naquele período e nessa instância.

Tais aspectos mostraram-se relevantes e pertinentes, pois durante o aprofundamento da pesquisa bibliográfica, etapa fundamental da pesquisa da qual resultou esta dissertação, não foram localizados trabalhos e/ou fontes que tratassem dessas questões. Desse modo, o problema ficou assim formulado: qual foi o contexto da elaboração dos documentos oficiais relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau por meio CENP entre 1976 e 1996?

A fim de nortear minha análise para o desenvolvimento da pesquisa, formulei as seguintes questões norteadoras:

- Que lugar ocupou a CENP na elaboração desses documentos oficiais?
- Quais as concepções de currículo e de Língua Portuguesa e de professor presente nos documentos oficiais relativos a esse ensino naquele momento histórico?

Nota-se, mediante a apresentação do problema de investigação e das questões norteadoras, o foco que se dá na compreensão a respeito do contexto da elaboração desses documentos oficiais por meio da CENP.

A hipótese prévia que conduziu a pesquisa de que resultou esta dissertação é que a CENP ocupou um importante papel no que diz respeito à elaboração de documentos oficiais nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com relação à divulgação da concepção de ensino de L.P. presente naquele momento histórico e que se faz presente em alguns documentos relativos a esse ensino até os dias atuais. Além disso, a forma de organização e de elaboração dos documentos naquele momento merece destaque, caracterizando-se por um amplo debate com professores da educação básica (de forma mais ampla e efetiva no então ensino de 2º Grau) e pela relação que se estabeleceu com as universidades públicas nos debates sobre o currículo.

Tal hipótese reforça mais uma vez a relevância e pertinência da pesquisa de que resultou esta dissertação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Contribuir para a produção da história e para a preservação da memória do ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo e no país.

Objetivos específicos:

- Compreender qual foi o contexto da elaboração dos documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) por meio da CENP entre os anos de 1976 e 1996;
- Analisar a configuração textual dos documentos selecionados a partir dos instrumentos de pesquisa elaborados;
- Subsidiar pesquisas correlatas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir aos objetivos mencionados, retomei algumas leituras já feitas durante a elaboração do TCC e incorporei outras leituras fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Na escrita do meu TCC, debruçei-me propositalmente sobre a produção do GPHEELLB: Mortatti (2000, 2003, 2004, 2008, 2012, 2014, 2015, 2016) e Magnani (1992, 1997), matriz teórica da pesquisa; e, em ordem alfabética: Marquizeli (2017); Mello (2003); Oliveira (2009, 2014, 2015); Paula (2004, 2010); Santos (2015); Silva, Ferreira, Mortatti (2014); Silva (2017a, 2017b); e Souza (1999, 2006), pesquisas de membros do grupo que se relacionavam direta ou indiretamente com a minha, quanto à temática ou à utilização de procedimentos metodológicos.

Complementarmente a essas, fiz a leitura de outros textos que tratam mais especificamente da pesquisa histórica e de aspectos metodológicos da pesquisa. Dentre eles, destaco: Belloto (1979); Mortatti (1999); Vieira, Peixoto e Khoury (2005); e outros textos cujas temáticas se aproximam do assunto abordado na pesquisa ao tratarem da história da educação e do ensino de língua portuguesa no Brasil e da política educacional no Estado de São Paulo nas décadas de 1980 e 1990. São eles: Bonel (1993); Borges (2001, 2002); Palma Filho, Alves,

Duran (2003); Iório (2007); Saviani (2008); Marsiglia e Duarte (2010); Marsiglia (2011); e Geraldi (2011a; 2011b; 2015).

Pode-se observar que foram leituras mais introdutórias, apesar de específicas, mas que me auxiliaram tanto na compreensão do meu objeto de pesquisa, como para situá-lo no âmbito de pesquisas mais amplas do GPHEELB.

Agora, tendo cursado todas as disciplinas obrigatórias exigidas pelo PPGE e tendo conhecido outros autores fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa mediante a abordagem histórica, debruicei-me sobre a leitura de textos fundamentais de História e Historiografia da Educação, além de alguns textos clássicos sobre essa temática. São eles, em ordem alfabética: Bloch (2001); Burke (1992); Cardoso e Vainfas (2012); Certeau (1982; 1995); Chartier (2002); Chervel (1990); Revel (1972); Romanelli (1987); Soares (1997); e Thompson (1992). Essas leituras contribuíram para o amadurecimento do meu entendimento do que é pesquisa história e do que “[...] *fabrica* o historiador quando faz história [...]” (CERTEAU, 1995, p.17).

A pesquisa de que resultou esta dissertação foi desenvolvida, portanto, mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida com a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de documentos.

Por meio desses procedimentos, reorganizou-se o instrumento de pesquisa elaborado no TCC (GONÇALVES, 2018b) apresentado no Apêndice A, cujos aspectos principais são analisados brevemente no capítulo 1 mediante o método de análise da configuração textual (MORTATTI, 2000).²⁵

Também por meio desses procedimentos foi possível localizar, nos sites dos órgãos oficiais do governo do Estado de São Paulo, como no site da Assembleia legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), as leis e os decretos que tratam especificamente da criação das coordenadorias desse Estado, como a CENP e as demais coordenadorias que a sucederam, além de apresentarem com detalhes as funções e as atribuições dessas coordenadorias, as quais permitem realizar comparações entre as suas estruturas além de possibilitar a compreensão de como se dava a organização interna desses órgãos.

Tais leis e decretos constam no documento *A criação das coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976/2019)*: um instrumento de pesquisa

²⁵Por meio de uma análise preliminar, é possível indicar que os documentos *Proposta Curricular* (SÃO PAULO, 1996) e os *Subsídios* (SÃO PAULO, 1987) serão os privilegiados, uma vez que apresentam mais informações sobre a relação entre os atores e autores (pessoais e institucionais).

(Apêndice B). A partir da análise da configuração textual das referências que constam nesse documento, foi selecionado como *corpus* para a análise apenas aquele que trata especificamente da criação e atribuições da CENP, cujas reflexões são apresentadas no capítulo 2.

Como informei, o método a ser utilizado é o de análise da Configuração Textual (MORTATTI, 2000). Por meio dos procedimentos metodológicos descritos, espera-se compreender e evidenciar importantes aspectos de um momento singular da história da Educação no Estado de São Paulo entre os anos de 1976 e 1996 e que servirão para aprofundar as reflexões que venho desenvolvendo sobre a temática, além de contribuir para a produção de uma história da Educação desse Estado e do país e para o desenvolvimento de pesquisas correlatas, sejam as pesquisas que irei desenvolver futuramente, sejam as pesquisas de outros pesquisadores interessados na temática.

Para o desenvolvimento da pesquisa de que resultou esta dissertação, utilizei alguns conceitos que podem ser sintetizados a partir dos seguintes termos e expressões: “pesquisa histórica em educação”, “documentos oficiais”, “instrumento de pesquisa”, “análise da configuração textual”, “referências”, “ensino de língua portuguesa” e “ensino de 2º Grau”.

De acordo com Mortatti (1999, p. 72), “[...] em todas as fases da pesquisa histórica em educação [...] a atividade do pesquisador envolve [...] a produção de significados e sentidos, desde os processos de recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais até a produção do texto final da pesquisa”. Todo ato de interpretação “[...] demanda da análise integrada dos aspectos constitutivos de determinado texto, a fim de que o pesquisador possa reconhecê-lo e interrogá-lo como configuração textual [...] e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos [...]”. (MORTATTI, 1999, p. 72-73).

Ainda de acordo com essa autora, a pesquisa histórica em educação

[...] caracteriza-se como um tipo de pesquisa científica, cuja especificidade consiste, do ponto de vista teórico metodológico, na abordagem histórica - no tempo - do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação. (MORTATTI, 1999, p. 73).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que coloca aos pesquisadores interessados o desafio de buscar, por meio da compreensão “[...] do passado remoto e recente, o enfrentamento dos problemas do presente fugidio e a construção do futuro desejado.” (MORTATTI, 1999, p. 75).

Também é possível compreender, mediante o desenvolvimento de pesquisa com esse tipo de abordagem, que “[...] o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado,

mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores.” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Segundo Le Goff (2003), “[...] enquanto *conhecimento* do passado [...], a *história* não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da *memória* coletiva.” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Dentre esses suportes, destacam-se, especialmente, os escritos. Nesse caso, na medida em que se elege como objeto de estudo o documento escrito, ao

[...] historiador, cabe dar [...] uma explicação global dos fatos humanos, acima de qualquer compartimentação, centrando o eixo dessa explicação nos mecanismos que asseguram a exploração e a dominação de uns homens sobre os outros, e que se traduzem nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas ideias e formas institucionais. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 18).

Ainda de acordo com Le Goff (2003, p. 535-536),

[...] o documento não é qualquer coisa que fica do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento [...] permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

De ponto de vista semelhante, Vieira, Peixoto e Khoury (2006) indicam que “[...] muitas formas de registro da atividade humana foram, durante muito tempo, desprezadas devido a uma postura que não tinha como significativas para a história aquelas informações.” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 6). No entanto, com o passar dos tempos, foram sendo atribuídos novos sentidos a esses registros — ou documentos, de forma que “[...] o próprio fato de atribuir a palavra documento aos testemunhos históricos denota uma concepção de história que confunde o real com o documento e o transforma em conhecimento histórico.” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 13-14).

Com relação ao termo “Documentos oficiais”, destaco Prado (1999) ao mencionar que esses podem ser compreendidos como

[...] todos os textos que são indexados enquanto uma orientação de ensino propostos por Municípios, Estados e Federação, ou seja, mesmo que sejam textos elaborados por sujeitos, sua autoria configura-se como nome de um Estado. Ainda que a história de produção desses documentos tenha se caracterizado por uma profícua mudança de nome – programa, guia, proposta, subsídios, parâmetros, etc, a característica de orientação de ensino permanece historicamente. (PRADO, 1999, p. 16).

Refiro-me, portanto, a um conjunto de textos que foram produzidos por órgãos oficiais da Secretaria de Educação, neste caso, do Estado de São Paulo, em sua maioria por intermédio de

coordenadorias, como a CENP, e destinados a implementação de uma “proposta” (oficial) para as diferentes áreas de conhecimento e a uma política educacional apresentada como inovadora do ponto de vista didático-pedagógico e político.²⁶

Nesta pesquisa, esse conjunto textos (referências de documentos, no caso, das propostas, leis e decretos) foi tomado como *corpus* para a análise, considerado como “configuração textual”, termo com o qual Mortatti (2000, p. 31) designa:

[...] conjunto de aspectos constitutivos de um determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de um determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando um determinado tipo de circulação, utilização e repercussão.

Ao tratar do instrumento de pesquisa, também me refiro frequentemente ao termo “referência”, que utilizo no sentido indicado na *Norma Brasileira de Referências* – NBR – 6023, que o define como um “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual no todo ou em parte, impressos ou registrados em diversos tipos de suporte.” (ABNT, 2018, p. 2). As referências reunidas nos instrumentos de pesquisa (Apêndices A e B) foram elaboradas, portanto, de acordo com essa norma.

Com relação ao conceito “ensino de Língua Portuguesa”, refiro-me ao ensino da língua e dos processos de leitura e de escrita desde os anos iniciais de escolarização – portanto também ao ciclo de alfabetização – compreendendo esse ensino como um processo discursivo, tendo como base Geraldi (1984) e Smolka (1988). Tal conceito será mais bem aprofundado no capítulo três desta dissertação.

Por fim, ao tratar do “ensino de 2º Grau”, refiro-me ao ensino correspondente ao que hoje se denomina ensino médio e que anteriormente à década de 1970 denominava-se colegial. Tal nomenclatura surgiu mediante a publicação da Lei nº 5.6921, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Conforme consta no documento, esse nível de ensino tinha por objetivo geral:

[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. §1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino

²⁶Conforme mencionado anteriormente, ainda que contenha autoria institucional, puderam participar da elaboração desses documentos diferentes sujeitos e em diferentes funções.

primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. (BRASIL, 1971).

Para a consecução dos objetivos da pesquisa de que resultou esta dissertação, utilizei, portanto, os seguintes procedimentos metodológicos:

- leitura da bibliografia especializada;
- localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação dos documentos oficiais sobre o ensino de Língua Portuguesa entre 1976 e 1996 e das leis e dos decretos que tratam da criação e das atribuições da CENP no mesmo período;
- normalização das referências de acordo com a NBR-6023 (ABNT, 2002);
- elaboração dos instrumentos de pesquisa contendo a relação das referências localizadas;
- análise da configuração textual do conjunto de referências dos documentos reunidos e que foram selecionados como *corpus*.

Em vista do exposto, a dissertação que resultou da pesquisa desenvolvida durante os dois anos do Mestrado encontra-se organizada da seguinte forma:

Na Apresentação, a qual encontra-se dividida em duas partes, faço algumas reflexões sobre o processo de escrita deste texto durante o período da pandemia, momento muito peculiar na história do país e também do mundo; e descrevo também o processo pelo qual passei até a definição do tema em estudo, desde as primeiras aproximações e interesses com os processos de leitura e escrita até as reformulações do projeto na etapa final do mestrado.

Na Introdução, apresento os autores que fundamentam a minha pesquisa e que me auxiliaram a compreender a pertinência e a relevância do tema diante da produção já existente. Também apresento o problema, as questões norteadoras, os objetivos (geral e específicos) e o material e o método empregados na pesquisa.

No capítulo 1, apresento os principais resultados da pesquisa que desenvolvi no TCC, buscando ressaltar a pertinência da continuidade no estudo sobre o tema e o necessário aprofundamento em alguns aspectos ainda inexplorados sobre o objeto de análise, especialmente no que se refere à autoria institucional e pessoal dos documentos analisados e também às especificidades do ensino de 2º Grau. Nesse capítulo, portanto, analiso aspectos do instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994* (GONÇALVES, 2021).

No capítulo 2, trato da reforma curricular da década de 1970 assim como do contexto político e educacional e demais reformas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, destacando o papel que ocupou a CENP nesse período assim como o funcionamento e a estrutura desse órgão com relação aos documentos oficiais elaborados sobre o ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau naquele período. Por fim, analiso a relação, semelhanças e diferenças entre a CENP e as coordenadorias subsequentes que a substituíram no âmbito da secretaria desse Estado com o passar dos anos, cujo foco de análise foram as leis e os decretos publicados no site da ALESP. É nesse capítulo, então, que analiso aspectos do documento *A criação das Coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976-2019)*: um instrumento de pesquisa.

No capítulo 3, com base na análise da configuração textual dos documentos selecionados do instrumento de pesquisa (volumes I e III dos *Subsídios*), trato das concepções de currículo e de ensino de Língua Portuguesa, assim como da concepção de professor presente nos documentos da época e que se fazem presentes em alguns documentos relativos a esse ensino até os dias atuais.

Por fim, apresento os apêndices contendo os dois instrumentos de pesquisa elaborados e analisados – o apêndice A, intitulado *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994* (GONÇALVES, 2021a) e o apêndice B, intitulado *A criação das Coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976-2019)*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2021b.). Também apresento o apêndice C referente às leis por meio das quais foram criadas as coordenadorias no âmbito da SEE/SP (CENP, CGEB e COPED) onde constam as suas atribuições.

Capítulo 1

Os documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no 1º e 2º Grau (1976-1994)

1.1 Aspectos relativos aos autores, à produção, ao público previsto e ao momento histórico de circulação dos documentos

Como informei, em Gonçalves (2018c) apresento resultados de pesquisa desenvolvida mediante a abordagem história a respeito da elaboração de documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (1º e 2º Graus) entre os anos de 1976 e 1994 (data mais antiga e mais recente dentre os documentos localizados, respectivamente), destacando, especialmente, três aspectos principais: os relativos aos autores, colaboradores e organizadores institucionais e pessoais dos documentos referenciados; os relativos às necessidades e finalidades de produção, ao público previsto e à forma de circulação dos documentos; e os relativos ao momento histórico de produção e circulação dos documentos e a relação com outros programas e projetos no passado e no presente.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, a partir da análise dos documentos reunidos, foi possível identificar um total de 175 nomes de pessoas (os quais denomino “autores pessoais”) que participaram de alguma forma da elaboração desses documentos. Tais nomes encontram-se distribuídos entre as seguintes funções: autoria do documento; autoria de textos; coordenação/organização; colaboração; membros de equipe responsável; e membros de equipe de elaboração. Também constatei que dentre os 175 nomes, cerca de 76 participaram da elaboração de mais de um documento. Os demais (99) participaram da elaboração de apenas um. Apenas 20 pessoas participaram de cinco ou mais documentos. (GONÇALVES, 2018c).

A análise dos dados coletados referentes ao primeiro aspecto permitiu ainda a compreensão de que os autores, colaboradores e organizadores pessoais que participaram de mais de um documento atuaram em diferentes funções. Contudo, na maioria das vezes, há a concentração de participação em uma mesma função. (GONÇALVES, 2018c).

Tal análise propiciou a reflexão de que, naquele momento histórico, por intermédio da CENP, a elaboração de documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa e também para as demais modalidades e níveis de ensino se dava mediante a ampla participação dos sujeitos atuantes no processo educacional. Constatei, a partir da análise do currículo Lattes desses autores, que a maior parte deles, por exemplo, era composta por professores da rede e professores universitários das principais universidades públicas estaduais – como a USP, a UNICAMP e a UNESP.

A partir disso, pode-se constatar que evidentemente houve mudanças no que diz respeito a algumas características das formas de elaboração desses documentos se comparadas aos dias atuais; por isso, julguei pertinente aprofundar a pesquisa e as reflexões sobre esse aspecto, os quais recebem maior destaque no capítulo 2 desta dissertação.

Já no que diz respeito ao segundo aspecto de análise – relativo às necessidades e finalidades de produção, ao público previsto e à forma de circulação dos documentos, focalizando-se neste caso o documento intitulado *Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa – 1º Grau* (SÃO PAULO, 1991), foi possível constatar que destacavam-se os argumentos favoráveis à sua utilização como subsídios para a atuação dos professores nas escolas públicas estaduais paulistas, de forma que não se apresentam como um currículo pronto e determinado, como “guias”²⁷, mas sim como a denominação indica: “proposta”.

Mais uma vez,

[...] em relação às condições de elaboração desses documentos, [...] destaca-se a ampla participação de professores da educação básica, professores e pesquisadores universitários e outros agentes que atuavam direta ou indiretamente com o ensino de Língua Portuguesa. Porém, além dos professores das escolas públicas, também participaram os professores da rede particular de ensino. [...] Desse movimento, destaca-se também o amplo diálogo estabelecido entre a CENP e as instituições de ensino, com o objetivo de promover um intercâmbio entre as diferentes esferas de ensino e de atuação. Esse movimento é confirmado pela publicação de outros documentos, também referenciados no instrumento de pesquisa e que foram anteriores às PCLPs de 1º e de 2º Graus, como os *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa – 2º Grau*. (GONÇALVES, 2018c, p.99, grifos da autora.).

Notadamente, a CENP assumiu, naquele momento histórico, um papel de extrema relevância no que diz respeito ao diálogo entre os professores de diferentes níveis e modalidades de ensino e as instituições oficiais responsáveis pela elaboração de documentos e de políticas que viriam a ser implantadas nas escolas públicas paulistas a partir de então.

Destaco, a seguir, um trecho de um dos documentos analisados que ilustra a participação de professores, pesquisadores e teóricos da educação na autoria, colaboração e/ou organização desses documentos, assim como no forte movimento de propagação desses documentos pelas grandes mídias que, na década de 1980, estavam em ascensão.

Os debates entre os educadores Celso de Rui Beisiegel, Dermeval Saviani, Luiz Antonio Cunha e Neidson Rodrigues, autores de textos que compuseram a coletânea “Fundamentos da Educação e Realidade Brasileira como Preparação para o Planejamento Escolar”, foram apresentados pela TV Cultura nos dias 14 e 15 de fevereiro e contaram com a participação de dois professores da rede. [...] as teses discutidas foram as seguintes: 1) a escola, teoricamente para todos, é na prática extremamente seletiva; 2) apesar das dificuldades para permanecer na escola, a população valoriza os estudos e quer

²⁷De acordo com Souza (2006, p. 207), “[...] os Guias Curriculares para o Ensino de 1º Grau foram elaborados na década de 1970 para orientar a implantação da reforma do ensino estabelecida pela Lei 5.692/71. Ver Silva e Arelano (1987) e Palma Filho (1989).”.

estudar; 3) a escola no seu funcionamento cria dificuldades para a permanência dos alunos. 4) a população tende a assumir a responsabilidade pelo fracasso escolar. 5) a escola precisa melhorar o modo de trabalhar os conteúdos de ensino. 6) a seleção dos conteúdos e os modos de transmiti-los precisam contribuir para uma visão mais integrada da sociedade. (SÃO PAULO, 1985, p. 5)

Também em relação ao segundo aspecto analisado, referente ao público previsto dos documentos elaborados, constatou-se que “[...] eram os professores da rede pública estadual de ensino, [...] [que] participavam de cursos de capacitação e “aperfeiçoamento” com a utilização desse material [...]”. (SÃO PAULO, 1985, p.5).

Já em relação ao terceiro e último aspecto da análise, referente ao momento histórico de produção e de circulação dos documentos, faz-se necessário destacar o fato de o país estar enfrentando um amplo processo de redemocratização na década da 1980 após anos de ditadura militar. Saviani (2008) aponta que, “[...] do ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história [...]”. (SAVIANI, 2008, p. 404). Naquele período, de acordo com o autor, coexistiu “[...] um conjunto de fatores que marcaram a década de 1980 como um momento privilegiado para a emergência de propostas pedagógicas contra-hegemônicas.” (SAVIANI, 2008, p. 413), dentre os quais se destacam:

[...] o processo de abertura democrática; a ascensão às prefeituras e aos governos estaduais de candidatos pertencentes a partidos de oposição ao governo militar; a campanha reivindicando eleições diretas para presidente da república; a transição para um governo civil em nível federal; a organização e mobilização dos educadores; as conferências brasileiras de educação; a produção científica crítica desenvolvida nos programas de pós-graduação em educação; o incremento da circulação de ideias pedagógicas propiciado pela criação de novos veículos. (SAVIANI, 2008, p. 413).

Dessa forma, pode concluir que os documentos analisados

[...] referem-se a determinadas “normatizações” e “concretizações” que foram “implantadas” nas escolas públicas paulistas a partir da década de 1980, e que a elaboração desses documentos contou com a contribuição de diferentes e importantes pesquisadores das áreas de educação, linguística, estudos literários, baseados em perspectivas teórico-conceituais (nem sempre iguais entre si), presentes em alguns documentos desse ensino até os dias atuais, características do “quarto momento da história do ensino de leitura e escrita no Brasil” (GONÇALVES, 2018c, p.132).

Dado o exposto e afim de complementar a pesquisa feita anteriormente e para compreender melhor o contexto histórico de produção dos documentos na década de 80, julguei pertinente aprofundar o estudo no contexto da década anterior e posterior, décadas de 70 e 90 respectivamente, a fim de identificar quais foram as características mais marcantes desses períodos, assim como as principais rupturas e permanências no que diz respeito à elaboração

de documentos oficiais e às concepções de ensino e de currículo dos períodos mencionados. Tal complementação será apresentada a seguir no capítulo 2.

Para tanto, com o objetivo de aprofundar a análise feita até o momento dos documentos reunidos e dando continuidade no meu processo de formação enquanto pesquisadora, reorganizei²⁸ o instrumento de pesquisa elaborado para o TCC, processo que culminou no texto *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994* (GONÇALVES, 2021a). Nele, focalizei a análise em apenas um nível de ensino (2º Grau) e acrescentei outras referências e detalhes importantes dos documentos localizados até o momento, cuja análise será feita no tópico a seguir.

1.2 A especificidade dos documentos relativos ao ensino do 2º Grau: análise do instrumento de pesquisa

No instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994* (GONÇALVES, 2021a), encontram-se reunidas 66 referências de documentos. Dentre essas, 31 se referem às primeiras edições e/ou versões dos documentos localizados a respeito do ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau. Dentre as 35 referências restantes, 23 correspondem referências de textos que integram algumas das coletâneas apresentadas, especialmente as relativas aos *Subsídios*. As outras 12 correspondem a segundas, terceiras e/ou quartas edições ou versões²⁹ dos mesmos documentos, além de outros exemplares idênticos de um mesmo documento, mas que foram publicados em anos diferentes. Essas 35 referências se encontram abaixo das referências da primeira edição e/ou versão, com recuo em relação à margem esquerda da página (Apêndice A).

O principal objetivo de reorganizar e aprofundar as reflexões em apenas um nível de ensino – no caso, o 2º grau – se deu pelo fato de que os documentos direcionados a esse nível mostraram-se mais relevantes para a análise por apresentarem um maior número de autores na sua elaboração e/ou organização. Além disso, são esses os documentos que contemplam a divulgação de textos de autores renomados e reconhecidos internacionalmente, como Antônio Candido e Walter Benjamin (SÃO PAULO, 1983), cujos textos não foram elaborados para a

²⁸Essa reorganização foi possível mediante as orientações dos professores que compuseram a banca avaliadora do Seminário de Pesquisa do PPGE, momento no qual pude apresentar as minhas ideias iniciais e pude refletir sobre outros aspectos ainda inexplorados sobre a temática. Deixo registrado meus agradecimentos ao professor Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira e à professora Dr^a. Rosa Fatima de Souza Chaloba.

²⁹ Utilizo os termos versões e edições da mesma forma como estão escritas nos documentos.

ocasião, mas sim selecionados por algum membro da equipe de elaboração de documentos da CENP para compor o rol de leituras indicadas aos professores naquele momento.

O fato dos textos desses autores serem indicados como leitura para professores da rede naquele momento histórico certamente chamava a atenção, pois ambos os autores apresentam concepções de educação e de ensino numa perspectiva crítica, além dos textos serem considerados sofisticados para a leitura.

Por isso, o objetivo inicial era o de entrevistar as pessoas que compuseram a equipe de organização desses documentos para compreender o porquê de eles estarem ali reunidos e quais os objetivos que se pretendia atingir com tais indicações.

Como informei, porém, tais entrevistas foram inviabilizadas mediante o contexto da pandemia. Porém, nos quadros a seguir, ainda faço uma análise do instrumento de pesquisa reorganizado e proponho reflexões sobre outros aspectos, ressaltando algumas informações que não foram contempladas na pesquisa anterior (GONÇALVES, 2018c).

Nesses quadros, apresento a condição de participação das pessoas identificadas na elaboração dos documentos que localizei a respeito do ensino de Língua Portuguesa para o então denominado 2º Grau. Os quadros foram elaborados com base nos dados apresentados no instrumento de pesquisa que reorganizei (Apêndice A).

Na primeira coluna, observa-se que os nomes encontram-se distribuídos em ordem alfabética. Já a segunda coluna indica o tipo de documento que esse nome apareceu (se nos *Subsídios*, se na *Proposta Curricular*, se em documento de orientação etc.), enquanto que a terceira coluna indica a condição de participação com o respectivo título do texto (quando há na categoria autor). A última coluna apresenta o ano de publicação do documento que cada nome apareceu.

Ainda sobre a terceira coluna, vale salientar que a diferenciação entre os tipos de autoria (autor *versus* autor de capítulo ou texto) se dá pelo fato de que a autoria genérica sem especificação é de natureza técnica, enquanto que as de capítulo ou texto são de natureza teórica e/ou metodológica.

QUADRO 1: Pessoas que participaram na condição de *autores* dos documentos e/ou de textos relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau (1976/1994)

NOME	TIPO DE DOCUMENTO	CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	ANO
Adélia B. de Meneze Bolle	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor do texto “As canções de Exílio e Estudo comparativo”	1988
Antonio Candido	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “Dialética da malandragem”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor do texto “Dialética da malandragem”	1988
Ataliba T. de Castilho	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Autor de dois textos: “Os sons” e “Problemas de análise gramatical”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. II)	Autor	1988
Beatriz Cardoso	Documento de orientação – <i>Ler e escrever, um grande prazer!</i>	Autor	1993
Berta Waldman		Autora	1987

	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)		
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autora dos textos “Correio sentimental em questão: ‘Ismênia, a ex-moça donzela’” “A imprensa marrom e a literatura: “A hipérbole e contra-ponto do real”	1988
Brian F. Head	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “A teoria da linguagem e o ensino do vernáculo”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
Carlos A. Vogt	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Autor do texto: “Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções ‘porque’, ‘pois’ e ‘já que’”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. II)	Autor	1988
Carlos Franchi	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Autoria de capítulo	1991
	Documento de orientação – <i>Criatividade e gramática</i>	Autor	1987
			1988
Cecília Beatriz Graziano Barretto	Documento de orientação – <i>Leitura e escrita</i> 2.ed.	Autora	1989
Claudia Lemos Cláudia T. G. de Lemos*	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988

Eduardo Guimarães	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa, III	Autor	1985
		Autor	1988
Eglê Pontes Franchi	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa,	Autoria de capítulo	1985
		Autoria de capítulo	1988
Eni Pulcinelli Orlandi	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa, III	Autor	1985
		Autor	1988
Esther Schapochnik	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa [...]</i>	Autor	1983
	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa [...]</i> 2.ed.	Autor	1987
Harry Vieira Lopes	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Autoria de capítulo	1991
	Documento de orientação – <i>Atividades de Língua Portuguesa</i>	Autor	1993
Irenilde Pereira dos Santos	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Autoria de capítulo	1991
Jesus Antonio Durigan	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor do texto “O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas. “Missa do Galo” e as variações sobre o	1988

		mesmo tema: a metáfora da dúvida ou a síntese dos contrários”	
João Wanderley Geraldi	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa, I	Autoria de Capítulo	1985
			1988
	Documento de orientação - Curso para diretores de escola-padrão e supervisores de ensino - Ensinar e aprender língua portuguesa hoje	Autor	1994
John B. Carrol	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “Definindo a compreensão da linguagem: algumas especulações”	1983
José Luiz Fiorin	Fascículo do Projeto Ipê - Língua Portuguesa	Autoria de capítulo	1991
Joshua Waletzky	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “Análise da narrativa: versões orais e experiência pessoal”	1983
Madza Julita Nogueira	Documento de orientação – <i>Ler e escrever, um grande prazer!</i>	Autor	1993
Marcelo Dascal	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor do texto “Recepção de textos, um processo de aproximação gradual”	1988
Marialva F. dos Santos	Documento de orientação – <i>Ler e escrever, um grande prazer!</i>	Autor	1993
Maria Silvia Olivi Louzada	Documento de orientação – <i>Atividades de Língua Portuguesa</i>	Autor	1993
Mario Perini	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. II)	Autor do texto: “Sintaxe”	1983
		Autor	1988

Mario Alberto Perini*			
Maurizio Gnerre	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
Mertila Larcher de Moraes	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...]	Autor	1983
	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...] 2.ed.	Autor	1987
Phillippe Hamon	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “O que é uma descrição? (resumo)”	1983
Roberto G. Camacho	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
Rodolfo Ilari	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Autor do texto: “Aspectos do ensino do vocabulário”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. II)	Autor	1988
	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa II	Autor	1985
		Autor	1988
Rosa Helena B. Martinez	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
Sírio Possenti	Fascículo do Projeto Ipê, Língua Portuguesa II	Autor	1985
			1988
Telma Weisz	Documento de orientação – <i>Leitura e Escrita</i>	Autoria de texto	1988
Theresinha de Jesus Rosa	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...]	Autor	1983
	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...] 2.ed.	Autor	1987

Vera Vedovelo de Britto	Documento de orientação – <i>Ler e escrever, um grande prazer!</i>	Autor	1993
Walter Benjamin	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “História literária e ciência literária”	1983
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor do texto “História literária e ciência literária”	1988
William Labov	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Autor do texto “Análise da narrativa: versões orais e experiência pessoal”	1983
Willy Bolle	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor dos textos “História literária” “Introdução: o problema da História Literária no Brasil.” “Modelo I de apresentação da história literária – o romance malandro”	1988
Yara Frateschi Vieira	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor	1987
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. I)	Autor	1988
	Subsídios à Proposta Curricular – 1º e 2º Graus (Vol. III)	Autor dos textos “Diálogo e exercício crítico” “Inês de Castro: a história e o mito.”	1988

Zuleika de Felice Murrie	Documento de orientação – <i>Atividades de Língua Portuguesa</i>	Autor	1993
--------------------------	--	-------	------

Fonte: elaborado pela autora.

Como informei, no quadro 1, apresento a condição de participação dos autores pessoais dos documentos que localizei a respeito do ensino de Língua Portuguesa para o então denominado 2º Grau. O quadro foi elaborado com base nos dados apresentados no instrumento de pesquisa que reorganizei (Apêndice A) que contempla o período de 1976 a 1994. Ainda que nenhuma publicação destacada no quadro tenha sido elaborada na década de 1970, opto por manter a data do instrumento de pesquisa pois analisando o conjunto e o histórico de publicação dos documentos esse período ganha sentido.

De modo geral, identificou-se que os anos de 1988 e 1983 foram os anos com maior número de publicação, com 28 e 14 publicações respectivamente. Em seguida, em ordem decrescente, tem-se a seguinte relação: 1987 (12); 1990 (7); 1993 (7); 1985 (6); 1989 (1); e 1994 (1).

A terceira coluna – condição de participação – é onde aprofundo as reflexões que fiz no TCC (GONÇALVES, 2018c), pois, naquele momento, não havia tratado especificamente dos títulos dos textos que integram os documentos cujas referências foram analisadas. Trata-se, portanto, de um complemento em relação aos dados apresentados naquela pesquisa introdutória.

A partir dos dados destacados no quadro, pode-se constatar que dentre os 66 nomes que aparecem nos documentos elaborados, apenas 41 são mencionados como autores, de modo que alguns aparecem de forma mais genérica (autoria de documento) enquanto outros explicitam a autoria de textos e capítulos, os quais destaco os respectivos títulos dos textos na terceira coluna.

Dentre esses 41 nomes, apenas 17 correspondem a autores de capítulos e/ou de textos. São os textos: “As canções de Exílio e Estudo comparativo” (BOLLE, 1988); “Dialética da malandragem” (CANDIDO, 1988); “Os sons” e “Problemas de análise gramatical” (CASTILHO, 1983); “Correio sentimental em questão: ‘Ismênia, a ex-moça donzela’” e “A imprensa marrom e a literatura: ‘A hipérbole e contra-ponto do real’” (WALDMAN, 1988); “A teoria da linguagem e o ensino do vernáculo” (HEAD, 1983); “Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções ‘porque’, ‘pois’ e ‘já que’” (VOGT, 1983); “O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas” e “‘Missa do Galo’ e as variações sobre o mesmo tema: a metáfora da dúvida ou a síntese dos contrários” (DURIGAN, 1988); “Definindo a compreensão da linguagem: algumas especulações” (CARROL, 1983); “Análise da narrativa: versões orais e experiência pessoal” (WALETZKY, 1983); “Recepção de textos, um processo

de aproximação gradual” (DASCAL, 1988); “Sintaxe” (PERINI, 1983); “O que é uma descrição? (resumo)” (HAMON, 1983); “Aspectos do ensino do vocabulário” (ILARI, 1983); “História literária e ciência literária” (BENJAMIN, 1983); “Análise da narrativa: versões orais e experiência pessoal” (LABOV, 1983); “História literária”, “Introdução: o problema da História Literária no Brasil” e “Modelo I de apresentação da história literária – o romance malandro” (BOLLE, 1988); “Diálogo e exercício crítico” e “Inês de Castro: a história e o mito” (VIEIRA, 1988).³⁰

Nota-se, mediante os dados apresentados, a diversidade de temas que eram tratados nos documentos relativos ao ensino de Língua Portuguesa naquele período. Pode-se observar também que todos os textos desses autores foram publicados em dois anos distintos: em 1983 (10) e em 1988 (7).

Com relação aos outros anos de publicação dos documentos, há apenas indicações genéricas de participação, não havendo indicação de títulos de texto ou outra informação que possa ser atribuída diretamente ao autor em questão, ou seja, sem indicação de fato de como se deu a participação e/ou a contribuição dessa pessoa na elaboração dos documentos, já que apenas 17 dentre os 66 nomes gerais são indicados como autores de textos que integram os documentos.

Alguns desses autores participaram também em outras funções, como é o caso de Ataliba T. de Castilho, Carlos A. Vogt e Carlos Franchi, por exemplo, que além de terem participado na condição de autores dos documentos, também integraram a “Equipe responsável”; e Harry Vieira Lopes, que participou também na condição de colaborador e organizador de alguns dos documentos. Outros autores também participaram em outras funções, mas para as finalidades deste texto, esses aspectos não serão analisados neste momento.

Faz-se necessário destacar que boa parte desses autores integraram, naquele momento, o quadro de docentes de algumas universidades públicas, especificamente compondo um grupo que se voltava aos estudos linguísticos além de debaterem algumas questões voltadas ao currículo.

É o caso de Carlos Franchi, Carlos Vogt e Rodolfo Ilari, por exemplo, professores fundadores do IEL – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP – Universidade de Campinas. Conforme destaca Paula (2015, p. 51-52), [...] o departamento de Linguística foi o primeiro a ser criado no país. Desde a sua criação, que data de 1968, [...] estava vinculado ao

³⁰ Todas as referências dos textos mencionados encontram-se disponibilizadas no Apêndice B.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, e, somente em 1977, ganhou uma nova sede: o IEL (Processo nº 7968/76).

Dentre os nomes que aparecem como autores dos documentos, ao menos 10 atuaram como docentes nesse instituto: Ataliba T. de Castilho; Brian F. Head; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Claudia Lemos; João Wanderley Geraldi; Marcelo Dascal; Mario Perini; Maurizio Gnerre; e Rodolfo Ilari.

Outro nome que merece destaque e que também se vincula a esse instituto é o de Antonio Candido, tendo sido o primeiro coordenador desse instituto e tendo tido texto de sua autoria incluído no rol dos *Subsídios* (SÃO PAULO, 1987) voltados aos professores naquele momento.

O impacto das discussões voltadas à linguagem e as concepções que passaram a integrar os documentos e a circular nas escolas públicas será discutido com mais destaque no capítulo 3. Porém, já é possível ressaltar que a universidade ocupou papel primordial naquele momento, especialmente no que diz respeito à conformação desse currículo que passou a circular mediante a publicação dos documentos oficiais.

Quadro 2 - Pessoas que participaram na condição de coordenadores, organizadores, elaboradores, professores, responsáveis e/ou consultores dos documentos relativos ao ensino de Língua Portuguesa para o 2º Grau (1976/1994)

NOME	TIPO DE DOCUMENTO	CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	ANO
Ana Maria Leonel Vieira dos Santos	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa [...]</i>	Colaboradora	1983
	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa [...]</i> 2.ed	Colaboradora	1987
Ângela B. kleiman	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Equipe Responsável	1978
			1983
Ângela Cecília de Souza	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VII)	Equipe Responsável	1978
Anna Emilia Soubhia	Documento de orientação – Proposta curricular (análise de relatórios)	Organização e elaboração	1988
Ataliba T. de Castilho	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Equipe Responsável	1978
			1983
	Equipe Responsável	Equipe Responsável	1978
Berta Waldman	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. II)	Equipe Responsável	1983
	Documento de orientação – Curso <i>Texto</i>	Professora	1981
Brian F. Head	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VI)	Equipe Responsável	1978
Carlos A. Vogt	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. I)	Equipe Responsável	1978
			1984
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Equipe Responsável	1978
			1983
Carlos Franchi	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Equipe Responsável	1978
			1983
		Equipe Responsável	1978

	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)		1983
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. III)	Equipe Responsável	1983
Cecília Beatriz Graziano Barretto	Documento de orientação – <i>Leitura e escrita</i>	Equipe responsável	1988
Célia Maria Carolino Pires	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Coordenação	1991
Clarilza Prado de Souza	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Consultoria	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Consultoria	1980
Claudia Lemos	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. III)	Equipe Responsável	1983
Dinamar Rezek	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Harry Vieira Lopes	Proposta Curricular (2ª Versão preliminar)	Colaboração	1994
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Organização	1991
	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Haquira Ozakabe	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. III)	Equipe Responsável	1983
Hélio Pimentel	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VII)	Equipe Responsável	1978
Janete Beauchamp	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Elaboração do material	1980

	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Elaboração do material	1980
Jesus Antonio Durigan	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Equipe Responsável	1978
			1983
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. II)	Equipe Responsável	1983
	Documento de orientação – Curso <i>Texto</i>	Professor	1981
Kátia Bastos Machado	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Elaboração do material	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Elaboração do material	1980
Lydia Bechara	Proposta Curricular (Versão preliminar)	Equipe de elaboração (Equipe Técnica de Língua Portuguesa)	1986
	Documento de orientação – Proposta curricular (análise de relatórios)	Organização e elaboração	1988
Lygia Corrêa Dias de Moraes	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VII)	Equipe Responsável	1978
Marcelo Dascal	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. II)	Equipe Responsável	1983
Maria Adélia bezerra de M. Bolle	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VI)	Equipe Responsável	1978
Maria Adélia Ferreira Mauro	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Coordenação	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Coordenação	1980
Maria Aleida Trindade	Proposta Curricular (2ª Versão preliminar)	Colaboração	1994
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Organização	1991
Maria Amélia Azevedo Goldberg	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Consultoria	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Consultoria	1980

Maria Anna Mantoanelli	Documento de orientação – <i>Leitura e escrita</i>	Equipe responsável	1988
Maria Aparecida Perini	Proposta Curricular (Versão preliminar)	Equipe de elaboração (Equipe Técnica de Língua Portuguesa)	1986
Maria da Graça Alves Cardoso	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Maria Eugenia Benini	Documento de orientação – <i>Leitura e escrita</i>	Equipe responsável	1988
Maria Silvia Olivi Louzada	Proposta Curricular (Versão preliminar)	Equipe de elaboração (Equipe Técnica de Língua Portuguesa)	1986
	Proposta Curricular (2ª Versão preliminar)	Equipe de elaboração	1994
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Organização	1991
	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Marília de Paiva Verrone	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Elaboração do material	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Elaboração do material	1980
Mario Perini	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Equipe Responsável	1978
		Equipe Responsável	1983
Martha de Paula Cintra	Documento de orientação – <i>Leitura e escrita</i>	Equipe responsável	1988
Milton José de Almeida	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Consultoria	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Consultoria	1980
Nair dos Santos	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa [...]</i>	Colaboradora	1983

	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...] 2.ed.	Colaboradora	1987
Pedro Paulo Demartini	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Coordenação	1991
Regina Maria Ferraz Ivamoto	Proposta Curricular (Versão preliminar)	Equipe de elaboração (Equipe Técnica de Língua Portuguesa)	1986
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Coordenação	1991
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Elaboração do material	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Elaboração do material	1980
	Documento de orientação – Proposta curricular (análise de relatórios)	Organização e elaboração	1988
	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Ritta de Cássia de AraujoCêntola	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. I)	Equipe Responsável	1978
			1994
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VII)	Equipe Responsável	1978
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Equipe Responsável	1978
			1983
Rodolfo Ilari	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. I)	Equipe Responsável	1978
			1994
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. V)	Equipe Responsável	1978
		Equipe Responsável	1993
Rosa Helena B. Martinez	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. III)	Equipe Responsável	1983
	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...]	Colaboradora	1983

Rosa Nilce Farto Cendón Ramos	Documento de orientação – <i>Suplência – Língua Portuguesa</i> [...] 2.ed.	Colaboradora	1987
Silvia Bruni	Proposta Curricular (2ª Versão preliminar)	Colaboração	1994
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Organização	1991
	Documento de orientação – Proposta curricular (análise de relatórios)	Organização e elaboração	1988
	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Susana Magalhães Maia Vieira	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.I)	Consultoria	1980
	Documento de orientação: <i>Concordância verbal</i> (Un.II)	Consultoria	1980
Therezinha L. Vasconcellos	Documento de orientação – Proposta curricular (análise de relatórios)	Organização e elaboração	1988
	Documento de orientação – <i>Diretrizes para o ensino de Português na HEM</i>	Elaboração	1990
Willy Bolle	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VI)	Equipe Responsável	1978
Yara Frateschi Vieira	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. I)	Equipe Responsável	1978
			1984
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. VIII)	Equipe Responsável	1978
			1983
	Subsídios à Proposta Curricular (Vol. II)	Equipe Responsável	1983
Zuleika de Felice Murrie	Proposta Curricular (2ª Versão preliminar)	Equipe de elaboração	1994
	Fascículo do Projeto Ipê – Língua Portuguesa	Organização	1991

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Confrontando os dados do Quadro 1 com os do Quadro 2, pode-se observar que existem alguns nomes que se repetem, já que algumas pessoas participaram da elaboração dos documentos para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) em mais de uma função, como Ataliba T. Castilho, Berta Waldman, Brian F. Head, Carlos A. Vogt, Carlos Franchi, Cláudia Lemos, Harry Vieira Lopes, Jesus Antonio Durigan, Maria Silvia Olivi Louzada, Regina Ferraz Ivamoto, Rodolfo Ilari, Yara Frateschi Vieira e Zuleika de Felice Murrie.

Desses que participaram em mais de uma função – especialmente na condição de autores vinculados a outra função, como organização – são justamente aqueles que mantiveram relação direta com a universidade naquele momento histórico, como com o IEL, ou que estavam diretamente vinculados à área da Educação.

Além disso, esses profissionais que se vinculavam diretamente ao IEL participaram especialmente daqueles documentos denominados *Subsídios* aos professores, que continham textos mais teóricos sugeridos para leitura dos professores e/ou como complemento para sua formação e entendimento da concepção de ensino de língua portuguesa que se pretendia naquele momento.

Coincidentemente, os professores que participaram em outras funções que não de autoria são aqueles cujas informações sobre formação e atuação são as mais difíceis de localizar, seja em textos acadêmicos ou na internet, o que indica que provavelmente atuaram em funções de fato mais acessórias no âmbito da CENP e que não se detinham especificamente a questões teóricas e/ou de concepção de ensino de LP.

Analisando os dados do Quadro 2, pode-se observar ainda que algumas pessoas participaram na condição de professores, ministrando cursos voltados a temas relativos ao ensino de Língua Portuguesa, como o curso ministrado por Jesus Antonio Durigan no ano de 1981 denominado “Texto”.

Também é possível constatar que a pessoa que mais participou da elaboração em diferentes condições foi Regina Maria Ferraz Ivamoto (elaboração, coordenação, organização e equipe técnica de Língua Portuguesa) e em anos distintos (1980, 1986, 1988, 1990, 1991). Na busca por informações sobre ela, localizei apenas a informação de que possui Mestrado em Linguística pela USP e que foi orientada por Maria Adélia Ferreira Mauro, que também participou da elaboração de dois documentos na condição de coordenadora.

Tal vinculação entre elas evidencia mais uma vez a relação direta que havia entre a universidade e a CENP, especialmente no que diz respeito às discussões relativas ao ensino de LP; tais discussões serão aprofundadas nos próximos capítulos.

1.3 A autoria institucional dos documentos: o caso da CENP e da FDE

Analisando ambos os instrumentos de pesquisa elaborados (GONÇALVES, 2018b; 2021a), pude identificar dois diferentes autores institucionais responsáveis pela elaboração dos documentos em questão: a CENP e a FDE. Notei ainda que a CENP elaborou a maior parte dos documentos, sendo ela a responsável pela elaboração do primeiro documento analisado, datado de 1976. Já a FDE aparece como responsável pela elaboração dos documentos mais recentes, a partir do ano de 1987 (oficialmente o ano de sua fundação e, por esse motivo, não havia a possibilidade de ter publicado documentos que datassem de anos anteriores).

Mediante o exposto, passei a me questionar sobre como era feita essa distribuição de funções no que diz respeito à organização e à elaboração dos documentos e se a CENP havia deixado de existir, passando a assumir a função de elaboração desses documentos a FDE. Dessa forma, comecei a pesquisar sobre a origem dessas instituições e as suas atribuições.

Desde a realização da pesquisa introdutória, senti bastante dificuldade em localizar informações a respeito da CENP, tanto na internet como também em livros e documentos. Não há *sites* oficiais em que constem informações a respeito da existência, criação ou extinção desse órgão da SEE/SP. Localizei informações apenas em trabalhos acadêmicos e em livros que tratam de políticas educacionais do período de funcionamento da CENP, especialmente na década de 1980.

Em um desses trabalhos, localizei a informação de que a criação desse órgão se deu a partir da reorganização da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, por meio do Decreto n. 7.510, de 1976, momento em que “[...] passou a constar no organograma da Secretaria a criação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) [...]”. (OLIVEIRA, 2015). De acordo com Martins (1996), dentre as funções da CENP destacavam-se “[...] as definições de políticas públicas para os currículos, o estabelecimento das diretrizes curriculares para a rede pública paulista e a orientação técnica a professores e assistentes pedagógicos das Delegacias de Ensino.” (MARTINS, 1996, p. 20).

De acordo com Souza (2005), naquele momento histórico, havia na SEE/SP

[...] apenas três Coordenadorias: a CENP, a Coordenadoria do Ensino do Interior e a Coordenadoria de Ensino da Capital. A estas duas últimas estavam vinculadas as Divisões Regionais que, por sua vez, desdobravam-se em Delegacias de Ensino. Em nível central, não era difícil a articulação da CENP com as Coordenadorias de Ensino da Capital e do Interior. A estas cabia expedir as instruções a serem cumpridas em nível local, as quais deveriam traduzir fielmente as decisões adotadas pelos órgãos centrais competentes. Contudo, tendo em vista as dimensões da rede e os organismos que intermediavam o contato dos órgãos centrais com as escolas, é explicável que

tenham ocorrido falhas de comunicação com alguma frequência. *Para a execução de projetos de natureza didático-pedagógica, a CENP ficava na retaguarda à disposição das Delegacias e das Escolas, propiciando-lhes o suporte necessário, mediante publicações, materiais didáticos, visita de especialistas, cursos etc, e, com muita frequência, participava diretamente desses trabalhos. Muitos cursos destinados à reciclagem do pessoal docente e técnico foram realizados na própria CENP [...].* (SOUZA, 2005, p. 303-304, grifos meus).

Nota-se, portanto, de acordo com a citação acima, a importância que a CENP teve na publicação de documentos naquele período, sobretudo para a formação em serviço de professores da rede de ensino paulista e para o aprofundamento das discussões sobre a política curricular do Estado.

Já com relação à FDE, a localização de informações foi mais fácil. Conforme destaquei na pesquisa introdutória, há disponível na internet um *site* específico desse órgão da SEE/SP que contém informações sobre o seu funcionamento, objetivos, estrutura, serviços etc. Destaquei também que a criação da FDE, em 1987, foi caracterizada por um sentimento de necessidade de mudança, bastante presente naquele momento histórico:

[...] em 1987, ano de criação da FDE, o setor educacional no Estado de São Paulo exigia tratamento diferenciado daqueles aplicados até então. Embora o Estado conseguisse oferecer quantidade de vagas satisfatória em relação à demanda escolar, a qualidade do ensino requeria cuidados, tendo em vista os índices de analfabetismo e evasão escolar ainda serem preocupantes, apesar das medidas governamentais adotadas até então. Para tentar reverter esse quadro, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) elaborou um plano de ação que incluiu a criação da FDE, instituição concebida para atuar tanto na área pedagógica quanto na de recursos físicos escolares. Criada a partir da Fundação para o Livro Escolar (FLE), instituída 25 anos antes, em 1962, a FDE absorveu parte das atribuições, funcionários e bens da Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), que, mantida pelo Governo Federal, encontrava-se em processo de extinção, assim como parte das funções e estrutura da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp). (SÃO PAULO, 2018).

Em funcionamento até os dias atuais, a FDE tem atuado no sentido de “[...] viabilizar a execução das políticas educacionais definidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, implantando e gerindo programas, projetos e ações destinadas a garantir o bom funcionamento, o crescimento e o aprimoramento da rede pública estadual de ensino.” (SÃO PAULO, 2018).

Nossa, a partir do exposto, que as duas instituições coexistiram naquele momento histórico assumindo diferentes funções no que diz respeito à elaboração dos documentos. Enquanto a CENP se preocupava em elaborar projetos e documentos de natureza didático-pedagógica, a FDE, para além da parte pedagógica, se responsabilizava e se responsabiliza, ainda hoje, também pela parte dos recursos físicos escolares, além de outras questões conforme consta no site:

Entre suas principais atribuições estão construir escolas, reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação; gerenciar os sistemas de avaliação de rendimento escolar; e viabilizar meios e estruturas para a capacitação de dirigentes, professores e outros agentes educacionais e administrativos, visando sempre à melhor qualidade do ensino e à aplicação apropriada das políticas educativas definidas pelo Estado. Para garantir o cumprimento de tais responsabilidades, a Fundação põe em prática uma série de iniciativas voltadas ao desenvolvimento de ações que possibilitam a integração da comunidade escolar à sociedade que a envolve. Seguindo determinações da Secretaria da Educação, a Fundação também é responsável por desenvolver pesquisas voltadas ao aprimoramento do sistema pedagógico aplicado ao ensino, e ferramentas e equipamentos educacionais disponíveis à rede pública, incluindo recursos didáticos e de informática, entre outros. (SÃO PAULO, 2018).

Não satisfeita com as informações que havia obtido até o momento sobre a CENP, passei a refletir sobre outras formas possíveis de localizar informações sobre a criação, atribuições e extinção desse órgão, assim como sobre outras coordenadorias que pudessem vir a existir após a CENP.

A estratégia que encontrei e que foi a mais viável dado o contexto da pandemia, foi a de analisar as leis e os decretos publicados no diário oficial da ALESP. Tal pesquisa resultou no segundo instrumento de pesquisa que elaborei (Apêndice 2) e que será analisado com mais detalhes no próximo capítulo.

Capítulo 2

Especificidades da CENP na elaboração de documentos oficiais

2.1 A reforma curricular da década de 1970

Em 11 de agosto de 1971 tornou-se pública a Lei nº 5.692 que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus (BRASIL, 1971). Conforme ressaltado por Santos (2014), essa lei “[...] estabelecia, no Capítulo I – Do Ensino de 1º e 2º graus, os objetivos para o ensino que corresponderia, hoje, à educação básica – excetuando a educação infantil:

Art.1º. O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. §1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. (BRASIL, 1971).

Conforme destacado no artigo primeiro da Lei, o ensino de segundo grau ao qual me refiro neste texto corresponde ao que hoje é denominado ensino médio – conforme a denominação estabelecida pela Lei nº 9.394/96 também relativa às Diretrizes e Bases para a Educação Básica.

Santos (2014, p.151) aponta que a reforma do ensino de 1º e 2º graus foi fruto de pareceres elaborados no âmbito do Conselho Federal de Educação cujo início se deu no ano de 1969, tendo como autor o conselheiro Celso Kelly. O objetivo principal da reforma conforme aponta a pesquisadora com base em entrevistas realizadas foi o de “[...] propor uma revisão da LDB 4.024/61 no que se referisse a esses dois graus de ensino com base em alguns “pontos de vista”, os quais, na prática, revelavam concepções e princípios que foram mais tarde incorporados pela Lei 5.692.”. (SANTOS, 2014, p.151.).

Tais “concepções e pontos de vista” conectam-se claramente com o contexto político e educacional do período em questão, momento no qual o país encontrava-se em regime militar (1964-1985). Desse modo, a Educação do país deveria estar a serviço de quem assumia o poder naquele momento e uma forma clara de demonstrar isso era (e ainda é) a partir da revisão de documentos oficiais e currículos.

Santos (2014, p.155) aponta que

O que consideramos mais significativo nas propostas da Lei 5.692 não são as mudanças no tempo da escolaridade, nem as alterações quanto às designações dos diferentes segmentos do ensino, mas a mudança de concepção de escola e do ensino nela presentes. Pode-se mesmo perceber que há um discurso da pedagogia perpassando a elaboração do currículo de primeiro e segundo graus e interferindo no que seria ensinado pelas disciplinas.

A autora destaca que, apesar disso, já naquele momento de reunião de grupos de trabalho para a construção da Lei e do estabelecimento de conteúdos a serem ensinados, já houve

resistência, a qual se concretizou, por exemplo, na criação da disciplina escolar Estudos Sociais que contemplava discussões mais integradoras frente às áreas de conhecimento e a partir de perspectivas mais críticas. (SANTOS, 2014, p.168).

Conforme já destacado anteriormente, a CENP foi criada ainda no período no qual o país encontrava-se em regime militar, em 1976. Nesse momento, o cenário era, portanto, o de divulgação da nova LDB baseada principalmente nos princípios do regime militar. Porém, já nesse momento, havia movimentos de enfrentamento e resistência perante o currículo que se queria implementar.

Por intermédio da CENP, por exemplo, foram implementados os chamados *Guias Curriculares* – também conhecidos como os “verdões” – e que antecederam as *Propostas Curriculares* (SÃO PAULO, 1986) da década de 1980. Não à toa esses documentos tinham essa denominação, uma vez que se baseavam numa concepção de professor e de ensino pautada na prescrição, fato característico daquele momento histórico político e educacional.

2.2 O contexto político e educacional das décadas de 1980 e 1990

Também não é à toa que os documentos elaborados pela CENP voltados ao ensino de LP (além das outras áreas de conhecimento) que substituíram os *Guias* na década de 1980 denominaram-se *Propostas*. Foi nesse período que se intensificaram as discussões e o debate acerca da educação e do que se pretendia fazer em questão de currículo a partir do final da ditadura militar – que perdurou até o ano de 1985.

Nesse momento, portanto, o desafio posto à sociedade brasileira e aos educadores era o de “[...] se livrarem das concepções e amarras políticas, econômicas e ideológicas do governo ditatorial vigente até aquele período, e que representavam somente a classe dominante do país. [...] passavam, portanto, a exercer a democracia como um direito e a exigir melhorias efetivas para a Educação e para a sociedade como um todo.” (CARVALHO, 2002, p. 62).

De acordo com Magnani (1997),

[...] com a abertura política do país, no final da década de 1970, a sociedade civil começa a se organizar para repensar o projeto de nação que correspondesse aos interesses da maioria dos cidadãos. Na educação, os efeitos dessa ‘distensão lenta e gradual’ também se fazem sentir. Começam a ser colocados os problemas do fracasso, repetência e evasão escolar, da baixa qualidade do ensino, das condições precárias de trabalho e formação dos professores. Dessa vez, de outro prisma – com base na ‘sociologia’ – a fim de se denunciar a ineficiência do sistema educacional fruto de uma política autoritária. (MAGNANI, 1997, p. 264)

Conforme aponta Athayde Júnior (2007),

[...] o período se inaugura com a instalação dos chamados —governos democráticos‖ da década de 1980 e se inicia com a implantação de um projeto político que radicaliza o princípio participativo: o que importava era o engajamento de todos na construção de um projeto a partir de novas bases (um ponto de partida comum – a leitura crítica da realidade), sem um horizonte ou um ponto de chegada previamente definido. Na área educacional, essa radicalidade vai implicar um projeto político que propõe a construção coletiva de propostas com os professores, provocando uma ruptura com a tradição de surgimento de propostas curriculares, no campo político-educacional [...]. (ATHAYDE-JÚNIOR, 2007, p. 55)

Dessa forma, como apresentei em capítulos anteriores e também em pesquisa anterior (GONÇALVES, 2018c), a década de 1980 corresponde ao “quarto momento da história da alfabetização no Brasil”, marcado pela ampla elaboração e publicação de diferentes tipos de documentos e material educacional e pedagógico que tinham como objetivo subsidiar a prática docente, com base nas novas concepções de educação e de sociedade pautadas sobretudo no princípio participativo.³¹

Já na década seguinte, outra Lei de Diretrizes e Bases foi promulgada e a partir dela, novos documentos oficiais relativos ao ensino de LP e às demais disciplinas foram elaborados – e mais uma vez, com outra denominação. Trata-se da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que diferentemente da anterior, passou a abordar todos os níveis de ensino, inclusive o ensino superior. Tal lei

[...] foi considerada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso como uma prova de maturidade e pelo Deputado José Jorge, [...] seu relator, como _a chance de organizar o papel do setor público e do setor privado, ampliando a descentralização das escolas, e flexibilizando a gestão das Universidades e as normas dos vestibulares. A Lei era apontada como uma revolução na educação brasileira, após os 25 anos em que esteve em vigor a Lei nº 5.692/71. Entre as inovações pedagógicas, destacavam-se a _promoção continuada, em outras palavras, a não reprovação dos alunos do ensino fundamental. Logo após a sanção da Lei nº 9.394/96, o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria da Educação Fundamental distribuíram em todo o país os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). [...] os PCN passam, no final da década de 1990, a serem considerados como norteadores do ensino e referência curricular aos diferentes estados e municípios brasileiros [...]. (IÓRIO, 2007, p. 96).

Nesse período, entram em vigor os novos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, para todas as disciplinas curriculares, inclusive para o ensino de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998). Apesar de ter havido constantes mudanças por meio da promulgação da lei mencionada (BRASIL, 1996), as mesmas concepções se mantinham: “[...] a ideia de que o aluno não estava

³¹ As concepções de ensino e de LP presentes nos documentos elaborados nesse período serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo.

sendo bem preparado, pois o professor era sempre alguém apontado como alguém que devia ser guiado, a quem se davam subsídios, exemplos de práticas para que seu trabalho fosse bem sucedido.” (IÓRIO, 2007, p. 211).

Especificamente em relação aos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCN-LP*, destaca-se o fato de que “[...] o documento foi elaborado com a preocupação de atender às diversidades regionais, culturais e política brasileira, e ainda, com o objetivo de conseguir uma unidade nacional e garantir padrões mínimos de acesso dos jovens aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.” (IÓRIO, 2007, p. 220).

Em relação ao processo de elaboração dos PCN-LP, Iório (2007, p. 221) destaca que “[...] foram elaborados a partir de estudos e experiências de educadores brasileiros”. Além disso, é importante assinalar que “[...] antes de chegar ao professor, [esses documentos] passaram, em versões preliminares, por análises de professores de diferentes Graus de ensino, especialistas da educação e da linguística, ainda, de instituições governamentais e não-governamentais [...].” (IÓRIO, 2007, p. 221). Assim, “[...] a estruturação dada aos PCN-LP não foi diferente do que havia em documentos antecedentes, pois sua organização metodológica não rompia com padrões anteriormente estabelecidos em documentos centrais de cada período [...].” (IÓRIO, 2007, p. 222).

Mediante o exposto, nota-se claramente o caminho percorrido pelos órgãos responsáveis pela elaboração de documentos oficiais entre as décadas de 1970 e 1990: de uma ideia pautada na prescrição para a de elaboração participativa. A CENP assumiu um papel primordial nesse contexto, sobretudo a partir da década de 1980, momento no qual assumiu mais efetivamente a elaboração de documentos oficiais para os diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento.

2.3 Funcionamento e estrutura da CENP e o processo de elaboração de documentos

Como informei, desde que iniciei a pesquisa cujos resultados apresento em Gonçalves (2018c), senti dificuldade em localizar informações a respeito da criação, organização e extinção da CENP. Na ocasião, assim também como agora, localizei apenas informações sobre a FDE e sobre as coordenadorias subsequentes à CENP, havendo um site exclusivo com as informações sobre esse órgão.

Também informei que me senti confusa ao analisar as referências dos documentos que elegi como *corpus* naquele momento, pois havia autoria institucional da CENP e da FDE e, às vezes, as publicações eram feitas no mesmo ano. Desde então, passei a me interessar pelo

entendimento de como se dá a elaboração desses documentos em relação à autoria institucional e procurei diferentes formas para localizar informações a esse respeito.

Não tendo encontrado livros, artigos, periódicos ou *sites* que contivessem tais informações, pensei em consultar as leis e os decretos publicados no site da ALESP, pois estes poderiam me fornecer informações que até então não haviam sido localizadas – por exemplo, a do ano de extinção da CENP e dos cargos existentes nessa coordenadoria.

2.3.1 Leis e decretos sobre a CENP

A princípio, fiz uma busca com os termos “CENP” e “Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas”, conforme indico em Gonçalves (2021b), resultando em 47 normas (três leis e 44 decretos).³² Por meio desta pesquisa, pude constatar que o primeiro decreto referente a essa instituição data do ano de 1976³³, que trata da estrutura da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo na qual a CENP aparece como uma instituição parte da “Administração Centralizada”. O último decreto que menciona a CENP data do ano de 2012 (Apêndice C).

Identifiquei, porém, que em alguns casos de publicação de leis há erros de digitação na palavra coordenadoria, o que poderia limitar o acesso e não distribuir na busca todas as menções possíveis. Uma alternativa que encontrei foi buscar apenas por estudos e normas pedagógicas. Dessa forma, obtive 49 resultados (três leis e 46 decretos), sendo 47 iguais aos encontrados anteriormente, 1 decreto que se dirigia diretamente à CENP, mas de forma abreviada “coord.” e, portanto, foi incluído; e um outro que se dirigia à participação do Coordenador de Estudos e Normas Pedagógicas, uma função específica, e, portanto, não foi incluído na contagem.³⁴

No site, é possível verificar o que foi revogado de cada decreto. A situação atual do decreto de 1976 que trata da criação da CENP é “revogado(a)” e, abaixo, é possível localizar uma aba onde constam todas as alterações e retificações que o decreto teve ao longo do tempo. A última data de 2011, cuja situação é “sem revogação expressa”. Trata-se do Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011, que *Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas*. Na estrutura básica, não consta mais a CENP:

³² Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/?status=G&inicio=0&fim=20&autor=&numero=&ano=&texto=Coordenadoria%2520de%2520Estudos%2520e%2520Normas%2520Pedag%25C3%25B3gicas&indexadores=&dataIni=&dataFim=&tema=&idAutor=&promulgacao=&situacao=>.

³³ Como informei, por esse motivo a data de recorte da pesquisa data de 1976.

³⁴ As leis encontram-se disponíveis para a consulta no Anexo I.

1976

Artigo 3.º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica:

I - Administração Centralizada:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Conselho de Planejamento Educacional;
- c) Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional;
- d) Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas;
- e) Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo;
- f) Coordenadoria de Ensino Interior;
- g) *Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas*;
- h) Departamento de Recursos Humanos;
- i) Departamento de Assistência ao Escolar;
- j) Comissão Estadual de Moral e Civismo.

II - Administração Descentralizada:

- a) Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP);
- b) Fundação para o Livro Escolar.

III - Entidade vinculada: Conselho Estadual de Educação. (SÃO PAULO, 1976, grifos meus).

2011

Artigo 4º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica:

I - Gabinete do Secretário;

II - Comitê de Políticas Educacionais;

III - Subsecretaria de Articulação Regional;

IV - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”;

V - *Coordenadoria de Gestão da Educação Básica*;

VI - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional;

VII - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares;

VIII - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos;

IX - Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

X - Diretorias de Ensino, identificadas no Anexo deste decreto.

Artigo 5º - Vinculam-se à Secretaria da Educação:

I - o Conselho Estadual de Educação - CEE;

II - a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. (SÃO PAULO, 2011, grifos meus).

Conforme pode ser observado, no decreto de 2011 a CENP já não aparece no quadro de estrutura da SEE/SP. Tratando de assuntos da educação básica, aparece uma nova coordenadoria que, hipoteticamente, veio a substituir a CENP. Trata-se da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), cujos aspectos estruturais analisarei em outro tópico.

Dentre todas as leis e os decretos localizados, o único cujas informações apresento na íntegra nos anexos é o que corresponde à criação da CENP, pois apresenta com detalhes as atribuições e a organização dessa coordenadoria no âmbito da SEE/SP.

Pode-se identificar, de acordo com as informações contidas no decreto, que a CENP era organizada em cinco seções: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Currículo; III - Divisão de Supervisão; IV - Serviço de Recursos Didáticos; V - Serviço de Estudos e Pesquisas; VI -

Serviço de Orientação Educacional; VII - Serviço de Documentação e Publicações; VIII - Divisão de Administração. Essas seções, por sua vez, se subdividem em outras menores e mais específicas, o que demonstra uma descentralização das atribuições. (SÃO PAULO, 1976).

A “Divisão de Currículo”, por exemplo, era organizada de acordo com os níveis e modalidades de ensino, de modo que havia diretorias e equipes técnicas específicas para tratar dos assuntos relativos ao ensino de 1º Grau, ao ensino de 2º Grau, ao Ensino Supletivo, à Educação Especial e à Pré-escola.

Dentre as atribuições gerais da CENP, destacam-se os oito itens a seguir:

- I** - formular diretrizes para a elaboração execução, coordenação, controle e avaliação do plano escolar;
- II** - desenvolver estudos e elaborar modelos de referência da Escola de 1.º e 2.º Graus, Educação Especial, Educação Pré-Escolar e do Ensino Supletivo;
- III** - desenvolver estudos que tenham por objetivos a experimentação o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de materiais didáticos de novas metodologias de ensino e de supervisão;
- IV** - elaborar normas de funcionamento e supervisionar as unidades escolares que tenham por objetivo a experimentação pedagógica e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino;
- V** - desenvolver estudos para a fixação de diretrizes das atividades relacionadas à Orientação Educacional nas unidades de ensino do sistema escolar;
- VI** - diagnosticar, em consonância com o Departamento de Recursos Humanos e as Coordenadorias de Ensino, as necessidades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica;
- VII** - elaborar critérios para o dimensionamento de recursos humanos necessários às atividades docentes, técnicos-pedagógicas e administrativas da área pedagógicas;
- VIII** - elaborar especificações relativas a modelos físicos, equipamentos e materiais permanentes das escolas do sistema escolar. (SÃO PAULO, 1976).

Com relação às atribuições das equipes técnicas, por exemplo, no caso da equipe responsável pelo 2º Grau, as atribuições eram as seguintes:

- a)** elaborar o modelo de organização curricular para o Ensino de 2.º Grau;
- b)** elaborar e reformular propostas curriculares para o Ensino de 2.º Grau, com o objetivo de garantir a unidade do sistema escolar e o atendimento das peculiaridades sócio-econômico-culturais da comunidade e de suas escolas;
- c)** participar na elaboração de projetos referentes aos Centros Interescolares e outros que visem a entrosagem e intercomplementariedade na utilização de recursos;
- d)** selecionar os meios que proporcionem a melhoria qualitativa do ensino;
- e)** realizar estudos que fundamentem a elaboração das propostas curriculares;
- f)** formular os objetivos específicos do ensino em função das diversas

- matérias e dos seus conteúdos no Ensino de 2.º Grau;
- g)** subsidiar e/ou elaborar especificações referentes a instalações e equipamentos;
- h)** colaborar no estabelecimento de especificações relacionadas à seleção de materiais didáticos para o Ensino de 2.º Grau;
- i)** elaborar, em cooperação com a Divisão de Supervisão, os instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensinar-aprender, em função das matérias do currículo do Ensino de 2.º Grau;
- j)** oferecer subsídios para os programas de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica;
- l)** elaborar propostas para a realização de estudos e pesquisa de problemas relacionados ao currículo do Ensino de 2.º Grau. (SÃO PAULO, 1976).

Nota-se, mediante o exposto, que as atribuições da equipe da CENP eram dadas de forma bastante descritiva no decreto. Além disso, pode-se observar que as funções eram muito bem distribuídas por meio das equipes técnicas em todos os níveis e as modalidades de ensino e, dentre as principais funções, destaca-se a de elaboração e reformulação de propostas curriculares.

Infelizmente, algo que ainda não foi possível analisar mediante a análise das leis e dos decretos e mediante a leitura da bibliografia localizada sobre o tema até o momento, é a forma pela qual as pessoas que cumpriam determinadas funções chegaram a atuar nessa coordenadoria (se por indicação, eleição, prova de título etc.).

Porém, o que se pôde constatar mediante a análise dos documentos e da leitura de bibliografia especializada foi que as pessoas que compunham essas equipes eram, em sua maioria, professores universitários vinculados à institutos específicos que se voltavam aos estudos sobre a linguagem.

2.3.2 A participação de professores na elaboração dos documentos

Como informei no capítulo 2 deste texto, a partir da análise do instrumento de pesquisa relativo aos documentos oficiais para o ensino de L.P específicos para o 2º Grau, foram localizados o total de 66 nomes que aparecem de alguma forma na elaboração desses documentos (autoria, organização, elaboração etc.).

Essa participação se deu mediante as subdivisões que existiam no âmbito da Coordenadoria conforme destacado no tópico anterior, especificamente no que diz respeito à existência das equipes técnicas que se responsabilizavam pelas discussões sobre o currículo.

Tais participações acabam por evidenciar, ainda que superficialmente, o papel que a CENP ocupou na elaboração desses documentos, além de evidenciar o papel primordial dos

professores que compunham o quadro das equipes técnicas: de certa forma, a CENP assumia uma função acessória no sentido de publicação dos documentos, haja vista que a produção do saber ficava a cargo dos professores e dos demais envolvidos na efetiva elaboração dos documentos, nas discussões sobre as concepções de ensino e na organização curricular.

Os documentos analisados contidos no instrumento de pesquisa apresentam essa composição e características justamente para evidenciar o movimento de discussão curricular que existiu naquele momento histórico, bastante diferente do que ocorreu nas décadas anteriores e, também, nas décadas seguintes.

A CENP emerge, portanto, justamente em um momento da história do país e do Estado onde se buscava refletir sobre o que deveria ser ensinado nas escolas, de modo que o conteúdo a ser ensinado era selecionado e definido a partir de ações de discussão colaborativas entre professores da rede e professores universitários. Além disso, aquele momento caracterizava-se por uma transição com relação à concepção de linguagem que passaria a ser adotada nas escolas públicas paulistas a partir dos documentos oficiais e que divergia substancialmente da concepção presente em documentos publicados nas décadas anteriores.

2.4 A CENP e as coordenadorias subsequentes

A partir da análise das leis e dos decretos relativos à CENP contidas no instrumento de pesquisa, foi possível identificar que ela deixou de existir no âmbito da SEE/SP no ano de 2011, ano no qual houve uma nova reorganização da secretaria e quando passou a existir a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

No site da ALESP, realizei consultas com os termos “Coordenadoria de Gestão da Educação Básica” e “CGEB”. Dessa pesquisa, obtive o retorno de 5 resultados, sendo os cinco relativos a decretos: o primeiro de 2011, quando passou a constar na Secretaria de Educação; e o último de 2016.

Pode-se constatar, mediante a análise das leis e dos decretos (Anexo I), que à CGEB foram atribuídas as antigas funções da CENP, mas em menor escala. Um dos fatos que mais chamam a atenção é o de terem deixado de existir as equipes técnicas responsáveis por cuidar de assuntos diversos dos diferentes níveis de ensino. Tais equipes eram compostas por diversos professores da rede, além e professores universitários, e caracterizava uma ampla discussão democrática quanto à elaboração dos currículos no âmbito da SEE/SP.

Em seguida à CGEB, a próxima coordenadoria que assumiu a posição que já foi ocupada pela CENP foi a COPED. Localizar informações sobre essa coordenadoria foi tarefa mais

simples. Há no site oficial da SEE/SP informações relativas às atribuições e responsabilidades dessa coordenadoria:

A Coordenadoria Pedagógica (COPED) tem como atribuições elaborar, atualizar e normatizar o currículo da Educação Básica, além de propor diretrizes pedagógicas e definir materiais e recursos educacionais, inclusive para uso e implementação de tecnologias no Ensino Fundamental e Médio. Ademais, deve dimensionar e definir o perfil do Quadro do Magistério, assim como garantir o desenvolvimento do mesmo, conjuntamente com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”. ([EFAPE](#)). Por fim, tem como responsabilidade analisar e avaliar os resultados do ensino, propondo, quando necessário, medidas, diagnósticos e recomendações para melhoria da qualidade, inclusive através do subsídio e formulação das políticas, programas e projetos educacionais. (SÃO PAULO, 2021).

Assim como em relação às outras coordenadorias, prossegui com a busca no site da ALESP para localizar o ano em que passou a constar no organograma da SEE/SP assim como para localizar informações mais detalhadas quanto às atribuições dessa coordenadoria. Pesquisei os termos “Coordenadoria Pedagógica” e “COPED”, tendo obtido apenas dois resultados.

Também como em relação às demais, o primeiro decreto que menciona a COPED refere-se à reorganização da SEE/SP:

Artigo 4º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Conselho Estadual de Educação - CEE;
- III - Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE;
- IV - Comitê de Políticas Educacionais;
- V - Subsecretaria de Acompanhamento da Grande São Paulo;
- VI - Subsecretaria de Acompanhamento do Interior;
- VII - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”;
- VIII - Coordenadoria Pedagógica;
- IX - Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula;
- X - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares;
- XI - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos;
- XII - Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- XIII - Diretorias de Ensino, identificadas nos Anexos I e II deste decreto.

Parágrafo único - A Secretaria da Educação conta, ainda, com:

- 1. entidade vinculada: Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE;
- 2. fundo especial: Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo - FUNDESP. (SÃO PAULO, 2019).

Pode-se observar, mediante a análise, que a COPED manteve basicamente as mesmas funções da CGEB, apesar de apresentar mais tópicos de divisão da estrutura (de 8 tópicos existentes na CENP e na CGEB, agora na COPED são doze). Porém, é possível dizer que dentre as três coordenadorias analisadas, A CENP tinha a maior estrutura especialmente no que diz

respeito à existência das equipes técnicas que se responsabilizavam pela discussão sobre o currículo.

É possível dizer, mediante a análise das leis e dos decretos selecionados, que a criação das coordenadorias no âmbito da SEE/SP se dá a partir da reorganização dessa instituição e que certamente o cenário político exerce importante papel nesse processo.

Além disso, apesar de existir um decreto que menciona a CENP em 2012, é possível dizer que trata-se de uma menção tardia, haja vista que na reorganização da SEE/SP do ano de 2011 a CENP já não integrava mais a organização. Assim, é possível afirmar, a partir da análise das leis e dos decretos mencionados, que a CENP passou a existir no ano de 1976 e exerceu suas atividades até o ano de 2011, e que portanto foi a principal responsável pela elaboração de documentos oficiais para o ensino de LP no Estado de São Paulo entre os anos de 1976 e 1996 (recorte desta dissertação).³⁵

³⁵ A respeito das diferenças entre as coordenadorias, vale ressaltar que no ano de 2011, a partir de uma nova reorganização, a CGEB passou a cumprir com algumas das funções anteriormente exercidas pela CENP. Tais funções, porém, não contemplavam totalmente as exercidas pela CENP, o que demonstra uma diminuição das atribuições dessa coordenadoria. Em 2019, quando foi instituída a COPED, também a partir de uma nova reorganização da SEE/SP, apesar da mudança na denominação, pode-se observar que as mesmas atribuições da CGEB foram mantidas. Nota-se, ainda, que há um período de 2 anos (2017 e 2018) nos quais não foram localizadas, até o momento, nenhuma menção à coordenadorias, fato que merece maior análise em pesquisas posteriores.

Capítulo 3

Concepções teóricas presentes nos documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau): o caso dos *Subsídios à Proposta Curricular*

3.1 Sobre o currículo e o ensino de Língua Portuguesa

Os estudos a respeito do currículo e das concepções presentes a respeito do ensino de Língua Portuguesa contidos em documentos oficiais e demais documentos destinados às escolas não são novos. Em pesquisa histórica pioneira sobre o tema e de “indispensável leitura” como diria a professora e pesquisadora Magda Soares (1999), está a obra *Os sentidos da alfabetização*, de Mortatti (2000), o qual já descrevi brevemente na introdução, sendo matriz teórica da pesquisa que desenvolvi.

Nessa obra, a autora aborda pouco mais de um século de história do ensino da língua materna brasileira. Assim como informei, a autora destaca a existência de quatro momentos relativos à história da alfabetização³⁶ e do ensino de LP ao longo das décadas de 1876 a 1994. Mediante a análise de diferentes fontes históricas, ressalta que a partir da década de 1980 se instaurou o “quarto momento” da história da alfabetização e do ensino de L.P no Brasil, momento que continua presente até os dias atuais.

No que tange ao ensino de L.P propriamente dito, esse momento caracteriza-se sobretudo pela “[...] busca do *todo*, onde se encontra o *sentido* do que se lê e se escreve, onde se encontra o *sentido* do ensino-aprendizagem da leitura e escrita na fase inicial de escolarização das crianças.” (MORTATTI, 2000, p.288). Tal concepção se evidencia nos documentos oficiais do período a partir da análise da configuração textual das referências dos documentos localizados onde se observa a ampla participação de professores que compartilham desse ideário e dessa concepção, o que descrevi brevemente no capítulo 2.

Em outra pesquisa histórica, Soares (1997) também trata do período no qual a Língua Portuguesa foi incluída no currículo escolar. De acordo com a autora, isso ocorreu no final do Império, nas últimas décadas do século XIX. A autora pontua que desde aquele período, ao longo do tempo, o ensino da língua passou por modificações e reformulações conforme as mudanças sociais e culturais que ocorriam.

Conforme destaca uma outra pesquisadora, a partir dos anos de 1970 com os estudos sobre a “teoria da comunicação”, por exemplo,

[...] a língua passou a ser compreendida como instrumento de comunicação e a ter desenvolvido o seu ensino não mais em um estudo “sobre” a língua ou um estudo “da” língua, mas sim, a partir de um desenvolvimento do “uso” dessa língua. E, a partir dessa concepção, no ensino da gramática passou-se a propor uma reflexão sobre a língua. (PAULA, 2010, P.29).

³⁶ Conforme informado pela autora, a alfabetização é compreendida como o ensino primário da Língua Portuguesa, por isso é tratada em pé de igualdade com a ideia do ensino de LP.

Pietri (2013, p.521) também trata das concepções curriculares e linguísticas predominantes nos documentos oficiais da década de 1970. Ao se referir a um dos principais documentos do período (os *Guias Curriculares*), o autor pontua que

[...] registros dos modos como se estabeleceram essas relações podem ser encontradas já nas Considerações gerais com que se apresentam os Guias Curriculares. Nelas, observa-se um conjunto de diretrizes provenientes de campos diversos de conhecimento, refletindo concepções distintas de sujeito, de linguagem, de ensino e de aprendizagem, que se fundamentariam “nas generalizações das ciências pedagógicas e da filosofia”, tendo sido os conteúdos que apresenta “selecionados em função de seu valor instrumental, isto é, pela sua condição de recurso hábil em promover a formação da criança e do pré-adolescente”. Segundo seus elaboradores, os Guias Curriculares teriam sido produzidos com base na idéia de que o ensino se organizaria conforme um processo de estruturação que se ordenaria no sentido do mais simples para o mais complexo, ordem adequada à progressão do aluno ao longo dos então implementados oitos anos da escolarização básica: “ao se definirem os objetivos relativos às unidades, buscou-se hierarquizá-las de modo que a aquisição de comportamentos mais simples se situasse, na escala das séries, com anterioridade à aquisição de comportamentos mais complexos”. A repetição e o treino garantiriam que o ensino e a aprendizagem se estruturassem em direção a uma “completa formulação sistemática”. Como esse processo se manifestaria em mudanças comportamentais, a aquisição dos comportamentos seria diretamente controlável.

Já na década de 1980, outra concepção de língua passa a integrar e a ocupar espaço nos documentos oficiais elaborados para as escolas. A produção do saber propriamente dita foi feita sobretudo por professores universitários conforme mencionado no capítulo 2, porém, para que isso ocorresse, a CENP ocupou um importante papel, por ter sido ela a responsável por solicitar “[...] a professores universitários a organização de uma coleção (foram oito volumes) como subsídios para a implantação de novo plano curricular no ensino de segundo grau” (GERALDI; SILVA; FIAD, 1996, p. 309).

A escolha desses professores que passariam a pensar sobre o currículo e o ensino de L.P nas escolas não foram escolhidos ao acaso. Conforme destaca Mortatti (2000, p.257),

“[...] objetivando responder às novas urgências sociais e políticas decorrentes das pressões pela ‘abertura política’ e pela reorganização democrática das instituições e relações sociais, a partir do final dos anos 70, a sociedade civil busca rapidamente se reorganizar, com destaque para o papel desempenhado, nesse processo, pelos intelectuais de ‘esquerda’.”

Assim foram selecionados os professores responsáveis pela elaboração dos documentos denominados *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau* (SÃO PAULO, 1984), que em seu primeiro volume denominado “Reflexões Preliminares” já aponta que a comissão responsável pela elaboração de materiais da CENP

[...] procurou recrutar o pessoal necessário, pertencente aos quadros da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual Paulista e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ficando programada a redação e impressão de oito fascículos assim intitulados: Reflexões Preliminares, Recepção de Textos, Produção de Textos, Variação Linguística e Norma Pedagógica, Estrutura da Língua Portuguesa, Abordagem Histórica da Língua e das Literaturas de Língua Portuguesa, Revisão de Automatismos e Coletânea de textos para o Ensino de Português como Língua Materna. (SÃO PAULO, 1984, p.3)

Observa-se, portanto, o importante papel que esses professores assumiram na elaboração dos documentos oficiais para o ensino de L.P por intermédio da CENP naquele momento histórico. Conforme consta no primeiro volume dessa coletânea, a partir das contribuições dos professores universitários cujos estudos centravam-se na linguística, nesse momento

[...] a linguagem passa a ser vista como uma forma de ação sobre o outro, sobre o interlocutor. E não apenas como ação mas como ação intencional visando modificar, a transformar, de certo modo, as condições de comportamento social, tanto do falante como do ouvinte, ou melhor dizendo, dos interlocutores de um ato de fala. É deste modo que se pode dizer que o sentido de um enunciado, efetivamente produzido por um falante, numa determinada situação, é determinado por suas intenções de significação relativamente ao ouvinte deste enunciado. (SÃO PAULO, 1983, p.3).

Embora haja diferenças entre a concepção de língua presente nesse documento e as concepções anteriores, não é possível afirmar que aquela era extremamente conservadora, uma vez que já se vê nos documentos da década de 1970 inovações linguísticas fundamentais que seriam aprofundadas posteriormente, ainda que a visão da teoria da comunicação tenha prevalecido em alguns momentos.

Com relação aos autores dos *Subsídios* (volume I), tem-se os seguintes nomes: Carlos A. Vogt, Ritta de Cássia de Araújo Cêntola, Rodolfo Ilari e Yara Frateschi Vieira. A seguir, apresento informações sobre a formação e atuação desses professores.³⁷

De acordo com informações localizadas na plataforma Lattes, Carlos Vogt é

[...] é pós-graduado em teoria da literatura e literatura comparada pela Universidade de São Paulo, mestre em linguística geral e estilística do francês, pela Universidade de Besançon, na França, e doutor em ciências pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Recebeu em 2005 a comenda da Ordem do Mérito Científico, da Presidência da República do Brasil, e o título de doutor honoris causa da École Normale Supérieure de Lyon, na França. Desde setembro de 2011, ocupa a cadeira 23 da Academia Campinense de Letras. É professor emérito da Unicamp, pesquisador emérito do CNPq, coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor). De 2018 a 2021, foi presidente do Conselho Científico e Cultural do Instituto de Estudos Avançados (IdEA), da Unicamp, onde foi reitor no período de 1990 a 1994. Publicou vários livros e inúmeros artigos e ensaios em jornais, revistas em órgãos especializados nacionais e internacionais. É diretor de redação da revista de divulgação científica ComCiência (<http://www.comciencia.br>) e foi editor-chefe da Ciência e Cultura (<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>), revista da SBPC, por dois períodos

³⁷ Até o momento, não localizei informações a respeito da formação e atuação de Ritta de Cássia de Araújo Cêntola.

(2002-2010 e 2018-2021). Foi também editor-chefe da revista *Inovação*, de 2006 a 2007 e diretor de redação da revista *Pré-Univesp*, de 2012 a 2016. Foi coordenador cultural da Fundação Conrado Wessel, de 2007 a 2017. Foi presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), de 2002-2007, secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo, de 2007 a 2010 e presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), de 2012 a 2016, da qual é um dos fundadores. (VOGT, 2022).

Além disso, é possível localizar no currículo do professor que as principais áreas nas quais ele atua são: “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Teoria e Análise Lingüística” e “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Sociolingüística e Dialetoologia.”.

Também foi possível constatar que no período de elaboração e publicação dos documentos analisados, Carlos A. Vogt atuava na UNICAMP enquanto professor adjunto e, posteriormente, a partir da década de 1990, na condição de professor titular. Atualmente, atua na condição de professor convidado.

Também de acordo com informações localizadas na plataforma Lattes, localizei informações a respeito da formação de atuação de Rodolfo Ilari. Conforme consta no site,

[...] tem graduação em Letras Neolatinas Português e Francês pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Lingüística pela Université de Besançon (1971) e doutorado em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (1975). Fez parte do grupo que fundou o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas no qual trabalhou até 2007. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, tendo trabalhado principalmente nos seguintes temas: lingüística românica, semântica, pragmática, aspecto verbal, ensino de língua materna. Publicou livros destinados ao ensino de graduação de lingüística (particularmente lingüística românica, semântica, e características do português brasileiro). Traduziu várias obras, entre as quais o *Breviário de Estética* de Benedetto Croce e o *Dicionário de Lingüística* de Trask. Em 2007-2008 foi titular de Português no Instituto de Espanhol, Português e Estudos Latino-americanos da Universidade de Estocolmo. Em 2009-2013 foi editor da *Revista da ABRALIN* (ILARI, 2022).

As áreas de atuação do professor, de acordo com o site, são as seguintes: “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Teoria e Análise Lingüística”; “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Semântica”; “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Lingüística Histórica”; “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Lingüística Aplicada”; e “Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Semântica/Especialidade: Tempo e Aspecto.”.

Também consta que no período de elaboração dos documentos em análise, o professor Rodolfo Ilari atuava na UNICAMP em diferentes funções: coordenador de curso; chefe de departamento de linguística; direção da unidade; professor colaborador; professor titular etc.

A professora Yara Frateschi Vieira

[...] possui graduação em letras clássicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1960) e doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é professor titular (aposentada, colaboradora voluntária) da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: lirica galego-portuguesa, filologia, literatura portuguesa do século XX. (VIEIRA, 2022).

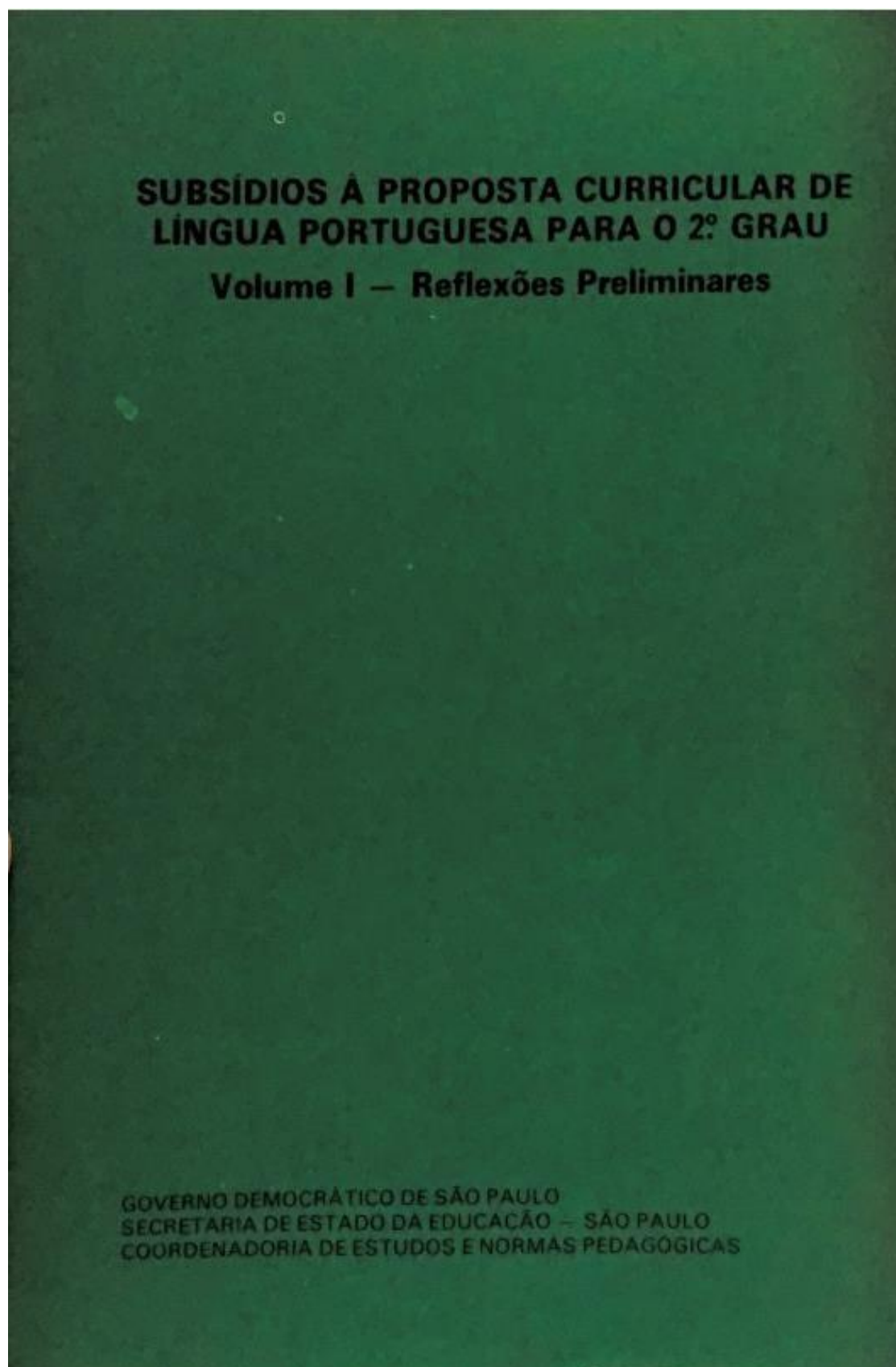
No período em questão, atuou na condição de professora titular da UNICAMP, além de ter sido coordenadora de curso e presidente de algumas comissões. Quanto às áreas de atuação, destacam-se as seguintes: “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras.”; “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras / Subárea: Outras Literaturas Vernáculas”; “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras / Subárea: literatura medieval.”; “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras / Subárea: filologia.”; “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras / Subárea: Outras Literaturas Vernáculas/Especialidade: literatura portuguesa do século XX.”; e “Linguística, Letras e Artes / Área: Letras / Subárea: Literatura Comparada.”.

Mediante o exposto, nota-se, portanto, que apesar de a CENP assinar o documento enquanto autoria institucional, a produção do saber contida ali ficou a cargo de pessoas vinculadas exclusivamente à universidade e vinculadas à área da linguística.

Com relação à concepção de linguagem propriamente dita contida na versão preliminar dos *Subsídios*, tem-se

[...] o texto como a unidade linguística básica, mediante a qual a língua realiza suas funções num contexto histórico e social; entende-se que a observação dos fatos linguísticos deve prioritariamente levar o aluno a captar as características estruturais que correspondem às diferentes funções: adota-se uma noção ampla de texto, que abarca a literatura e a ultrapassa”. (SÃO PAULO, 1984, p.13).

FIGURA 1 – Capa do documento “Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau” – volume I, Reflexões preliminares



Fonte: Acervo do GPHEELLB.

De acordo com Paula (2010, p.39), a respeito da concepção de texto enquanto unidade de sentido, pontua que “[...] na década de 1980, preocupado, sobretudo, com o ensino de língua portuguesa e apoiando-se nas concepções linguísticas em voga naquele momento, destaca-se o pensamento de Geraldi sobre esse ensino.”. A autora destaca ainda que os textos desse autor

[...] abordam as questões descritivas da linguagem, tendo por fundamentação teórica a Linguística Descritiva. No entanto, para abordar o ensino de língua portuguesa, Geraldi se apoia, teoricamente, sobretudo, em concepções advindas da Gramática Gerativa, da Sociolinguística, da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso. (PAULA, 2010, p.147).

De acordo com Mortatti (2000), tal concepção caracteriza-se como uma “revolução conceitual” em um momento crucial marcado por “[...] embates na área linguística que proporcionou pioneiramente o “deslocamento” das concepções linguísticas para o ensino de nossa língua.”. (PAULA, 2010, p.152).

Mortatti (2000, p.278-279) destaca ainda que tais concepções surgiram a partir de um “[...] vazio de respostas educacionais coerentes com as novas urgências político-sociais [...] e rapidamente se disseminaram em vários estados brasileiros [...]” Além disso, pontua que “[...] suas ideias e seus escritos vão-se impondo como leituras obrigatórias para os que se debruçam sobre o tema, como se depreende o número de edições de seus livros e da ampla circulação de seus artigos.”.

Tamanha foi a “revolução conceitual” impulsionada pelos escritos de Geraldi que, ainda hoje, pode-se encontrar no discurso de professores algumas ideias constitutivas do pensamento de Geraldi, como:

[...] “pensar o ensino de língua portuguesa sob a luz da linguagem”, “o sujeito como produtor de seu dizer”, “três práticas para o ensino de língua portuguesa”, “o trabalho com o texto na sala de aula”, “produzir textos”, “análise linguística” e “prática não-artificial da linguagem”. Enfim, todas essas expressões estão pautadas nos conceitos-chave da proposta de Geraldi para o ensino de língua portuguesa: linguagem, sujeito e discurso/texto e demonstram a importância, a influência e a abrangência que o pensamento dele teve e ainda tem para o ensino de nossa língua. (PAULA, 2010, p.162).

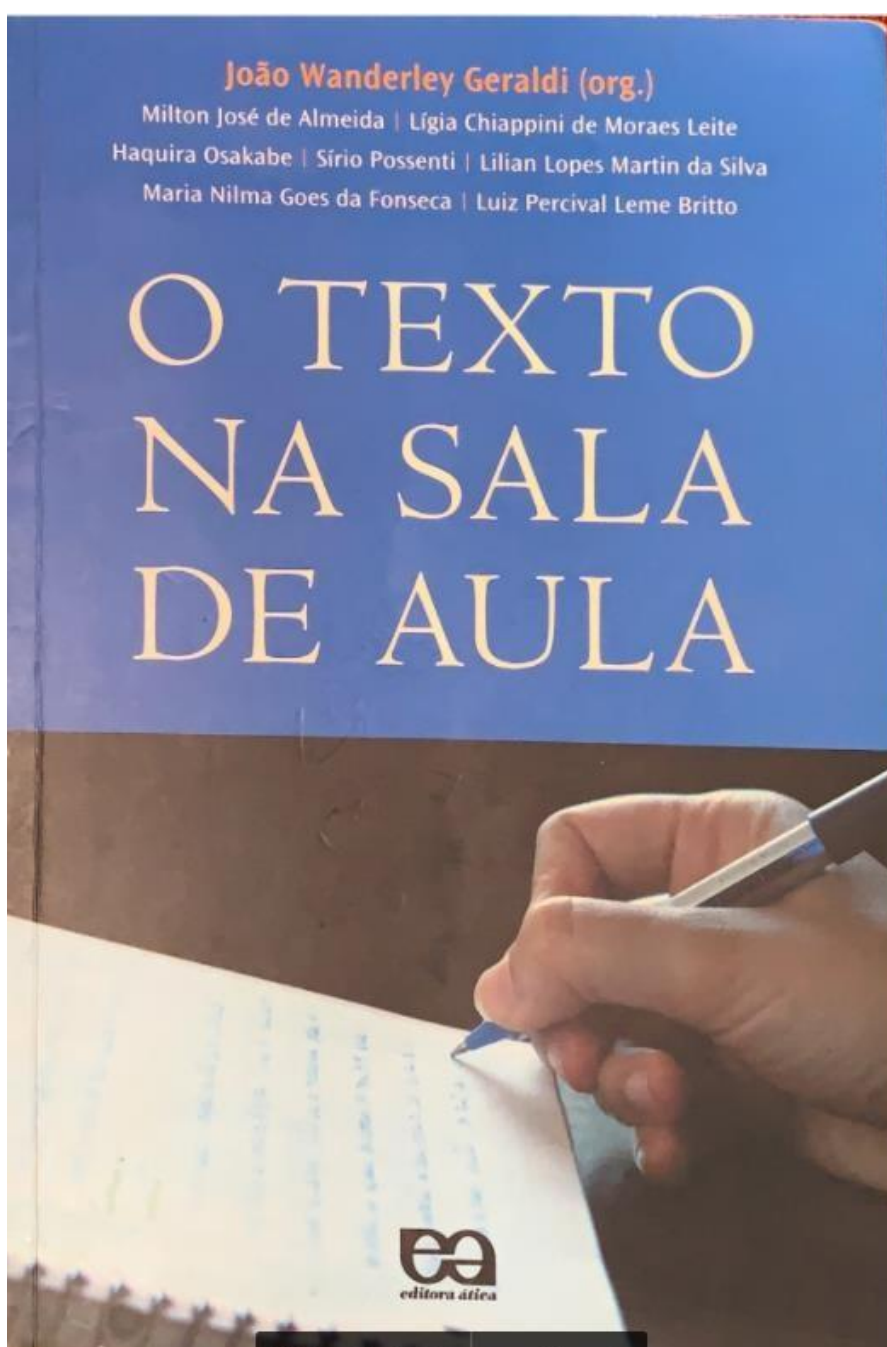
A materialização da concepção de texto enquanto unidade de sentido se deu na publicação do livro “O texto na sala de aula” (GERALDI, 1984), destacado na Figura 2.

Desse livro, destaca-se especialmente o capítulo denominado “Concepções de linguagem e ensino de Português” (GERALDI, 2006), o qual contempla a base da nova concepção denominada de interacionismo linguístico, a qual centra-se no texto como unidade de ensino.

Diversas análises e estudos já foram feitos sobre o livro em questão, dentre as quais destaco Silva, Ferreira e Mortatti (2014).

Tais conceitos podem ainda ser encontrados em documentos elaborados e publicados posteriormente às décadas de 1980 e 1990, ainda que de forma eclética e conciliatória com outros conceitos relativos a concepções divergentes conforme destacam Oliveira e Neves (2020, p.187), mas tal característica merece estudo mais aprofundado como os que já tem sido feitos por alguns pesquisadores e que por questão de tempo, espaço e objetivos não será tratada neste texto.

Figura 2 – Capa da quarta edição do livro “O texto na sala de aula”, de João Wanderley Geraldi (2006)



Fonte: acervo pessoal da autora.

3.2 Sobre o perfil do professor

Mediante a leitura das fontes e da análise da configuração textual das referências reunidas nos instrumentos de pesquisa, para além da concepção do ensino de L.P, outro aspecto evidenciou-se como relevante para a análise a respeito das concepções. Trata-se da concepção que se tinha naquele momento histórico sobre o perfil e papel do professor a quem se destinavam os documentos oficiais elaborados, a qual é evidenciada no documento *Subsídios*, volume III (SÃO PAULO, 1983).

A denominação dos documentos já indica previamente qual concepção se pretendia em cada momento. Como informei, na década de 1970, predominavam os *Guias Curriculares*, os quais os professores deveriam seguir para garantir a qualidade do ensino. Já na década de 1980, o novo documento elaborado para subsidiar o ensino de L.P e nas escolas e que foi publicado conforme indicavam os *Subsídios* denominava-se *Proposta Curricular*. Enquanto proposta, correspondia a indicações e sugestões para os professores conforme já indicam os escritos desses documentos:

[...] a comissão responsável deseja deixar claro que os materiais pertencentes a esta coleção não devem ser entendidos como um receituário pronto, antes como um objeto para reflexões e debates, em situações que a Secretaria da Educação certamente saberá criar, para melhor proveito dos professores de Português do nosso Estado. (SÃO PAULO, 1984, p.3).

Assim também deveriam ser vistos os *Subsídios*, que objetivavam “[...] fornecer ao professor leituras complementares que o auxiliem na melhor compreensão ou aproveitamento dos demais fascículos.” (SÃO PAULO, 1983, p.7). Justificando a escolha dos textos contidos nos *Subsídios*, por exemplo, tem-se que

[...] o artigo de W. Benjamin, ‘História Literária e Ciência Literária’, faz reflexões fundamentais sobre o problema de como tratar historicamente a literatura, e o trabalho de Antonio Candido, ‘Dialética da Malandragem’, constitui um exemplo de como fazer ao mesmo tempo análise de texto e história literária [...]. Um dos critérios adotados para a seleção foi o de apresentar material ao qual o professor não tem fácil acesso; [...] como cada fascículo traz as suas próprias indicações bibliográficas, o professor poderá recorrer a elas sempre que necessário [...] A indicação da fonte permite ao professor ir em busca do original, se esse for o seu interesse. (SÃO PAULO, 1983, p.7-8).

O trecho em destaque evidencia a importância e o incentivo que se dava a leitura e ao estudo dos professores naquele momento histórico. Há que se considerar ainda que não se tratava de qualquer leitura, mas sim de leituras de obras de autores e intelectuais renomados, cujos textos eram predominantemente teóricos.

Para que pudessem se apropriar da nova concepção de língua que se instaurava naquele momento, assim como para ampliar as reflexões dos professores a respeito dessas obras de referência, passaram a oportunizar cursos de formação continuada, os quais se baseavam no “[...] texto como objeto de ensino a ser usado na sala de aula.” (PAULA, 2010, p.171), já que mediante essa concepção, “[...] era exigida uma nova postura e identidade do professor.” (PAULA, 2010, p.171).

A respeito desses cursos, Paula (2010, p.171) aponta ainda que

[...] o processo de formação continuada de professores foi, então, encabeçado por Geraldi, no oeste do estado do Paraná, estendendo-se para vários estados do Brasil. Esses cursos visavam à qualidade de ensino, com a participação e a autonomia do professor, que se constituía por meio da necessidade de tal formação, diferentemente do que então existia como atividades prontas, nos livros didáticos adotados, como imposição de órgãos oficiais¹. Geraldi participou desse processo, juntamente com outros professores do IEL/UNICAMP e de outras universidades.

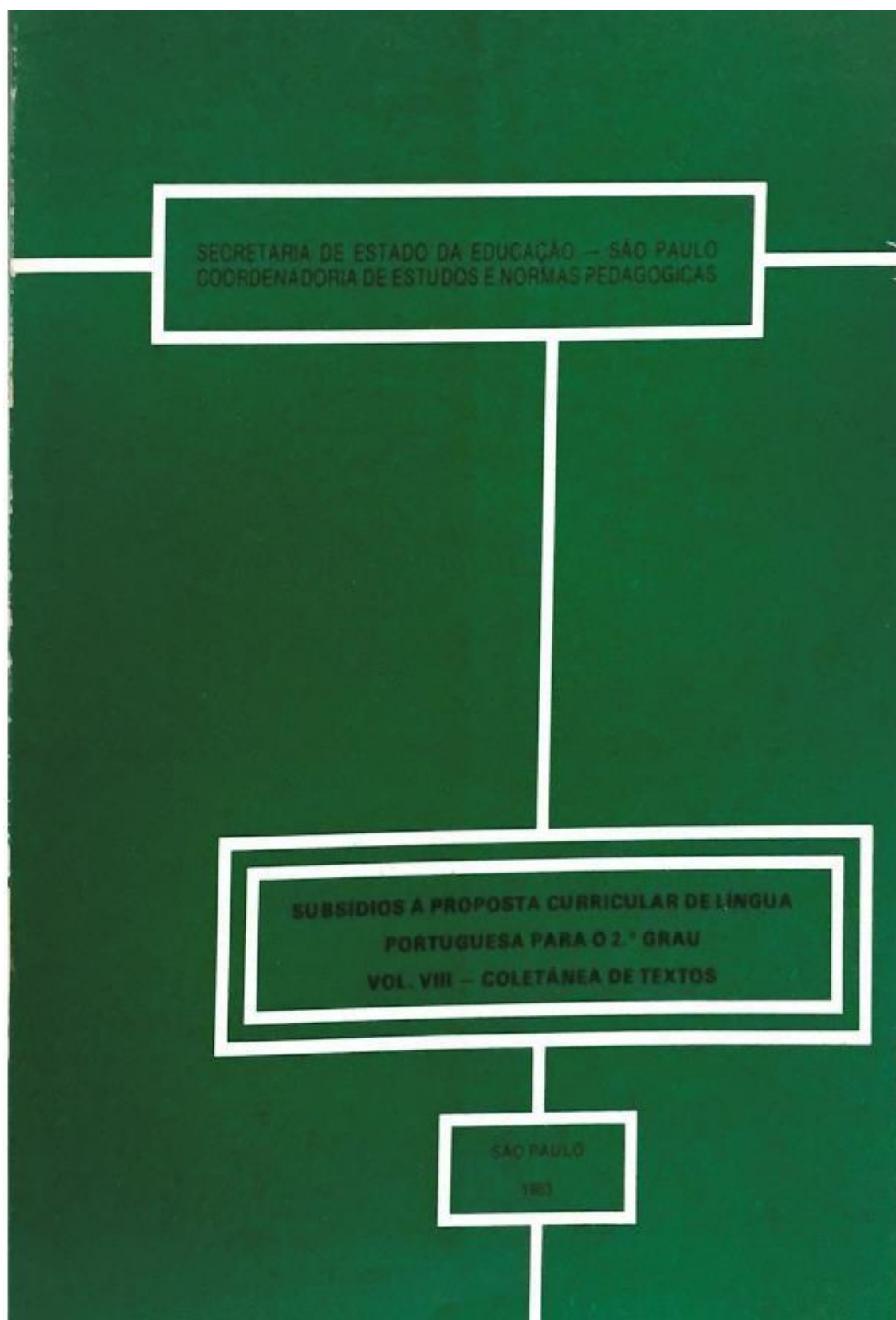
Diante desse contexto, nota-se, portanto, uma concepção de professor na qual ele era visto como sujeito autônomo e capaz de debruçar-se sobre estudos teóricos para a partir de então organizar suas aulas. Além disso, torna-se evidente o investimento e relevância que se deu, naquele momento histórico, na formação continuada dos profissionais responsáveis pelo ensino L.P nas escolas públicas.

Tal constatação corrobora com a análise feita a respeito da concepção do ensino de Língua Portuguesa no período em questão que também passou por mudanças, ainda que estas não tenham ocorrido por decreto ou de forma heterogênea.

É importante destacar, ainda, que essas questões não devem ser encaradas de forma despolitizada, uma vez que elas representam reações a ideias anteriores que por sua vez também se caracterizavam como tal no período em que passaram a existir.

Conforme destaca Mortatti (2000), são disputas entre os “modernos” e os “mais modernos entre si” que desenham e delineam a história do ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo.

FIGURA 3 – Capa do documento “Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau” – volume III, Coletânea de Textos



Fonte: Acervo do GPHEELLB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é resultado da pesquisa que desenvolvi com bolsa PROEX/CAPES com vigência de março/2020 a março/2022. Ao longo desse processo, encontrei algumas dificuldades no que diz respeito à coleta de dados para a realização da pesquisa, especialmente por ter proposto no projeto inicial a realização de entrevistas, as quais não puderam ser feitas devido ao contexto de pandemia.

Contudo, como uma boa pesquisadora em formação e com o apoio da minha orientadora, pude reformular o projeto inicial e adaptar o objeto de estudo às fontes que tinha disponíveis. Assim, consegui identificar quais aspectos relativos à elaboração de documentos oficiais no âmbito da SEE/SP sobre o ensino de Língua Portuguesa ainda não haviam sido explorados até o momento.

A elaboração dos instrumentos de pesquisa na etapa exploratória da pesquisa e a análise da configuração textual do conjunto das referências neles reunidas me propiciaram constatar que os documentos que localizei contribuem para a compreensão, para a produção da história e para a preservação da memória do ensino de Língua Portuguesa e da Educação pública paulista, especialmente no que diz respeito ao contexto de elaboração de documentos oficiais relativos ao ensino de LP naquele momento histórico por meio da CENP.

Respondendo às questões norteadoras (Que lugar ocupou a CENP na elaboração desses documentos oficiais? Quais as concepções de currículo e de Língua Portuguesa e de professor presente nos documentos oficiais relativos a esse ensino naquele momento histórico?), pude confirmar a hipótese prévia que conduziu a pesquisa de que resultou esta dissertação.

Constatei, portanto, que a CENP ocupou um importante papel no que diz respeito à elaboração desses documentos naquele período, especialmente com relação à conformação da concepção de ensino de L.P. presente naquele momento histórico e que se faz presente em alguns documentos relativos a esse ensino até os dias atuais.

Também foi possível constatar que a forma de organização e de elaboração dos documentos naquele momento foi ímpar, tendo se caracterizado por um amplo debate com professores da educação básica (de forma mais ampla e efetiva no então ensino de 2º Grau) e pela relação que se estabeleceu com as universidades públicas nos debates sobre o currículo e o ensino de L.P, demonstrando que apesar de a CENP assinar os documentos na condição de autoria institucional, a produção do saber propriamente dita ficou a cargo desses professores.

Além disso, a partir da análise do segundo instrumento de pesquisa, constatou-se que houve mudanças significativas no que se refere às atribuições das coordenadorias responsáveis pela elaboração de documentos oficiais ao longo dos anos, de modo que a CENP apresentava maior estrutura no que diz respeito à elaboração de documentos e que proporcionava maior

envolvimento da comunidade escolar no âmbito das discussões na Secretaria da Educação, o que afetava diretamente nas discussões relativas ao ensino de L.P. no período mencionado.

É importante destacar, porém, que alguns limites se impõe no que diz respeito à análise desses documentos, uma vez que eles possibilitam contar apenas uma história da disciplina escolar de Língua Portuguesa dentre as várias outras possíveis se partir para a análise e confronto com outras fontes. Além disso, uma vez que a autoria institucional ganha destaque na publicação dos documentos, algumas vozes são silenciadas, vozes essas que podem e devem ser ouvidas em momento oportuno conforme as possibilidades.

Em que pesem essas considerações, os documentos curriculares da CENP para o ensino de Língua Portuguesa apresentam potencialidades no que diz respeito à história da Educação. Certamente outras análises e aprofundamentos podem ser feitos a partir dos dados aqui apresentados, tanto por mim quanto por outros pesquisadores interessados na temática. No entanto, as que foram feitas até aqui contribuirão para os debates e reflexões que vêm sendo feitas ainda hoje sobre o ensino de L.P nas escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.510 de 29 de janeiro de 1976. *Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 1976, p.2.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. *Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Norma Brasileira de Referências 6023: Informação e documentação — Referências — Elaboração*. Rio de Janeiro, 2018.
- ATHAYDE JÚNIOR, Mario Candido. Articular vozes. Descolar sentidos: o ensino de língua portuguesa em discursos oficiais e em falas de professores. *Sínteses*, vol.12, p. 55-65, 2007.
- BARBOSA, Rui. *A reforma do ensino primário*. 1883. Rio de Janeiro, RJ: MEC, 1947, t. 1, p. 143.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4, 1979, *Anais...*, p. 133-147.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.
- BONEL, Márcia Maia. *O Ciclo básico: estudo de caso de uma política pública no Estado de São Paulo*. 1993. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- BORGES, Zacarias Pereira. *A política educacional do estado de São Paulo durante os governos do PMDB (1983-1994): a proposta partidária e sua execução*. 2001. 388f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BORGES, Zacarias Pereira. *Política e educação: análise de uma perspectiva partidária*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.
- BORNATTO, Suzete de Paula. A seleção brasileira de escritores nos livros didáticos dos anos 70. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 85-101, jan./mar. 2014.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José. Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATARINO, Roberta Camargo. *A disciplina de língua portuguesa no contexto do currículo oficial da secretaria de estado da educação de São Paulo*. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. ALVES, 1995. P.17-48.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. 1990. In: Teoria e Educação, 2, p.177-229.

CORREIA, Flávia. Março termina como mês mais letal da Covid-19 no Brasil. *Olhar Digital*. 31/03/2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/03/31/coronavirus/marco-termina-como-mes-mais-letal-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

DIAS, Paula Maria Cobucci Ribeiro. *Contribuições da sociolinguística educacional para materiais de formação continuada de professores de Língua Portuguesa*. Brasília, 2011. 323f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, 2011.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS (FFC). Universidade Estadual Paulista. Comunicado - 14/03/2020 - FFC/Unesp de Marília - Coronavírus (COVID-19). (Digitado).

FARIA, Vanessa Fabíola Silva de. *O ensino de literatura: articulação entre as orientações oficiais e a pesquisa universitária*. São Paulo, 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2009.

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel, PR: Assoeste, 1984. GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011a.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de Linguagem e ensino de português. In: _____. *O texto na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011b. p. 39-45.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

GERALDI, João Wanderley. FIAD, Raquel Salek; SILVA, Lilian Lopes Martins da. Para repensar o ensino de português. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, ano 3, n.29, p.4, mar. 1989. (Entrevista)

GÓMEZ, Natália. Excesso de tecnologia na quarentena cria problemas físicos e emocionais. *Abril*. 15/09/2020. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/excesso-de-tecnologia-na-quarentena-cria-problemas-fisicos-e-emocionais/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: um instrumento de pesquisa*. 20 f. Projeto de Pesquisa (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018a. (Apresentado à Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, para solicitação de bolsa de Iniciação Científica). (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994: um instrumento de pesquisa*. Marília, 2018b. 27f. (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: estudo introdutório*. 173f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018c.

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994*. Garça, 2021a. 21f. (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *A criação das Coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1976-2019): um instrumento de pesquisa*. Garça, 2021b. 10f. (Digitado).

ILARI, Rodolfo. Currículo do sistema de currículo LATTES. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4354160577506810>. Acesso em: 11 fev. 2022.

IÓRIO, Patrícia Leite Di. *O ensino de Língua Portuguesa em São Paulo na segunda metade do século XX: um caminho historiográfico*. São Paulo, 2007. 270f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Leitura e formação do gosto (por uma pedagogia do desafio do desejo). *Ideias* (FDE/SEE/SP), n. 13, p. 101-106, 1992. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_13_p101-106_c.pdf. Acesso em: 01 set. 2017.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a entrevista para pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Org.). *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: UFES, 2006. p. 361-386.

MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias. *Subsídios para o estudo do Berçário “Mãe Cristina”*, Marília/SP: 1966-2016. 2017. 224f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; DUARTE, Newton. Concepção pedagógica oficial construtivista na rede estadual de ensino paulista. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 148-162, ago. 2010.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. *Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial na rede estadual de ensino paulista: análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008*. 2011. 227f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

MARTINS, Maria do Carmo. *Construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. 1996. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *Um estudo sobre o pensamento construtivista de Emília Ferreiro sobre alfabetização*. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da Educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out.1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo (1876/1994)*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília, 2003. (Digitado).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?. In: SCHOLZE, Lia.; ROSING, Tânia (Org.). *Teorias e práticas do letramento*. Brasília: INEP; Passo Fundo: Editora UFPE, 2008. p. 155-168. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/89646947/9/Maria-do-Rosario-Longo-Mortatti>. Acesso em: 01 set. 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. O texto na sala de aula: uma revolução conceitual na história do ensino de língua e literatura no Brasil. In: SILVA, Lilian Lopes Martin; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida; MORTATTI, Maria do Rosário Longo (Org.). *O texto na sala de aula: um clássico sobre o ensino e Língua Portuguesa*. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 5-28.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Literatura (a boa): mantenha sempre ao alcance de crianças. In: MIGUEL, João Carlos; REIS, Martha dos. (Org.). *Formação docente: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2015, p. 89-96. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/formacao-docente_ebook.pdf. Acesso em: 01 set. 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. 'Essa' Base Nacional Comum Curricular: mais uma tragédiabrasileira?. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 2, p. 191. 2015b.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os órfãos do construtivismo. *Revista Ibero-Americana de estudos em Educação*, [S.I.], p. 2267-2286, dec. 2016. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9193>. Acesso em: 31 jan. 2018.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *Manuais de ensino de literatura infantil no Brasil (1923-1991): autores, produção e circulação*. 2009. 101 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. *História do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores primários no Estado de São Paulo, Brasil (1947-2003)*. 2014. 343f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *História do ensino de literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)*. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de.; NEVES, Diego Benjamin. A implementação do construtivismo em alfabetização na perspectiva de Ferrero e Teberosky na rede municipal de ensino de São Paulo (1983-1988). *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 12, p. 172-191, 27 jul. 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso; ALVES, Maria Leila; DURAN, Marília Claret Geraes. *Ciclo básico em São Paulo: memórias da educação nos anos 1980*. São Paulo: Xamã, 2003.

PAULA, Luzia de Fátima. *O ensino de língua portuguesa no Brasil, segundo João Wanderley Geraldi*. 2004. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

PAULA, Luzia de Fátima. *Ideias linguísticas constitutivas do pensamento de João Wanderley Geraldi sobre o ensino de língua portuguesa*. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PIETRI, Émerson de. Circulação de saberes e mediação institucional em documentos oficiais: análise de uma proposta curricular para o ensino de Língua Portuguesa. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, pp.263-283, Jan/Jun 2007.

PIETRI, Émerson de. O currículo e os discursos sobre o ensino de Língua Portuguesa: relações entre o acadêmico, o pedagógico e o oficial na década de 1970, no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 515-537, set./dez. 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO, Guilherme do Val Toledo. *Documentos desemboscados: conflito entre o gênero do discurso e a concepção de linguagem nos documentos curriculares de ensino de língua portuguesa*. 1999. 168f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada na Área de Ensino-Aprendizagem de Língua Materna) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Tradução: Carmen Lúcia Druciak. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 9ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

SANAR. *Linha do tempo do coronavírus no Brasil*. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SANFELICE, José Luis. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014.

SANTOS, Laís Silva Cassimiro. *A produção sobre literatura infantil do GPHELLB- grupo de pesquisa história do ensino de língua e literatura no Brasil (1994-2014): estudo introdutório*. 2015. 54f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 117-126. (Volume VIII: Coletânea de textos).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1984. (Volume I: Reflexões preliminares).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Fundamentos da educação e realidade brasileira: contatos imediatos do primeiro Grau*. São Paulo: SE/CENP, 1985. (Fundamentos 2, Projeto Ipê).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular para o ensino de língua portuguesa – 1º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1986.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1987. (Vol. III - Coletânea de textos).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa: 1º Grau*. 4. ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *A FDE*. 2018, p. 1. Disponível em: <<https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=9>>. Acesso em: 03 out. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Poder Executivo. Palácio dos Bandeirantes. *Decreto nº 64.881, de 22 de Março de 2020*. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus) e dá providências correlatas. São Paulo: 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *COPED: Coordenadoria Pedagógica*. 2021, p.1. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/coped/>. Acesso em: 17 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Ensaio contra-hegemônicos: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa (1980-1991). In: _____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 401-424.

SILVA, Lilian Lopes Martin; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida; MORTATTI, Maria do Rosário Longo Mortatti. (Org.). *O texto na sala de aula: um clássico sobre o ensino e Língua Portuguesa*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SILVA, Bianca de Souza e. *Fontes para o estudo da história do ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo (1984-1987): um instrumento de pesquisa*. Marília, 2017a. 20f. (Digitado).

SILVA, Bianca de Souza e. *Subsídios para a história do ensino de língua e literatura no estado de São Paulo: 1984-1987*. 2017. 80f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017b.

SMOLKA, Ana Luiza. *A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

SOARES, José Francisco. Índice de desenvolvimento da Educação de São Paulo – IDESP. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. P.155-177.

SOARES, Magda. *Apresentação*. In: MORTATTI, Maria do Rosario Longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

SONNEVILLE, Jacques Jules. Maria Luíza Marcílio: história da escola em São Paulo e no Brasil – um clássico na literatura sobre educação. *Revista da FAEBA: Educação e contemporaneidade*, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun.,1992). Salvador: UNEB, 1992.

SOUZA, Gilda Lúcia Delgado. *Educação matemática na CENP*: um estudo sobre condições institucionais de produção cultural por parte de uma comunidade de prática. 2005. 419f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização*: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima *et al.* Guias curriculares: materiais de orientação docente ou de controle do Estado? *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 80, n. 195, p. 233-243, maio/ago. 1999.

SOUZA, Rosa Fátima. Política curricular no estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 203-221, jan./abr. 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

VIEIRA, Yara Frateschi. Currículo do sistema de currículo LATTES. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8802521304626360>. Acesso em: 11 fev. 2022.

VOGT, Carlos Alberto. Currículo do sistema de currículo LATTES. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2465083864716444>. Acesso em: 11 fev. 2022.

INSTITUIÇÕES, ACERVOS E SITES CONSULTADOS

Instituição e acervos físicos

Acervo do Grupo de pesquisa —História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (GPHEELB) – sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília/SP.

Endereço: Av. HyginoMuzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP: 17525-901. Marília/SP

Sites e Bases de dados disponíveis *on-line*

Base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – catálogo Athena. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br>>

Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES). Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>

Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>

Site de Busca “Google”

Disponível em: <<http://www.google.com.br>>

Site de Busca “Google Acadêmico”

Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/>>

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm>

Site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/>.

APÊNDICE A

KARINE GONÇALVES

**DOCUMENTOS OFICIAIS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (2º
GRAU) NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1978-1994**

Instrumento de pesquisa apresentado à Profª
Drª Maria do Rosario Longo Mortatti, como
parte das atividades desenvolvidas durante o
período de 2020, para elaboração de
dissertação de Mestrado, a ser desenvolvida
com bolsa PROEX/CAPES.

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Garça-SP
06 de janeiro de 2021**

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
1. <i>Proposta curricular de língua portuguesa (2º Grau).....</i>	9
2 <i>Subsídios àProposta Curricular de Língua Portuguesa(2º Grau).....</i>	10
3 Projeto Ipê - Fascículos sobre o ensino de Língua Portuguesa.....	16
4 Documentos que contêm orientações relativas ao ensino de Língua Portuguesa	17

Apresentação

Este instrumento de pesquisa resultou de reflexões que venho desenvolvendo desde 2017, ano em que passei a desenvolver atividades de pesquisa em nível de Iniciação Científica - IC sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria do Rosario Longo Mortatti e vinculadas ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” – GPHEELLB, liderado pela mesma professora.

O tema geral do grupo está organizado em seis linhas de pesquisa: “História da alfabetização”; “História do ensino de língua portuguesa”; “História do ensino de literatura”, “História da literatura infantil e juvenil”; História da formação de professores”; “Memória e história da educação”. O método de investigação de todas as pesquisas do grupo que são orientadas pela professora mencionada é centrado em abordagem histórica, com pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida com utilização de procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada. (MORTATTI, 1999, p.69). Além disso, as pesquisas devem ter como ponto de partida a elaboração de instrumentos de pesquisa, que, de acordo com Belloto (1979, p.173), “[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.”.

O método de análise é o da configuração textual, definido por Magnani (1993) e Mortatti (2000) como:

[...] um conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteúdistas (o quê?) e estruturais-formais (como?) projetadas por determinado autor (quem?), que se apresenta como sujeito de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?) e visando a determinado efeito em um determinado tipo de leitor previsto (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão.

Partindo desses pressupostos, em 2018, como resultado de pesquisa desenvolvida com bolsa PIBIC/CNPq³⁸, elaborei o instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018a), onde reuni 139 referências de documentos oficiais relativos ao ensino de Língua Portuguesa (1º e 2º Graus) e à Educação de modo geral, produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - SEE/SP, por meio da Coordenadoria de Estudos e

³⁸Bolsa PIBIC/CNPq (agosto de 2017 a maio de 2018).

Normas Pedagógicas - CENP, entre os anos de 1978 e 1994, respectivamente data mais antiga e mais recente de publicação dos documentos oficiais localizados.

Também em 2018, em decorrência da IC, redigi sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria do Rosario longo Mortatti, o projeto de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018b), que foi submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.³⁹

Dessas atividades, resultou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: estudo introdutório (GONÇALVES, 2018c), no qual escolhi como *corpus* de análise da configuração textual as referências dos 139 documentos oficiais que foram localizados e que constam no instrumento de pesquisa mencionado (GONÇALVES, 2018^a).

Por meio da análise do conjunto de referências lá contidas, pude constatar que a reunião daqueles documentos contribui para a compreensão de que, sobretudo as Propostas Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa de 1º e de 2º Graus da década de 1980 e seus documentos subsidiários, referem-se a determinadas “normatizações” e “concretizações” que foram “implantadas” nas escolas públicas paulistas a partir da década de 1980, e que a elaboração desses documentos contou com a contribuição de diferentes e importantes pesquisadores das áreas de educação, linguística e estudos literários, baseados em perspectivas teórico-conceituais (nem sempre iguais entre si), presentes em alguns documentos desse ensino até os dias atuais, características do “quarto momento da história do ensino de leitura e escrita no Brasil” (MORTATTI, 2000).

Com o objetivo de dar continuidade a essas reflexões, elaborei este instrumento de pesquisa a partir do que foi elaborado e analisado anteriormente. Assim como no anterior, utilizo recorrentemente o termo “documentos oficiais”. Conforme aponta Prado (1999), documentos oficiais nesse tipo de abordagem são:

[...] todos os textos que são indexados enquanto uma orientação de ensino propostos por Municípios, Estados e Federação, ou seja, mesmo que sejam textos elaborados por sujeitos, sua autoria configura-se como nome de um Estado. Ainda que a história de produção desses documentos tenha se caracterizado por uma profícua mudança de nome – programa, guia, proposta, subsídios, parâmetros, etc, a característica de orientação de ensino permanece historicamente. (PRADO, 1999, p.16).

³⁹ Bolsa FAPESP - Processo 2018/04282-4 (junho a dezembro de 2018).

Refiro-me, no caso deste instrumento de pesquisa, a um conjunto de textos que foram produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), sendo a maioria por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP)⁴⁰ e destinados à implementação de uma “proposta” (oficial) para o ensino de Língua Portuguesa, articuladamente uma política educacional apresentada como inovadora do ponto de vista didático-pedagógico e político naquele período.

A principal diferença e delimitação deste instrumento em relação ao que elaborei anteriormente é a de que, naquele, reuni documentos relativos ao ensino de 1º e de 2º Graus, enquanto que neste a delimitação se dá apenas no ensino de 2º grau. Além disso, no anterior, constavam referências relativas a orientações gerais sobre a educação, o ensino e a alfabetização, enquanto que neste constam apenas as referências que se remetem especificamente ao ensino de Língua Portuguesa.

Tal delimitação se justifica tendo em vista os objetivos que foram delimitados para a pesquisa, de forma que as informações que constam nos documentos para o ensino de 2º grau são mais representativas para a análise que me proponho a fazer, especialmente no que diz respeito aos atores, autores, colaboradores e demais sujeitos que participaram da elaboração desses documentos relativos especificamente ao ensino de Língua Portuguesa.⁴¹

Por esse motivo, foram retiradas algumas referências dentre aquelas apresentadas em Gonçalves (2018a): as que se referiam exclusivamente ao ensino de 1º Grau; as que se referiam ao Ciclo Básico de Alfabetização, tendo em vista que não correspondem ao ensino de 2º Grau; referências que se referiam exclusivamente à alfabetização, de forma ampla, sem mencionar o ensino de Língua Portuguesa; referências mais gerais relativas a fundamentos do Projeto Ipê e outras questões sobre a educação e o ensino; referências relativas a decretos e resoluções gerais sobre a educação; e referências que indicavam que a elaboração havia sido feita pelo Serviço de Ensino de 1º Grau, como é o caso do documento *Discutindo problemas de aprendizagem* (SÃO PAULO, 1984).

⁴⁰ A partir da reorganização da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, por meio do Decreto n. 7.510 de 1976, “[...] passou a constar no organograma da Secretaria a criação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) [...]”. (OLIVEIRA, 2015). De acordo com Martins (1996, p.20), dentre as funções da CENP destacavam-se “[...] as definições de políticas públicas para os currículos, o estabelecimento das diretrizes curriculares para a rede pública paulista e a orientação técnica a professores e assistentes pedagógicos das Delegacias de Ensino.”.

⁴¹ Considero importante ressaltar que esse recorte também foi sugerido pelo professor Dr. Fernando Rodrigues de Oliveira, no Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília-SP, em outubro de 2020.

Outras referências, porém, foram acrescentadas com o objetivo de complementar as informações apresentadas. Destaco, principalmente, as referências relativas à coletânea *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*, de forma que, neste instrumento, passam a constar também os títulos de cada texto que compõe a coletânea, juntamente dos seus respectivos autores, o que não havia sido feito no instrumento de pesquisa elaborado anteriormente. Tal acréscimo auxiliará na análise da configuração textual do conjunto reunido.

Assim, com os objetivos de contribuir para a produção de uma história do ensino de língua portuguesa e literatura no Brasil e, mais especificamente, contribuir para a produção da história desse ensino no Estado de São Paulo e subsidiar o desenvolvimento de pesquisas correlatas, apresento, neste instrumento de pesquisa, a relação de 66 referências de documentos oficiais que foram produzidos pela SEE/SP, por meio da CENP, para o ensino de Língua Portuguesa, documentos caracterizados como “normatizações”⁴² e que foram produzidos no período de 1978 a 1994, respectivamente: data de publicação do documento mais antigo e do documento mais recente, dentre os que localizei, relativamente ao tema e ao período em estudo. Todos os documentos estão referenciados de acordo com a NBR – 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Do total geral de 66 referências reunidas neste instrumento de pesquisa, 31 se referem às primeiras edições e/ou versões dos documentos localizados. Dentre as 35 referências restantes, 23 correspondem referências de textos que integram algumas das coletâneas apresentadas, especialmente as relativas aos *Subsídios*. As outras 12 correspondem a segundas, terceiras e/ou quartas edições ou versões⁴³ dos mesmos documentos, além de outros exemplares idênticos de um mesmo documento, mas que foram publicados em anos diferentes. Essas 35 referências se encontram abaixo das referências da primeira edição e/ou versão, com recuo em relação à margem esquerda da página.

Para a localização das referências, utilizei como fonte o acervo físico do GPHEELLB, localizado na sala 50 do prédio de docentes da FFC-UNESP-Marília e o acervo da Biblioteca da FFC. Outras referências foram localizadas por meio da leitura de bibliografia especializada sobre o tema e nos *sites* e bancos de dados disponíveis *on-line* indicados ao final da relação de referências.

⁴²Utilizo o conceito de “normatizações” para a classificação dos documentos oficiais localizados de acordo com a formulação de Mortatti (2000, p. 29), que assim define “normatizações”: as “[...] contidas em legislação de ensino (leis, decretos, regulamentos, portarias, programas e similares) [...]”.

⁴³ Utilizo os termos versões e edições da mesma forma como estão escritas nos documentos.

Os termos de busca utilizados foram, basicamente, os seguintes: “instrumento de pesquisa”; “documentos oficiais”; “Estado de São Paulo”; “história do ensino de língua portuguesa”; “década de 1980”; “língua portuguesa”; “segundo grau”; além de outros termos que foram sendo incluídos e delimitados no decorrer da pesquisa e de acordo com a necessidade. Com essas buscas, foi possível constatar que ainda há pouco estudo a respeito do ensino de Língua Portuguesa do estado de São Paulo na década de 1980 e, até o momento, não localizei pesquisas que abordem essa temática do ponto de vista histórico, sobretudo em relação aos documentos oficiais e com destaque para os atores, autores e colaboradores desses documentos.

O processo de elaboração das referências foi, na maioria dos casos, bastante simples, pois os documentos oficiais seguem o mesmo padrão de escrita de acordo com a NBR-6023 da ABNT (2002). No entanto, em alguns casos, a elaboração das referências foi mais difícil, pois, por se tratar de documentos de mais de três décadas, faltam, em alguns deles, informações específicas de autoria – além da institucional –, assim como faltam informações a respeito de datas e/ou local de publicação, sobretudo em relação àqueles localizados em *sites* e bases de dados disponíveis *on-line*.

No processo de identificação e contagem dos documentos, assim como na contagem das referências, também tive dificuldade no início. Precisei me dedicar ao estudo das normas da ABNT para compreendê-las e também contei com a orientação precisa da Profª Drª Maria do Rosario Longo Mortatti. Alguns documentos indicavam na capa ou contracapa que se tratava de segunda edição e/ou versão, mas, ao abri-los, podia perceber que o seu conteúdo não era o mesmo e que tinham características distintas daqueles já referenciados, podendo classificá-los como outro documento. Também destaco o fato de haver diversos volumes e/ou exemplares de um mesmo documento, com pequenas alterações no título e/ou subtítulo, o que por diversas vezes me deixou com dúvida se contaria como um novo documento.

Com o manuseio dos documentos e por meio do processo de elaboração das referências, constatei que a maior parte deles foi produzida pelas equipes da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) no período mencionado.

É possível encontrar, na contracapa de alguns desses documentos, indicações de autores, colaboradores e organizadores, além do autor institucional (CENP/SEE/SP). Por considerar essas informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa que decorrerá da elaboração deste instrumento de pesquisa, aponto essas informações complementares no final de cada referência, na aba “informações”, procedimento previsto pela NBR-6023 da ABNT.

Com base nesses procedimentos, reuni neste instrumento de pesquisa um total geral de 66 referências de documentos oficiais conforme mencionado. O instrumento de pesquisa está

organizado em quatro seções, organizadas por tipo de texto. Os títulos das seções e a quantidade de referências totais – de todas as edições e/ou versões – correspondentes são as seguintes: “Proposta Curricular de Língua Portuguesa (2º Grau)”: **4**; “Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa (2º Grau)”: **38**; “Projeto Ipê: fascículos sobre o ensino de Língua Portuguesa”: **7**; e “Documentos que contêm orientações relativas ao ensino de Língua Portuguesa”: **17**.

Este instrumento de pesquisa totaliza, portanto, 66 referências de documentos, de acordo com o Quadro 1.

QUADRO 1: Quantidade de referências de documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo, no período de 1978-1994, distribuídas em seção, por tipo de texto

Seção	Total de referências por seção
1. Proposta Curricular de Língua Portuguesa (2º Grau)	4
2. Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa	38
3. Projeto Ipê: Fascículos sobre o ensino de Língua Portuguesa	7
4. Documentos que contêm orientações relativas ao ensino de Língua Portuguesa	17
Total geral	66

Após a apresentação das referências de textos que integram o instrumento de pesquisa, apresento a relação de instituições, acervos e bases de dados disponíveis *on-line* que consultei e nos quais localizei as referências dos documentos que foram fundamentais para a compreensão de importantes aspectos relacionados à história desse ensino nesse Estado e no país.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira de Referências (NBR - 6023). Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais...*, p.133-147.

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994: um instrumento de pesquisa*. Marília, 2018a. 27f. (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: um instrumento de pesquisa*. 20 f. Projeto de Pesquisa (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018b. (Apresentado à Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, para solicitação de bolsa de Iniciação Científica). (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: estudo introdutório*. 173f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018c.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTINS, M. C. *Construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. 1996. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da Educação*. Pelotas/RS, v. 6, p.69-77, out.1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo (1876/1994)*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Discutindo problemas de aprendizagem*. São Paulo: SEE/CENP, 1984. (Projeto Ipê, 5). Informações: equipe responsável – Divisão de currículo; Serviço de Ensino de 1º Grau.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *História do ensino de literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)*. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PRADO, Guilherme do Val Toledo. *Documentos desemboscados: conflito entre o gênero do discurso e a concepção de linguagem nos documentos curriculares de ensino de língua portuguesa*. 1999. 168f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada na Área de Ensino-

Aprendizagem de Língua Materna) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RELACÃO DE REFERÊNCIAS

1. Proposta Curricular de Língua Portuguesa – 2º Grau

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de português: 2º grau*. São Paulo: SEE/CENP, 1986. (Versão preliminar).

Informações: Equipe de elaboração - equipe técnica de Língua Portuguesa: Lydia Bechara; Maria aparecida Perini; Maria Silvia Olivi Louzada; Regina Maria Ferraz Ivamoto.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa: 2º grau*. 2. ed. São Paulo: SE/CENP, 1987. (Versão preliminar)

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa: 2º grau*. 3. ed. São Paulo: SE/CENP, 1992.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de português: 2º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1994. (2ª Versão preliminar).

Informações: Equipe de elaboração - Maria Silvia Olivi Louzada; Zuleika de Felice Murrie. Colaboração: Harry Vieira Lopes; Maria Aleida Trindade; Silvia Bruni.

2. Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa – 2º Grau

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1978. (Vol. I – Reflexões preliminares.)

Informações: Equipe responsável - Carlos a. Vogt; Ritta de Cássia de AraujoCêntola; Rodolfo Ilari; Yara Frateschi Vieira.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1984. (Vol. I – Reflexões preliminares).
Informações: equipe responsável - Carlos a. Vogt; Ritta de Cássia de AraujoCêntola; Rodolfo Ilari; Yara Frateschi Vieira.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1978. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

CASTILHO, Ataliba T. de. Os sons. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p.12-30. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

CASTILHO, Ataliba T. de. Problemas de análise gramatical. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 31-44. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

ILARI, Rodolfo. Aspectos do ensino do vocabulário. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 45-64. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

PERINI, Mário A. Sintaxe. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 65-83. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

VOGT, Carlos A. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções “porque”, ‘pois’ e ‘já que’. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 84-117. (Vol. V – estrutura da língua portuguesa).

Informações: equipe responsável - Ataliba t. de Castilho; Carlos Franchi; Carlos Vogt; Mario Perini; Rodolfo Ilari.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1978. (Volume VI: História da Língua Portuguesa e da Literatura).

Informações: equipe responsável - Ataliba T. de Castilho; Brian F. Head; Maria Adélia bezerra de M. Bolle; Willy Bolle.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1978. (Volume VII: Revisão de automatismos: ortografia e sintaxe).

Informações: equipe responsável - Ângela Cecília de Souza; Hélio Pimentel; Lygia Corrêa Dias de Moraes; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1978. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

HEAD, Brian F. A teoria da linguagem e o ensino do vernáculo. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 10-33. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

CARROL, John B. Definindo a compreensão da linguagem: algumas especulações. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e

Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 34-95. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

Observação: tradução de Angela Bastos Kleiman.

LABOV, William; WALETZKY, Joshu. Análise da narrativa: versões orais e experiência pessoal. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 96-108. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

Observação: o título aparece com o acréscimo do termo “Sobre” no início. Ao final, há a assinatura de Yara F. Vieira.

HAMON, Phillippe. O que é uma descrição? (resumo). In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 109-116. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

Observação: há a assinatura de Yara F. Vieira ao final do texto.

BENJAMIN, Walter. História literária e ciência literária. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 117-126. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

Observação: Tradução de Jesus AntonioDurigan.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. p. 127-167. (Volume VIII: Coletânea de textos).

Informações: equipe responsável - Ângela b. kleiman; Carlos Franchi; Jesus AntonioDurigan; Ritta de Cássia de Araújo Cêntola; Yara Frateschi Vieira.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. (Vol. II – recepção de textos).

Informações: equipe responsável - Berta Waldman; Jesus AntonioDurigan; Marcelo Dascal; Yara Frateschi Vieira.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983. (Vol. III – produção de textos).

Informações: equipe responsável - Carlos Franchi; Claudia Lemos; HaquiraOzakabe; Rosa helen B. Martinez.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1987. (Vol. I – coletânea de textos).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1987. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Vol. I - Coletânea de textos).

Informações: autores - Carlos A. Vogt; Brian F. Head; Roberto G. Camacho; Ataliba T. de Castilho; MaurizioGnerre; Claudia T. G. de Lemos; Rosa Helena B. Martinez; Yara F. Vieira. Organização: equipe técnica de língua portuguesa.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Vol. II - Coletânea de textos).

Informações: Autores - Rodolfo Ilari; Ataliba T. de Castilho; Mario Alberto Perini; Carlos a. Vogt. Organização: equipe técnica de língua portuguesa.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

DASCAL, Marcelo. Recepção de textos, um processo de aproximação gradual. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.7-16. (Vol. III - Coletânea de textos). Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

VIEIRA, Yara F. Recepção ativa de textos: uma forma de diálogo. Diálogo e exercício crítico. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.17-20. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

WALDMAN, Berta. O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas. Correio sentimental em questão: “Ismênia, a ex-moça donzela”. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 21-24. (Vol. III - Coletânea de textos).
Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

WALDMAN, Berta. O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas. A imprensa marrom e a literatura: “A hipérbole e contra-ponto do real”. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 25-28. (Vol. III - Coletânea de textos).
Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

DURIGAN, Jesus A. O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas. “Missa do Galo” e as variações sobre o mesmo tema: a metáfora da dúvida ou a síntese dos contrários. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 29-33. (Vol. III - Coletânea de textos).
Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

VIEIRA, Yara F. O diálogo de textos: análise de algumas formas dialógicas. Inês de Castro: a história e o mito. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 34-38. (Vol. III - Coletânea de textos).
Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

BENJAMIN, Walter. História literária e ciência literária. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.51-56. (Vol. III - Coletânea de textos).
Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

BOLLE, Willi. História literária. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 57. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

BOLLE, Willi. História literária. Introdução: o problema da História Literária no Brasil. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.57-62. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

BOLLE, Willi. História literária. Modelo I de apresentação da história literária – o romance malandro. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.63-73. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 74-94. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

Observação2: texto de Antonio Candido retirado de DASCAL, Marcelo (org). *Linguagem, Conhecimento, Ideologia*. São Paulo: Editora Global.

BOLLE, Adélia B. de Menezes. As canções de Exílio e Estudo comparativo. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p.95-116. (Vol. III - Coletânea de textos).

Informações: autores - Marcelo Dascal; Yara F. Vieira; Berta Waldman; Jesus a. Durigan; Walter Benjamin; WilliBolle; Antonio Candido; Adélia B. de MenezeBolle.

Observação: texto de Walter Benjamin traduzido por Jesus Antônio Durigan.

3 Projeto Ipê - Fascículos sobre Língua Portuguesa

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O ensino de língua portuguesa*. São Paulo: SE/CENP, 1985. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa, I).

Informações: autores de capítulos – Eglê Pontes Franchi; João Wanderley Geraldi.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O ensino de língua portuguesa*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa I).

Informações: autores de capítulos – Eglê Pontes Franchi; João Wanderley Geraldi.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Português e ensino de gramática*. São Paulo: SE/CENP, 1985. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa II).

Informações: autores - Rodolfo Ilari e Sírio Possenti do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Português e ensino de gramática*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa II)

Informações: autores - Rodolfo Ilari e Sírio Possenti do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Texto, leitura e redação*. São Paulo: SE/CENP, 1985. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa III).

Informações: autores – EniPulcinelliOrlandi (UNICAMP) e Eduardo Guimarães (UNICAMP).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Texto, leitura e redação*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Projeto Ipê, Língua Portuguesa III)

Informações: autores – EniPulcinelliOrlandi (UNICAMP) e Eduardo Guimarães (UNICAMP).

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Língua portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo: SE/CENP, 1991. (Projeto Ipê)

Informações: Organização: Harry Vieira Lopes; Maria Aleida Trindade; Maria Silvia Olivi Louzada; Silvia Bruni; Zuleika de Felice Murrie. Coordenação: Célia Maria Carolino pires; Pedro Paulo Demartini; Regina Maria Ferraz EleroIvamoto. Autores de capítulos: Irenilde Pereira dos Santos; Harry Vieira Lopes; José Luiz Fiorin; Carlos Franchi.

4. Documentos que contêm orientações relativas ao ensino Língua Portuguesa

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Concordância verbal*. 2. ed. São Paulo: SE/CENP, 1980. (Caderno do professor, unidade I).

Informações: coordenação – Maria Adélia Ferreira Mauro. Consultores: Clarilza Prado de Souza; Maria Amélia Azevedo Goldberg; Milton José de Almeida; Susana Magalhães Maia Vieira. Elaboração do material: Janete Beauchamp; Kátia Bastos Machado; Marília de Paiva Verrone; Regina Maria Ferraz E. Ivamoto.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Concordância verbal*. 2. ed. São Paulo: SE/CENP, 1980. (Caderno do professor, unidade II).

Informações: coordenação – Maria Adélia Ferreira Mauro. Consultores: Clarilza Prado de Souza; Maria Amélia Azevedo Goldberg; Milton José de Almeida; Susana Magalhães Maia Vieira. Elaboração do material: Janete Beauchamp; Kátia Bastos Machado; Marília de Paiva Verrone; Regina Maria Ferraz E. Ivamoto.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Curso: Texto*. São Paulo: SE/CENP, 1981.

Informações: convênio SEE/CENP e UNICAMP/IEL. Professores: Berta Waldman; Jesus Antonio Durigan.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Fundação para o desenvolvimento da educação. *Suplência – Língua Portuguesa, Ciências e Saúde, Estudos Sociais*: livro do aluno – nível II. São Paulo: SE/FDE, 1983.

Informações: autores – Língua Portuguesa - Esther Schapochnik; Mertila Larcher de Moraes; Theresinha de Jesus Rosa. Colaboradores: Ana Maria Leonel Vieira dos Santos; Nair dos Santos; Rosa Nilce Farto Cendón Ramos.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Fundação para o desenvolvimento da educação. *Suplência – Língua Portuguesa, Ciências e Saúde, Estudos Sociais*: livro do aluno – termo II. 2. ed. São Paulo: SE/FDE, 1987.

Informações: autores – Língua Portuguesa - Esther Schapochnik; Mertila Larcher de Moraes; Theresinha de Jesus Rosa. Colaboradores: Ana Maria Leonel Vieira dos Santos; Nair dos Santos; Rosa Nilce Farto Cendón Ramos.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O ensino de língua portuguesa*. São Paulo: SE/CENP, 1985.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de: língua portuguesa, educação artística, educação física, história, geografia, matemática, ciências e língua estrangeira (inglês e francês)*. São Paulo: SE/CENP, 1986. (Versão preliminar)

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Criatividade e gramática*. São Paulo: SE/CENP, 1987.

Informações: autor - Carlos Franchi.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Criatividade e gramática*. São Paulo: SE/CENP, 1988.
Informações: autor - Carlos Franchi.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular de língua portuguesa: análise dos relatórios*. São Paulo: SEE/CENP, 1988.

Informações: organização e elaboração – equipe técnica de Comunicação e Expressão – Língua Portuguesa: Anna Emilia Soubhia; Lydia Bechara; Regina Maria F. Elero Ivamoto; Silvia Bruni; Therezinha L. Vasconcellos.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Leitura e escrita: um novo enfoque na prática escolar*. São Paulo: SE/CENP, 1988.

Informações: equipe responsável - Cecília Beatriz Graziano Barretto; Maria Anna Mantoanelli; Maria Eugenia Benini; Martha de Paula Cintra. Com texto de: Telma Weisz.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Leitura e escrita: um novo enfoque na prática escolar*. 2.ed. São Paulo: SE/CENP, 1989.

Informações: autora - Cecília Beatriz Graziano Barretto.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Língua portuguesa: ensino médio*. São Paulo: SE/CENP, 1988. (Prática Pedagógica, 1).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Diretrizes para o ensino de português na habilitação específica para o magistério*. São Paulo: SE/CENP, 1990.

Informações: elaboração – Dinamar Rezek; Harry Vieira Lopes; Maria da Graça Alves Cardoso; Maria Silvia Olivi Louzada; Regina Maria F. E. Ivamoto; Silvia Bruni; Therezinha de Lisieux Vasconcelos.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Atividades de Língua Portuguesa e Literatura: 2º grau*. São Paulo: SEE/CENP, 1993.

Informações: autores - Harry Vieira Lopes; Maria Silvia Olivi Louzada; Zuleika de Felice Murrie.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Ler e escrever, um grande prazer!*. São Paulo: SEE/CENP, 1993.

Informações: autores - Beatriz Cardoso; Madza Julita Nogueira; Marialva F. dos Santos; Vera Vedovelo de Britto.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Educação. Fundação para o desenvolvimento da educação. *A relação entre a produção do conhecimento e os fundamentos das propostas curriculares*. São Paulo: SE/FDE, 1994. (Curso para diretores de escola-padrão e supervisores de ensino - Ensinar e aprender língua portuguesa hoje).
Informações: Autor – João Wanderley Geraldi.

Instituições, acervos, base de dados *on-line* e sites consultados

Instituição e acervos físicos

Acervo do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHEELLB) – sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília/SP.

Endereço: Av. HyginoMuzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP: 17525-901. Marília/SP

Acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília/SP.

Endereço: Av. HyginoMuzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP: 17525-901. Marília/SP

Sites e Bases de dados disponíveis *on-line*

Base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – catálogo Athena.

Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br>>

Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES).

Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>

Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Disponível em:<<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>

Site de Busca “Google”

Disponível em: <<http://www.google.com.br>>

Site de Busca “Google Acadêmico”

Disponível em: < <http://scholar.google.com.br/>>

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm>

Centro de Referência em Educação “Mário Covas” (CRE) – Núcleo de Memória da Educação Paulista

Disponível em: <<http://crmariocovas.sp.gov.br>>

APÊNDICE B

KARINE GONÇALVES

**A CRIAÇÃO DAS COORDENADORIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1976-2019):
UM INSTRUMENTO DE PESQUISA**

Instrumento de pesquisa apresentado à Prof^a
Dr^a Maria do Rosario Longo Mortatti, como
parte das atividades desenvolvidas durante o
período de 2021, para elaboração de
dissertação de Mestrado, a ser desenvolvida
com bolsa PROEX/CAPES.

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Garça-SP
17 de outubro de 2021**

Apresentação.....	3
1. Leis e decretos relativos à CENP.....	8
2. Leis e decretos relativos à CGEB.....	13
3. Leis e decretos relativos à COPED.....	14

Apresentação

Este instrumento de pesquisa resultou de reflexões que venho desenvolvendo desde 2020, ano em que passei a desenvolver atividades de pesquisa em nível Mestrado sob a orientação da Profª Drª Maria do Rosario Longo Mortatti e vinculadas ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” – GPHEELLB, liderado pela mesma professora e que tem como vice-líder a Profª. Drª. Rosa Fatima de Souza Chaloba.

O tema geral do grupo está organizado em seis linhas de pesquisa: “História da alfabetização”; “História do ensino de língua portuguesa”; “História do ensino de literatura”, “História da literatura infantil e juvenil”; História da formação de professores”; “Memória e história da educação”. O método de investigação de todas as pesquisas do grupo que são orientadas pela professora líder é centrado em abordagem histórica, com pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida com utilização de procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada. (MORTATTI, 1999, p.69). Além disso, as pesquisas devem ter como ponto de partida a elaboração de instrumentos de pesquisa, que, de acordo com Belloto (1979, p.173), “[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.”.

O método de análise é o da configuração textual, definido por Magnani (1993) e Mortatti (2000) como:

[...] um conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteúdistas (o quê?) e estruturais-formais (como?) projetadas por determinado autor (quem?), que se apresenta como sujeito de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?) e visando a determinado efeito em um determinado tipo de leitor previsto (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão.

Com base nesses procedimentos, desde 2017 venho realizando as atividades de elaboração de instrumento de pesquisa e análise das referências tomadas como *corpus* a partir do método de análise da configuração textual. Dessas atividades, resultou o instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018a), onde reuni 139 referências de documentos oficiais relativos ao ensino de Língua Portuguesa (1º e 2º Graus) e à Educação de modo geral, produzidos pela Secretaria de Educação do

Estado de São Paulo - SEE/SP, por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP, entre os anos de 1978 e 1994, respectivamente data mais antiga e mais recente de publicação dos documentos oficiais localizados.

Também em 2018, em decorrência da IC, redigi sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria do Rosario longo Mortatti, o projeto de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: um instrumento de pesquisa (GONÇALVES, 2018b), que foi submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

A consecução do projeto mencionado resultou, naquele mesmo ano, no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980*: estudo introdutório (GONÇALVES, 2018c), no qual escolhi como *corpus* de análise da configuração textual as referências dos 139 documentos oficiais que foram localizados e que constam no instrumento de pesquisa mencionado (GONÇALVES, 2018a).

Por meio da análise do conjunto de referências lá contidas, pude constatar que a reunião daqueles documentos contribui para a compreensão de que, sobretudo as Propostas Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa de 1º e de 2º Graus da década de 1980 e seus documentos subsidiários, referem-se a determinadas “normatizações” e “concretizações” que foram “implantadas” nas escolas públicas paulistas a partir da década de 1980, e que a elaboração desses documentos contou com a contribuição de diferentes e importantes pesquisadores das áreas de educação, linguística e estudos literários, baseados em perspectivas teórico-conceituais (nem sempre iguais entre si), presentes em alguns documentos desse ensino até os dias atuais, características do “quarto momento da história do ensino de leitura e escrita no Brasil” (MORTATTI, 2000).

Com o objetivo de dar continuidade a essas reflexões, elaborei o instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994* (GONÇALVES, 2021) a partir do que foi elaborado e analisado anteriormente. Neste, porém, focalizo no nível de ensino então denominado 2º Grau para focalizar alguns aspectos de análise.

Mediante essas pesquisas, senti ainda a necessidade de me aprofundar em alguns aspectos ainda inexplorados sobre a elaboração desses documentos oficiais, especialmente no que diz respeito à autoria institucional desses documentos.

Na pesquisa anterior, identifiquei que a CENP foi a maior responsável pela elaboração de documentos naquele período, mas não localizei informações sobre a organização dessa

coordenadoria e sobre a sua extinção. Por isso, prossegui com as pesquisas sobre o tema e venho elaborando este instrumento de pesquisa com o foco na criação das coordenadorias no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) entre os anos de 1976 e 2019 – respectivamente o ano de criação da CENP e o ano de criação da Coordenadoria Pedagógica (COPEP), atual coordenadoria em funcionamento na SEE/SP.

A principal fonte da qual retirei as referências que constam neste instrumento de pesquisa foi o site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), na qual localizei as leis e os decretos que tratam da CENP, da CGEB e da COPEP. Para tanto, os principais termos de busca utilizados na pesquisa foram os seguintes: CENP; Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; CGEB; Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; COPEP; Coordenadoria Pedagógica.

Assim, com os objetivos de contribuir para a produção de uma história da educação do Estado de São Paulo, apresento neste instrumento de pesquisa, a relação de 55 referências de leis e decretos que foram produzidos pela SEE/SP e publicados no site da ALESP que dizem respeito à criação, organização, atribuição e extinção das coordenadorias em estudo. Todos as leis e os decretos encontram-se referenciados de acordo com a NBR – 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O processo de elaboração das referências foi, na maioria dos casos, bastante simples, pois os documentos oficiais seguem o mesmo padrão de escrita de acordo com a norma mencionada.

Com base nesses procedimentos, reuni neste instrumento de pesquisa um total geral de 55 referências de leis e decretos conforme mencionado. O instrumento de pesquisa está organizado em três seções. Os títulos das seções e a quantidade de referências totais correspondentes são as seguintes: “Leis e decretos relativos à CENP”: 48; “Leis e decretos relativos à CGEB”: 5; “Leis e decretos relativos à COPEP”: 2.

Este instrumento de pesquisa totaliza, portanto, 55 referências de documentos, de acordo com o Quadro 1.

QUADRO 1: Quantidade de referências de leis e decretos sobre as coordenadorias da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) entre 1976-2019

Seção	Total de referências por seção
1. Decretos e resoluções relativos à CENP	48
2. Decretos e resoluções relativos à CGEB	5

3. Decretos e resoluções relativos à COPED	2
Total geral	55

Fonte: elaborado pela autora (2021).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira de Referências (NBR – 6023). Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais...*, p.133-147.

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – 1978/1994: um instrumento de pesquisa*. Marília, 2018^a. 27f. (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: um instrumento de pesquisa*. 20 f. Projeto de Pesquisa (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018b. (Apresentado à Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, para solicitação de bolsa de Iniciação Científica). (Digitado).

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo – década de 1980: estudo introdutório*. 173f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018c.

GONÇALVES, Karine. *Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa (2º Grau) no Estado de São Paulo – 1978/1994*. Garça, 2021. 20f. (Digitado).

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da Educação*. Pelotas/RS, v. 6, p.69-77, out.1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo (1876/1994)*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PRADO, Guilherme do Val Toledo. *Documentos desemboscados: conflito entre o gênero do discurso e a concepção de linguagem nos documentos curriculares de ensino de língua portuguesa*. 1999. 168f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada na Área de Ensino-Aprendizagem de Língua Materna) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RELACÃO DE REFERÊNCIAS

1. Leis e decretos relativos à CENP

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.510 de 29 de janeiro de 1976. *Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 1976.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.511 de 29 de janeiro de 1976. *Define as unidades orçamentárias e de despesa da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 1976.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.751 de 1º de abril de 1976. *Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 1976.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.993 de 4 de junho de 1979. *Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa da Administração Direta*. Diário Oficial: Executivo, 1976.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 8.835 de 20 de outubro de 1976. *Classifica funções na Secretaria da Educação para efeito de atribuição de «pro labore»*. Diário Oficial: Executivo, 1976.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 9.693 de 18 de abril de 1977. *Fixa as frotas de veículos das Unidades Orçamentárias das Secretarias de Estado e das Autarquias vinculadas, e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 1977.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 9.939 de 5 de julho de 1977. *Autoriza a doação de livros da Biblioteca «Macedo Soares» para o acervo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. Diário Oficial: Executivo, 1977.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 11.973 de 31 de julho de 1978. *Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa da Administração Direta*. Diário Oficial: Executivo, 1978.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 12.104 de 15 de agosto de 1978. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6.º, da Lei n. 1.491 de 13 de dezembro de 1977*. Diário Oficial: Executivo, 1978.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 12.620 de 9 de novembro de 1978. *Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo artigo 8.º, do Decreto n.º 11.007, de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n.º 11.111, de 23 de janeiro de 1978*. Diário Oficial: Executivo, 1978.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 13.423 de 14 de março de 1979. *Autoriza a doação de veículos usados as Prefeituras Municipais que especifica.* Diário Oficial: Executivo, 1979.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 13.890 de 10 de setembro de 1979. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos dos Artigos 6.º e 7.º, da Lei n. 1.877, de 8 de dezembro de 1978, e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 1979.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 13.934 de 13 de setembro de 1979. *Dispõe sobre doação de um conjunto de Circuito Fechado de TV.* Diário Oficial: Executivo, 1979.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 14.466 de 18 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos da Lei Complementar n. 218, de 2 de julho de 1979 e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 1979.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 15.775 de 30 de setembro de 1980. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 7.º, inciso I, da Lei n. 2.227, de 18 de dezembro de 1979 e do Artigo 8.º, inciso III, da Lei Complementar n. 229, de 28 de março de 1980.* Diário Oficial: Executivo, 1980.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 16.451 de 23 de dezembro de 1980. *Fixa as frotas de veículos das Unidades Orçamentárias das Secretarias de Estado e das Autarquias vinculadas, e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 1980.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 16.976 de 6 de maio de 1981. *Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa da Administração Direta.* Diário Oficial: Executivo, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 17.329 de 14 de julho de 1981. *Define a estrutura e as atribuições de órgãos e as competências das autoridades da Secretaria de Estado da Educação, em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 17.592 de 20 de agosto de 1981. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15/12/80.* Diário Oficial: Executivo, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 17.896 de 5 de novembro de 1981. *Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15-12-80.* Diário Oficial: Executivo, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 18.283 de 15 de dezembro de 1981. *Autoriza a doação de veículos usados às entidades que especifica.* Diário Oficial: Executivo, 1981.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 20.625 de 28 de fevereiro de 1983. *Autoriza a doação de materiais usados ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.* Diário Oficial: Executivo, 1983.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 20.896 de 13 de abril de 1983. *Autoriza a doação de materiais usados ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.* Diário Oficial: Executivo, 1983.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 21.529 de 20 de outubro de 1983. *Cria o Centro Estadual de Educação Supletiva de Osasco e da providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 1983.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 21.810 de 26 de dezembro de 1983. *Autoriza a celebração de convênios com municípios, objetivando a expansão e desenvolvimento do Programa de Educação Pré-Escolar junto à comunidade.* Diário Oficial: Executivo, 1983.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 22.603 de 23 de agosto de 1984. *Reclassifica órgãos da Administração Estadual para fins orçamentário e financeiro.* Diário Oficial: Executivo, 1984.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 26.597 de 7 de janeiro de 1987. *Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, sem aumento de quantitativos.* Diário Oficial: Executivo, 1987.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 27.164 de 10 de julho de 1987. *Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa no âmbito da Secretaria da Educação.* Diário Oficial: Executivo, 1987.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 29.618 de 2 de fevereiro de 1989. *Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 1989.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 7.385 de 28 de junho de 1991. *Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento de origem externa, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 1991.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 39.902 de 1 de janeiro de 1995. *Altera os Decretos nos 7.510, de 29 de janeiro de 1976, e 17.329, de 14 de julho de 1981, reorganiza os órgãos regionais e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 1995.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 40.233 de 1 de agosto de 1995. *Fixa as frotas de veículos das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação.* Diário Oficial: Executivo, 1995.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 44.036 de 10 de junho de 1999. *Dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 44.667 de 21 de janeiro de 2000. *Cria Centro Estadual de Formação de Liderança Educacional*. Diário Oficial: Executivo, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 10.891 de 20 de setembro de 2001. *Autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem..* Diário Oficial: Executivo, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 46.963 de 29 de julho de 2002. *Altera a redação do artigo 7º do Decreto nº 40233, de 1º de agosto de 1995, que fixa as frotas de veículos das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 2002.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 47.582 de 10 de janeiro de 2003. *Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 44.036, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 48.917 de 2 de setembro de 2004. *Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 44.036, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 2004.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 49.304 de 28 de dezembro de 2004. *O Centro de Referência em Educação “Mário Covas”, criado pelo Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, com denominação dada pelo Decreto nº 46.598, de 12 de março de 2002, passa a integrar a estrutura da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, ficando diretamente subordinado ao Coordenador*. Diário Oficial: Executivo, 2004.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 53.501 de 2 de outubro de 2008. *Dispõe sobre a transferência do Centro de Exames Supletivos, do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria da Educação e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 55.717 de 19 de abril de 2010. *Organiza a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 55.769 de 5 de maio de 2010. *Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação*. Diário Oficial: Executivo, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 55.839 de 18 de maio de 2010. *Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas*. Diário Oficial: Executivo, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto legislativo nº 2.268 de 30 de junho de 2010. *Dispõe sobre a manutenção de decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto legislativo nº 2.279 de 30 de junho de 2010. *Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.011 de 23 de maio de 2011. *Cria a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo – EVESP, e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.380 de 29 de setembro de 2011. *Dá nova redação ao artigo 8º do Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 54.479, de 24 de junho de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersectorial de Assuntos Indígenas.* Diário Oficial: Executivo, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto legislativo nº 2.403, de 14 de junho de 2012. *Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.* Diário Oficial: Executivo, 2012.

2. Leis e decretos relativos à CGEB

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.141 de 18 de julho de 2011. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Diário Oficial: Executivo, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.232 de 12 de agosto de 2011. Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação. Diário Oficial: Executivo, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 58.168 de 25 de junho de 2012. Institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa ESCOLA NA COPA e dá providências correlatas. Diário Oficial: Executivo, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 59.504 de 5 de setembro de 2013. Dispõe sobre o prêmio de intercâmbio internacional previsto no âmbito do Programa de premiação a alunos, professores e profissionais da educação, instituído pela Lei nº 14.923, de 2012. Diário Oficial: Executivo, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 62.216 de 14 de outubro de 2016. *Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, prevista na Lei Complementar nº 1.256, de 6 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 2016.

3. Leis e decretos relativos à COPED

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº64.251, de 22 de maio de 2019. *Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado.* Diário Oficial: Executivo, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 64.187 de 17 de abril de 2019. *Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.* Diário Oficial: Executivo, 2019.

Site (acervo) consultado

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm

APÊNDICE C

KARINE GONÇALVES

**Menções às Coordenadorias (CENP, CGEB E COPED) em Leis e Decretos no site da
ALESP (1976/2019)**

MARÍLIA, 2022

MENÇÕES À CENP

DECRETO	ASSUNTO	MENÇÃO À CENP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.403, DE 14 DE JUNHO DE 2012	<i>Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.</i>	[...] Artigo 1º – Fica reconhecida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC – 7997/026/05, que constatou irregularidades na dispensa de licitação e no contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. [...]
DECRETO Nº 57.380, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011	<i>Dá nova redação ao artigo 8º do Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 54.479, de 24 de junho de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas</i>	[...] Artigo 1º - O artigo 8º do Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 54.479, de 24 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 8º - O Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas será integrado por: [...] III - 3 (três) representantes da Secretaria da Educação, sendo: a) 1 (um) da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP;
DECRETO Nº 57.011, DE 23 DE MAIO DE 2011	<i>Cria a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP, e dá providências correlatas</i>	[...] Decreta: Artigo 1º - Fica criada, no âmbito da Secretaria da Educação, a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP, subordinada e sob supervisão pedagógica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. [...]
DECRETO LEGISLATIVO Nº 2279, DE 30 DE JUNHO DE 2010	<i>Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.</i>	[...] Artigo 1º - Fica reconhecida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC-17577/026/05, que considerou irregulares a dispensa de licitação e o contrato firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação - FAFE. [...]

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2268, DE 30 DE JUNHO DE 2010	<i>Dispõe sobre a manutenção de decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.</i>	[...] Artigo 1º - Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão prolatado pelo Egrégio Tribunal Pleno no Processo TC-7358/026/06, que julgou irregulares o ato que dispensou previamente o certame, o decorrente instrumento contratual, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (FAFE), e as despesas dele decorrentes.
DECRETO Nº 55.839, DE 18 DE MAIO DE 2010	<i>Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas</i>	[...] Secretaria da Educação Apresentam-se as seguintes diretrizes de ação para o enfrentamento à homofobia e suas decorrentes manifestações de intolerância no âmbito da Secretaria de Educação: [...] Meta 3. Garantir a realização das diretrizes curriculares. Ação 3.1. Promover discussão com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas em torno dos currículos escolares de modo a incrementar a temática da diversidade sexual na formação discente, a partir da reflexão sobre as dimensões de gênero e sexualidade.
DECRETO Nº 55.769, DE 5 DE MAIO DE 2010	<i>Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] VI - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 7º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Administração. [...]
DECRETO Nº 55.717, DE 19 DE ABRIL DE 2010	<i>Organiza a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 10 - O Grupo de Programas de Formação e Educação Continuada, unidade responsável pela programação e gestão da execução dos cursos, sua avaliação e certificação e pelo

		provimento de materiais didáticos e de infraestrutura de recursos adequados, tem as seguintes atribuições: [...] II - desenvolver e executar, diretamente ou por meio de entidades contratadas ou conveniadas, programas e cursos para formação continuada, atualização e desenvolvimento dos profissionais do Quadro do Magistério e dos demais quadros da Secretaria, em articulação com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e o Departamento de Recursos Humanos; [...]
DECRETO Nº 53.501, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008	<i>Dispõe sobre a transferência do Centro de Exames Supletivos, do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria da Educação e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 1º - Fica transferido, para a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, o Centro de Exames Supletivos, do Departamento de Recursos Humanos, daquela Pasta. [...] Artigo 3º - Ficam transferidas do Departamento de Recursos Humanos para a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, as seguintes funções de serviço público classificadas pelo artigo 1º do Decreto nº 17.399, de 28 de julho de 1981: I - 1 (uma) de Diretor Técnico de Divisão, prevista em seu inciso III com destinação para o Centro de Exames Supletivos; II - previstas em seu inciso IX para unidades integrantes da estrutura do Centro de Exames Supletivos: a) 2 (duas) de Diretor Técnico de Serviço, destinadas aos 2 (dois) Grupos Técnicos; b) 1 (uma) de Chefe de Seção, destinada à Seção de Expedição de Certificados e Diplomas.
DECRETO Nº 49.304, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	<i>O Centro de Referência em Educação "Mário Covas", criado pelo Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, com denominação dada pelo Decreto nº 46.598, de 12 de março de 2002, passa a integrar a estrutura da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, ficando diretamente</i>	[...] Artigo 1º - O Centro de Referência em Educação "Mário Covas", criado pelo Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, com denominação dada pelo <u>Decreto nº 46.598, de 12 de março de 2002</u>, passa a integrar a estrutura da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, ficando diretamente subordinado ao Coordenador. [...]

	<i>subordinado ao Coordenador</i>	
DECRETO Nº 48.917, DE 02 DE SETEMBRO DE 2004	<i>Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 44.036, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1º - O artigo 1º do <u>Decreto nº 44.036, de 10 de junho de 1999</u>, alterado pelo <u>Decreto nº 47.582 de 10 de janeiro de 2003</u>, passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] VI - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...]
DECRETO Nº 47.582, DE 10 DE JANEIRO DE 2003	<i>Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 44.036, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1.º - O artigo 1.º do <u>Decreto n.º 44.036, de 10 de junho de 1999</u>, passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 1.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] VI - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...]
DECRETO Nº 46.963, DE 29 DE JULHO DE 2002	<i>Altera a redação do artigo 7º do Decreto nº 40233, de 1º de agosto de 1995, que fixa as frotas de veículos das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1º - O artigo 7º do Decreto nº 40.233, de 1º de agosto de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 7º - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas fica fixada nas seguintes quantidades: I - Grupo “S-1” - 1 (um) veículo; II - Grupo “S-2” - 5 (cinco) veículos.”. (NR) [...]
LEI Nº 10.891, DE 20	<i>Autoriza o Poder Executivo a implantar</i>	Artigo 3.º - Ficará a cargo da Secretaria da Educação, através do Conselho Estadual de Educação e da Coordenadoria de Estudos e

DE SETEMBRO DE 2001	<i>assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.</i>	Normas Pedagógicas, a elaboração de normas, procedimentos, planejamento e controle relacionados ao objeto desta lei. [...]
DECRETO Nº 44.667, DE 21 DE JANEIRO DE 2000	<i>Cria Centro Estadual de Formação de Liderança Educacional.</i>	[...] Artigo 1.º - Fica criado o Centro Estadual de Formação de Liderança Educacional, localizado no Município de Registro, subordinado à Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação, com o objetivo de formar gestores educacionais, por meio de capacitação continuada. [...] Retificação do D.O. de 22-1-2000 No artigo 1.º, leia-se como segue e não como constou: Artigo 1.º - Fica criado o Centro Estadual de Formação de Liderança Educacional, localizado no Município de Registro, subordinado à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação, com o objetivo de formar gestores educacionais, por meio de capacitação continuada.
DECRETO Nº 44.036, DE 10 DE JUNHO DE 1999	<i>Dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] VI - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 8.º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Administração. [...]

DECRETO N. 40.233, DE 1 DE AGOSTO DE 1995	<i>Fixa as frotas de veículos das unidades orçamentárias da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 7.º - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas fica fixada nas seguintes quantidades: I - Grupo "S-1" - 3 (três) veículos; II - Grupo "S-2" - 3 (três) veículos. [...]
DECRETO N. 39.902, DE 1 DE JANEIRO DE 1995	<i>Altera os Decretos nos 7.510, de 29 de janeiro de 1976, e 17.329, de 14 de julho de 1981, reorganiza os órgãos regionais e dá providências correlatas.</i>	[...] Artigo 12 - Ficam as Delegacias de Ensino, para os efeitos de desenvolvimento de ensino e normas pedagógicas, subordinadas a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e, quanto ao Sistema de Administração de Pessoal, ao Departamento de Recursos Humanos. [...]
LEI Nº 7.385, DE 28 DE JUNHO DE 1991	<i>Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento de origem externa, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e dá outras providências.</i>	[...] Por outro lado, a Secretaria da Educação se compromete através da direção pré-escolar da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) a fornecer cursos de treinamento para as prefeituras municipais e as organizações não governamentais que participarem do projeto. [...]
DECRETO Nº 29.618, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989	<i>Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação e dá outras providências.</i>	[...] Artigo 1.º - Constitui Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] VI - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 7.º - Constituem Unidades de despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador e; II - Divisão de Administração [...]
DECRETO N. 27.164, DE 10 DE JULHO DE 1987	<i>Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa no âmbito da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação:

		[...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...]
DECRETO N. 26.597, DE 7 DE JANEIRO DE 1987	<i>Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, sem aumento de quantitativos</i>	[...] Artigo 1.º - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, fica fixada nas seguintes quantidades: I – Grupo “B” – 1 veículo; II – Grupo “S-1” – 3 veículos III – Grupo “S-2” – 3 veículos [...]
DECRETO N. 22.603, DE 23 DE AGOSTO DE 1984	<i>Reclassifica órgãos da Administração Estadual para fins orçamentário e financeiro</i>	[...] Artigo 46 - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas [...] Artigo 51 - Constituem Unidades de Despesa da Unidade de Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador II - Divisão de Administração. [...]
DECRETO N. 21.810, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1983	<i>Autoriza a celebração de convênios com municípios, objetivando a expansão e desenvolvimento do Programa de Educação Pré-Escolar junto à comunidade</i>	[...] I - Constituem obrigações da Prefeitura: [...] f) fazer-se representar pelo elemento técnico-pedagógico nas reuniões promovidas pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] h) remeter à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas os documentos de acompanhamento da execução das atividades do Programa, em forma de relatório bimestral. [...]

		II - Constituem obrigações da Secretaria: [...] b) executar as seguintes atividades através da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: - elaborar diretrizes e normas técnicas do Programa de Municipalização de Educação Pré-Escolar; - prestar assistência na execução do Programa; - capacitar docentes e especialistas em pré-escola a nível central e regional; - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Programa.
DECRETO N. 21.529, DE 20 DE OUTUBRO DE 1983	<i>Cria o Centro Estadual de Educação Supletiva de Osasco e da providências correlatas</i>	[...] Artigo 3.º - O Centro Estadual de Educação Supletiva de Osasco contará com um Conselho Consultivo integrado pelos seguintes membros: [...] II - da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação: a) um representante do Serviço de Ensino Supletivo da Divisão de Currículo; b) um representante do Serviço de Ensino Supletivo da Divisão de Supervisão; [...]
DECRETO N. 20.896, DE 13 DE ABRIL DE 1983	<i>Autoriza a doação de materiais usados ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo</i>	[...] Artigo 1.º - Fica autorizada a doação ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, dos materiais usados, pertencentes ao patrimônio de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria da Administração - CAM-412/1983: [...] II - pertencentes à Secretaria da Educação: a) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; 1 - Divisão de Administração; 1.1 - CAM - 55/83 - Seção de Material - ofícios 375/82 e 376/82 - DRE - 438/82 - 486/82; [...]
DECRETO N. 20.625, DE 28 DE	<i>Autoriza a doação de materiais usados ao Fundo de Assistência</i>	[...]

FEVEREIRO DE 1983	<i>Social do Palácio do Governo</i>	Artigo 1.º - Fica autorizada a doação ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, dos materiais usados pertencentes ao patrimônio de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria da Administração: I - processo CAM-169/83: a) pertencentes à Secretaria da Educação; 1 - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - Divisão de Administração; 1.1 - CAM - 54/83 - Seção de Material - ofícios 377/82 e 374/82 - CENP 487/82 e 437/82; [...]
DECRETO N. 18.283, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981	<i>Autoriza a doação de veículos usados às entidades que especifica</i>	[...] Artigo 1.º - Ficam autorizadas, em deferimento aos pedidos das entidades, objeto dos processos abaixo discriminados, as doações dos veículos usados, pertencentes ao patrimônio de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material da Secretaria da Administração; [...] III - pertencentes à Secretaria da Educação: [...] b) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; 1 - Lar Monte de Sião - Pirassununga - GG - 2601-81 - Sedan 1300 - marca Volkswagen - ano de fabricação 1973 - chassi - BP - 985.308 - PJ - 662;
DECRETO N. 17.986, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1981	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15-12-80</i>	PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, e Considerando a necessidade de remanejar recursos da Secretaria da Educação, a fim de possibilitar o melhor desenvolvimento da programação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Decreta: Artigo 1.º - De conformidade com o que dispõe o Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15-12-80, fica aberto à Secretaria da Educação um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.750.000 (um milhão, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada na Tabela I, deste decreto. [...]

DECRETO N. 17.592, DE 20 DE AGOSTO DE 1981	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15/12/80</i>	PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, e Considerando a necessidade de adequar os recursos da Secretaria da Educação, a fim de possibilitar o melhor desenvolvimento da programação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Decreta: Artigo 1.º - De conformidade com o que dispõe o Artigo 5.º, da Lei n. 2.610, de 15/12/80, fica aberto à Secretaria da Educação um crédito suplementar de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional e Econômica [...]
DECRETO N. 17.329, DE 14 DE JULHO DE 1981	<i>Define a estrutura e as atribuições de órgãos e as competências das autoridades da Secretaria de Estado da Educação, em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 6.º - Os órgãos setorial e subsetoriais do Sistema de Administração de Pessoal na Secretaria da Educação são os seguintes: [...] d) na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: a Seção de Pessoal da Divisão de Administração; [...] Parágrafo único - O disposto no inciso IV aplica-se ao pessoal técnico e administrativo dos Quadros da Secretaria de Estado da Educação, não abrangendo a programação, execução e avaliação do treinamento e desenvolvimento de recursos humanos objetivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a serem executados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. [...]
DECRETO N. 16.976, DE 6 DE MAIO DE 1981	<i>Dispõe sobre Unidades Orçamentarias e Unidades de Despesa da Administração Direta</i>	[...] Artigo 7.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 12 - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentaria Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas:

		I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Administração.
DECRETO N. 16.451, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1980	<i>Fixa as frotas de veículos das Unidades Orçamentárias das Secretarias de Estado e das Autarquias vinculadas, e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 19 - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas fica fixada nas seguintes quantidades: I – Grupo “B” – 1 veículo; II – Grupo “S-1” – 3 veículos III – Grupo “S-2” – 3 veículos [...]
DECRETO N. 15.775, DE 30 DE SETEMBRO DE 1980	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do Artigo 7.º, inciso I, da Lei n. 2.227, de 18 de dezembro de 1979 e do Artigo 8.º, inciso III, da Lei Complementar n. 229, de 28 de março de 1980</i>	[...] 08.08 – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas 08.07.021.2.001 - Correntes Serviços administrativos 10.923.000 3.1.1 – Pessoal Civil 10.850.000 3.2.5.3 – Salário-família.....73.000 TOTAL 10.923.000 [...] Retificação Artigo 1.º - 08.08 - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. onde se lê: 3.1.1 - Pessoal Civil ... leia-se: 3.1.1.1 - Pessoal Civil ...
DECRETO N. 14.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1979*	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos da Lei Complementar n. 218, de 2 de julho de 1979 e dá outras providências</i>	[...] 08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO [...] 08.08 - Coord. Estudos e Normas Pedagógicas 3.1.2.0 - Material de Consumo

*encontrado de forma abreviada, como “Coord.”		2.400.000 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos 2.399.424 TOTAL 4.799.424
---	--	---

DECRETO N. 13.934, DE 13 DE SETEMBRO DE 1979	<i>Dispõe sobre doação de um conjunto de Circuito Fechado de TV</i>	[...] Artigo 1.º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a doar à Universidade Estadual Paulista «Julio de Mesquita Filho», um conjunto de circuito fechado de Televisão (C.F. TV), pertencente à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, composto de: I - 2 câmaras compactas de TV, transistorizadas, com monitor de vídeo de 5" (view-finder) e tubo captador de imagem Vidocon de 1", com lente, NEI-12, II - 2 tripés com poste de elevação e cabeça de fricção, para câmara NEI-12, LDM 9407-03; III - 2 bases com rodízios para tripés LDM 9407-03, LDM 9407-12, IV - 2 lentes zoom manuais, f. 2,5-20-100-mm, LDM 9601-01, V - 2 seletores de vídeo 5 entradas, 1 - saída EL 8200-01, VI - 2 distribuidores de vídeo, 1 (uma) entrada, 5 (cinco) saídas, D 'V 91, VII - 1 gravador-reprodutor de áudio e vídeo para cassette, com cabo de força, cabo R F e conector DIN para áudio (VCR), N. 1481-44, VIII - 10 cassettes com fitas-tempo de 45 minutos, para N 1481-44, LGH 5101-00. IX - 5 câmaras compactas de TV, transistorizadas, com tubo captador de imagem Cidicon de 1", sem lente, NEI 07, X - 5 lentes normais, f = 1", 4/25 mm, LDM - 9600/00, XI - 5 suportes murais para câmara, LDM - 9408/00, XII - 4 receptores-monitores de vídeo, 12", LDM 9205/10, XIII - 5 receptores monitores de vídeo - 24", LDM 9207/20, XIV - 1 microfone dinâmico, omnidirecional, 200 ohms, tipo colar com cabo de 3 (três) metros, LBB 9003/05, XV - 1 microfone dinâmico, direcional, 200 ohms interruptor liga-desliga, com adaptador de engate rápido para pedestal e cabo de 3 (três) metros, LBB 9005-06, XVI - 1 pedestal de mesa, LBG 3905/00, XVII - 1 amplificador misturador de 200/100W, em caixa metálica, LBB 1956, XVIII - 12 caixas acústicas para 6W, R M S de potência, incluindo altofalantes de 20 cm (8"), transformadores de linha e potencidmetros de volume, LBG 3521/00, XIX - microfones dinâmicos, omnidirecionais, 500 ohms, com suporte de mesa, adaptador universal para pedestal e cabo de 3 metros, LBB 9002/10, XX - 1 misturador de 6 (seis) canais, para microfones, em caixa metálica, LBG 3203/00, XXI - 1 amplificador misturador de 45/30W, em caixa metálica, LBB 1952. Artigo 2.º - A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
--	--	---

		procederá a baixa patrimonial do equipamento, bem como dos acessórios, ficando a donatária responsabilizada pela retirada dos mesmos. [...]
DECRETO N. 13.890, DE 10 DE	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos dos Artigos 6.º e</i>	[...]

SETEMBRO DE 1979	<i>7.º, da Lei n. 1.877, de 8 de dezembro de 1978, e dá outras providências</i>	08.08 - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas Atividade Correntes Capital Total 08.07.020.2.002 Estudos e Planejamento Técnico Educacional 4.000.000 4.000.000 [...] 08.08 - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos 000.000 [...] 08.08 - Coordenadona de Estudos e Normas Pedagógicas TOTAL 4 000.000,00 3.ª Quota 4 000.000,00 [...]
DECRETO N. 13.423, DE 14 DE MARÇO DE 1979	<i>Autoriza a doação de veículos usados as Prefeituras Municipais que especifica</i>	[...] III - pertencentes à Secretaria da Educação: a) - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; 1 - Prefeitura Municipal de Terra Roxa - GE - 4373-75 - Sedan - marca Volkswagen - ano de fabricação 1972 - chassi BP - 870085 PI - 674; 2 - Prefeitura Municipal de Viradouro - GE - 2201-77 - Sedan - marca Volkswagen - ano de fabricação 1972 - chassi BP - 870087 PI - 684; [...]
DECRETO N. 12.620, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1978	<i>Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo artigo 8.º, do Decreto n.º 11.007, de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n.º 11.111, de 23 de janeiro de 1978</i>	[...] ÓRGÃO PROCESSO VALOR 08 - Secretaria da Educação 78 80.080.716 SE - 004270- 08.01 - Administração Superior da Secretaria e da Sede 78 30.000,000 SE - 003055- 08 06 - Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo 78 12.133.000 COGSP - 000539- 08.07 - Coordenadoria de Ensino do Interior 78 29.400.000 CEI - 0034- 08.08 - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas CTNP - 00173-

		78 1.180.000 08.09 - Departamento de Recursos Humanos DRH - 0707-78 2.992.000 08.10 - Departamento de Assistência Escolar DAE - 02549-78 3.794.000 08.46 - Fundação para o Livro Escolar SE - 003055-78 581.716 [...] Retificação em Quadro Anexo ao Decreto n. 12.620, de 9 de novembro de 1978 ... Órgão: ... - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas no Processo onde se lê: CTNP - 00173-78 leia-se: CENP - 00173-78 [...]
DECRETO N. 12.104, DE 15 DE AGOSTO DE 1978	<i>Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6.º, da Lei n. 1.491 de 13 de dezembro de 1977</i>	[...] Considerando a necessidade de se adequar o orçamento da Secretaria da Educação a fim de atender despesas com: restauração do prédio da Praça da República; aquisição de material permanente; encargos com despesas de utilidades pública: diárias e transportes da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, Coordenadoria de Ensino do Interior e Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Decreta: Artigo 1.º - De conformidade com o que dispõe o artigo 6.º, da Lei n. 1.491, de 13 de dezembro de 1977, fica aberto à Secretaria da Educação um crédito suplementar de Cr\$ 4.943.200,00 (quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil e duzentos cruzeiros) com recursos provenientes de redução parcial de suas dotações orçamentárias [...]
DECRETO N. 11.973, DE 31 DE JULHO DE 1978	<i>Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa da Administração Direta</i>	[...] Da Secretaria da Educação Artigo 7.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação:

		[...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: [...] Artigo 12 - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Administração. [...]
DECRETO N. 9.939, DE 5 DE JULHO DE 1977	<i>Autoriza a doação de livros da Biblioteca «Macedo Soares» para o acervo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo</i>	[...] Artigo 1.º - Fica autorizada a doação à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo dos livros relacionados no processo CENP n.º 00825-76, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Educação. Artigo 2.º - A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas procederá a baixa patrimonial dos livros a que alude o artigo anterior. [...]
DECRETO N. 9.693, DE 18 DE ABRIL DE 1977	<i>Fixa as frotas de veículos das Unidades Orçamentárias das Secretarias de Estado e das Autarquias vinculadas, e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 20 - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas fica fixada nas seguintes quantidades: "Grupo "B" - 1 veículo; Grupo "S-1" - 5 veículos; Grupo "S-2" - 8 veículos." [...]
DECRETO N. 8.835, DE 20 DE OUTUBRO DE 1976	<i>Classifica funções na Secretaria da Educação para efeito de atribuição de «pro labore»</i>	V - Na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: a) 2 (duas) de Diretor Técnico, referência "CD-11", destinadas as Divisões de Currículo e de Supervisão; b) 11 (onze) de Diretor Técnico, referência "CD-9", destinadas aos Serviços de Ensino de 1.º Grau, de Ensino de 2º Grau, de Ensino Supletivo, e de Educação Especial, da Divisão de Currículo; aos Serviços de Ensino de 1.º Grau, de Ensino de 2.º Grau, e de Educação Especial, da Divisão de Supervisão; aos Serviços de Recursos Didáticos, de Estudos e Pesquisas, de Orientação Educacional, e de Documentação e Publicações; c) 37 (trinta e sete) de Supervisor de Equipe Técnica, referência CD-7, destinadas as Equipes Técnicas das Divisões de Currículo e de Supervisão, e dos Serviços de Recursos Didáticos, de Estudos e Pesquisas de Orientação Educacional, e de Documentação e Publicações; d) 1 (uma) de Chefe de Seção Técnica, referência "23", destinada

		à Seção de Biblioteca e Documentação, do Serviço de Documentação e Publicações; e) 1 (uma) de Diretor, referência "CD-7", destinada ao Serviço de Finanças da Divisão de Administração; f) 4 (quatro) de Chefe de Seção, referência "19", destinadas às Seções de Despesa e de Orçamento e Custos, do Serviço de Finanças, à Seção de Pessoal da Divisão de Administração e à Seção de Publicações, do Serviço de Documentação e Publicações; g) 14 (catorze) de Encarregado de Setor, na referência "16", destinadas ao Setor de Transportes, da Divisão de Administração, aos Setores de Expediente, dos Serviços de Ensino de 1.º Grau, de Ensino de 2.º Grau de Ensino Supletivo, de Educação Especial e de Educação Pré-Escolar da Divisão de Currículo; dos Serviços de Ensino de 1.º Grau, de Ensino de 2.º Grau, de Ensino Supletivo, de Educação Especial da Divisão de Supervisão, dos Serviços de Recursos Didáticos, de Estudos e Pesquisas, de Orientação Educacional, e do Documentação e Publicações. [...]
DECRETO N. 7.993, DE 4 DE JUNHO DE 1976	<i>Dispõe sobre Unidades Orçamentárias e Unidades de Despesa da Administração Direta</i>	[...] Artigo 5.º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 10. - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Administração. [...]
DECRETO N. 7.751, DE 1.º DE ABRIL DE 1976	<i>Fixa a frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas</i>	[...] Artigo 1.º - A frota de veículos da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretária da Educação, fica fixada nas seguintes quantidades: Grupo "B" : 1 veículo; Grupo "S-1" : 5 veículos; Grupo "S-2" : 8 veículos. Parágrafo único - A classificação dos Grupos, referidos no artigo, obedece ao disposto no Decreto n. 50.031, de 22 de julho de 1968.

		Artigo 2.º - A fixação e aprovação da frota, discriminada no Artigo 1.º deste decreto, não implica na liberação dos recursos necessários a sua efetivação, processando-se as aquisições dentro das possibilidades orçamentárias e obedecidos os demais preceitos legais. Artigo 3.º - No mínimo, vinte por cento das dotações orçamentárias, destinadas à aquisição de veículos para a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, serão utilizados para a renovação da respectiva frota. [...]
DECRETO N. 7.511, DE 29 DE JANEIRO DE 1976	<i>Define as unidades orçamentárias e de despesa da Secretaria da Educação</i>	[...] Artigo 1.º - Constituem unidades orçamentárias da Secretaria da Educação: [...] V - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] Artigo 6.º - Constituem unidades de despesa da unidade orçamentária Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão der Administração. [...]
DECRETO N. 7.510, DE 29 DE JANEIRO DE 1976	<i>Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação</i>	[...] Artigo 3.º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica: [...] g) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; [...] SEÇÃO VI Da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

		Artigo 20 - Subordinam-se ao Coordenador de Estudos e Normas Pedagógicas: I - Gabinete do Coordenador; II - Divisão de Currículo; III - Divisão de Supervisão; IV - Serviço de Recursos Didáticos; V - Serviço de Estudos e Pesquisas; VI - Serviço de Orientação Educacional; VII - Serviço de Documentação e Publicações; VIII - Divisão de Administração. Artigo 21 - A Divisão de Currículo compreende: I - Diretoria; II - Serviço de Ensino de 1.º Grau, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Comunicação e Expressão; c) Equipe Técnica de Estudos Sociais; d) Equipe Técnica de Ciências; e) Equipe Técnica de Formação Especial; f) Setor de Expediente. III - Serviço de Ensino de 2.º Grau, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Comunicação e Expressão; c) Equipe Técnica de Estudos Sociais; d) Equipe Técnica de Ciências; e) Equipe Técnica de Formação Especial; f) Setor de Expediente. IV - Serviço de Ensino Supletivo, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Cursos de Suplência; c) Equipe Técnica de Cursos de Aprendizagem e Qualificação; d) Setor de Expediente; V - Serviço de Educação Especial, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Elaboração de Currículos; c) Equipe Técnica de Provisão de Recursos; d) Setor de Expediente. VI - Serviço de Educação Pré-Escolar, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Desenvolvimento de Projetos; c) Equipe Técnica de Análise e Estudo de Sistemas Específicos; d) Setor de Expediente. Artigo 22 - A Divisão de Supervisão compreende: I - Diretoria; II - Serviço de Ensino de 1.º Grau, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Comunicação e Expressão; c) Equipe Técnica de Estudos Sociais; d) Equipe Técnica de Ciências;
--	--	--

	e) Equipe Técnica de Formação Especial; f) Setor de Expediente. III - Serviço de Ensino de 2.º Grau com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Comunicação e Expressão; c) Equipe Técnica de Estudos Sociais; d) Equipe Técnica de Ciências; e) Equipe Técnica de Formação Especial; f) Setor de Expediente. IV - Serviço de Ensino Supletivo, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Cursos de Suplência, Aprendizagem e Qualificação; c) Equipe Técnica de Cursos de Suprimento; d) Equipe Técnica de Instalação de Cursos Supletivos; e) Equipe Técnica de Meios Não-Convencionais de Ensino; f) Setor de Expediente. V - Serviço de Educação Especial, com: a) Diretoria; b) Equipe Técnica de Orientação; c) Equipe Técnica de Avaliação; d) Setor de Expediente. VI - Equipe Técnica de Avaliação e Controle da Educação Pré-Escolar. Artigo 23 - O Serviço de Recursos Didáticos compreende: I - Diretoria; II - Equipe Técnica de Instalações; III - Equipe Técnica de Recursos Didáticos do Ensino de 1.º Grau; IV - Equipe Técnica de Recursos Didáticos do Ensino de 2.º Grau; V - Setor de Expediente. Artigo 24 - O Serviço de Estudos e Pesquisas, compreende: I - Diretoria; II - Equipe Técnica I; III - Equipe Técnica II; IV - Setor de Expediente. Artigo 25 - O Serviço de Orientação Educacional compreende: I - Diretoria; II - Equipe Técnica de Orientação Educacional do Ensino de 1.º Grau; III - Equipe Técnica de Orientação Educacional do Ensino de 2.º Grau; IV - Equipe Técnica de Orientação Educacional para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Supletivo e a Educação Especial; V - Setor de Expediente. Artigo 26 - O Serviço de Documentação e Publicações compreende: I - Diretoria;
--	--

	II - Seção de Biblioteca e Documentação; III - Seção de Publicações; IV - Setor de Expediente. Artigo 27 - A Divisão de Administração compreende: I - Diretoria; II - Seção de Pessoal; III - Seção de Material; IV - Serviço de Finanças, com: a) Diretoria; b) Seção de Orçamento e Custos; c) Seção de Despesa. V - Seção de Comunicações Administrativas; VI - Setor de Transportes. [...] Artigo 63 - A Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo e a Coordenadoria de Ensino do Interior têm as seguintes atribuições, nas respectivas áreas territoriais de atuação: [...] VIII - detectar problemas particulares do sistema escolar que devam merecer estudos especiais por parte da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. [...] CAPÍTULO V Da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas SEÇÃO I Das Atribuições Gerais Artigo 80 - A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas tem as seguintes atribuições: I - formular diretrizes para a elaboração execução, coordenação, controle e avaliação do plano escolar; II - desenvolver estudos e elaborar modelos de referência da Escola de 1.º e 2.º Graus, Educação Especial, Educação Pré-Escolar e do Ensino Supletivo;
--	--

	III - desenvolver estudos que tenham por objetivos a experimentação o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de materiais didáticos de novas metodologias de ensino e de supervisão; IV - elaborar normas de funcionamento e supervisionar as unidades escolares que tenham por objetivo a experimentação pedagógica e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino; V - desenvolver estudos para a fixação de diretrizes das atividades relacionadas á Orientação Educacional nas unidades de ensino do sistema escolar; VI - diagnosticar, em consonância com o Departamento de Recursos Humanos e as Coordenadorias de Ensino, as necessidades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica; VII - elaborar critérios para o dimensionamento de recursos humanos necessários ás atividades docentes, técnicos-pedagógicas e administrativas da área pedagógicas; VIII - elaborar especificações relativas a modelos físicos, equipamentos e materiais permanentes das escolas do sistema escolar. SEÇÃO II Do Gabinete do Coordenador Artigo 81 - O Gabinete do Coordenador de Estudos e Normas Pedagógicas tem por atribuição assistir o Coordenador no desempenho de suas funções. SEÇÃO III Da Divisão de Currículo Artigo 82 - A Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - elaborar modelos de organização curricular para o Ensino de 1.º e 2.º Graus, Educação Pré-Escolar, Ensino Supletivo e Educação Especial; II - reformular, em processo continuo as propostas curriculares, tendo em vista o aprimoramento progressivo de sua adequação aos objetivos da educação, a evolução das ciências pedagógicas e o processo das ciências e da tecnologia em geral; III - realizar estudos que fundamentem a elaboração de propostas curriculares, especialmente com referência ao diagnóstico e prognóstico da realidade sócio-econômica, cultural e educacional, à legislação e á evolução das ciências básicas e afins da educação; IV - elaborar com a cooperação da Divisão de Supervisão, os instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensino-
--	--

	aprendizagem; V - elaborar diretrizes referentes ao agrupamento, promoção e recuperação de alunos; VI - fornecer subsídios para a elaboração dos programas e projetos de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica do sistema estadual de educação; VII - elaborar propostas de programas e projetos referentes à educação permanente; VIII - sugerir medidas operacionais que garantam o fluxo de informações, visando a atualização contínua do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica; IX - oferecer subsídios aos programas e projetos referentes às especificações de prédios, instalações e equipamentos escolares e outras que se relacionem à seleção de materiais de instrução; X - propor, ao órgão competente, medidas visando estabelecer intercâmbio com os serviços de currículo dos Estados, da União, e de instituições congêneres municipais particulares e estrangeiras ou internacionais. Artigo 83 - O Serviço de Ensino de 1.º Grau da Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar o modelo de organização curricular para o Ensino de 1.º Grau; b) elaborar e reformular propostas curriculares para o Ensino de 1.º Grau com o objetivo de garantir a unidade do sistema escolar e o atendimento das peculiaridades sócio-econômico-culturais da Comunidade e de suas escolas; c) selecionar os meios que proporcionem a melhoria qualitativa do Ensino de 1.º Grau; d) realizar estudos que fundamentem a elaboração de propostas curriculares; e) formular os objetivos específicos do ensino em função das diversas matérias e de seus conteúdos próprios do Ensino de 1.º Grau; f) subsidiar e/ou elaborar especificações referentes a instalações e equipamentos; g) colaborar no estacionamento de especificações relacionadas à seleção de materiais didáticos para Ensino de 1.º Grau; h) elaborar, em cooperação com a Divisão de Supervisão, os instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensinar-aprender, em função das matérias do currículo do Ensino de 1.º Grau; i) oferecer subsídios para os programas de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica; j) elaborar propostas para a realização de estudos e pesquisas de problemas relacionados ao currículo do Ensino de 1.º Grau.
--	---

		II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 84 - O Serviço de Ensino do 2.º Grau da Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar o modelo de organização curricular para o Ensino de 2.º Grau; b) elaborar e reformular propostas curriculares para o Ensino de 2.º Grau, com o objetivo de garantir a unidade do sistema escolar e o atendimento das peculiaridades sócio-econômico-culturais da comunidade e de suas escolas; c) participar na elaboração de projetos referentes aos Centros Interescolares e outros que visem a entrosagem e intercomplementariedade na utilização de recursos; d) selecionar os meios que proporcionem a melhoria qualitativa do ensino; e) realizar estudos que fundamentem a elaboração das propostas curriculares; f) formular os objetivos específicos do ensino em função das diversas matérias e dos seus conteúdos no Ensino de 2.º Grau; g) subsidiar e/ou elaborar especificações referentes a instalações e equipamentos; h) colaborar no estabelecimento de especificações relacionadas à seleção de materiais didáticos para o Ensino de 2.º Grau; i) elaborar, em cooperação com a Divisão de Supervisão, os instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensinar-aprender, em função das matérias do currículo do Ensino de 2.º Grau; j) oferecer subsídios para os programas de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica; l) elaborar propostas para a realização de estudos e pesquisa de problemas relacionados ao currículo do Ensino de 2.º Grau. II - por meio do Setor de Expediente desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 85 - O Serviço de Ensino Supletivo da Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - por meio da Equipe Técnica de Cursos de Suplência: a) elaborar e orientar a organização de currículos e programas adequados aos cursos de suplência; b) elaborar modelos de organização didática referentes à suplência; c) elaborar instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensino-aprendizagem do ensino supletivo; d) analisar planos de curso de suplência; e) proceder à revisão periódica dos programas, métodos e materiais didáticos; f) propor modificações em projetos de experimentação
--	--	--

	metodológica; g) estabelecer diretrizes para a recuperação e promoção de alunos dos cursos supletivos; h) proceder a estudos e pesquisas visando a caracterização da clientela dos cursos supletivos; i) oferecer subsídios para a elaboração de programas e projetos de aperfeiçoamento e atualização dos recursos humanos do ensino supletivo; j) sugerir estudos e medidas para a seleção e recrutamento de recursos humanos para ensino supletivo; l) sugerir estudos e medidas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem; m) sugerir ou proceder a estudos que visem identificar processos não-convencionais de ensino supletivo e a elaboração de instrumentos de avaliação; n) programar a implantação de novas tecnologias de ensino, visando o melhor atendimento de sua clientela; o) participar do planejamento e execução de projetos do ensino supletivo que utilizem novas tecnologias; p) fomentar medidas tendentes ao aperfeiçoamento, atualização e renovação de técnicas e de materiais didáticos destinados ao ensino supletivo. II - por meio da Equipe Técnica de Cursos de Aprendizagem e Qualificação: a) identificar os conteúdos programáticos mínimos das disciplinas de formação especial dos currículos dos cursos de qualificação e aprendizagem profissional; b) adequar e/ou elaborar propostas curriculares para os cursos supletivos de aprendizagem e qualificação; c) analisar e emitir parecer sobre os planos de cursos apresentados pelas entidades mantenedoras oficiais e particulares; d) sugerir os requisitos curriculares mínimos, necessários ao funcionamento dos cursos de aprendizagem e qualificação; e) elaborar propostas sobre os equipamentos e instalações mínimas para funcionamento dos cursos de aprendizagem e qualificação profissional; f) manter entrosamento com órgãos e entidades especializados, visando a promoção de atividades nas modalidades de aprendizagem e qualificação profissional; procederá revisão periódica dos programas, métodos e materiais didáticos; g) elaborar normas e diretrizes para o funcionamento dos cursos supletivos profissionalizantes; h) proceder, em articulação com outros órgãos e instituições, estudos objetivando a constante adequação dos cursos supletivos de aprendizagem e qualificação profissional às necessidades sócio-econômicas do Estado. III - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44.
--	---

		Artigo 86 - O Serviço de Educação Especial da Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) assegurar tratamento especial aos excepcionais impossibilitados de beneficiar-se da escolarização comum; b) elaborar os modelos de organização curricular adequados aos alunos que apresentem desvios acentuados de desenvolvimento físico, mental e emocional; c) formular os objetivos da educação especial; d) estudar as características físicas e psicológicas da criança excepcional e definir a metodologia de ensino apropriada ao tipo de excepcionalidade; e) realizar e/ou sugerir estudos, pesquisas e avaliações referentes ao emprego de técnicas, processos, aparelhos e equipamentos especiais que possibilitem ao aluno excepcional o melhor aproveitamento de suas capacidades; f) elaborar, avaliar e propor guias curriculares e programas de ensino de acordo com o tipo de excepcionalidade; g) estabelecer diretrizes para a organização e funcionamento das unidades de educação especial estaduais, municipais e particulares; h) elaborar, em cooperação com os serviços de supervisão, os instrumentos de avaliação do currículo e do processo ensino-aprendizagem referente aos excepcionais; i) elaborar diretrizes referentes à recuperação e promoção de alunos em termos de cada excepcionalidade; j) elaborar e/ou participar da formulação de especificações relativas às construções, instalações, equipamentos e materiais didáticos destinados à educação dos excepcionais; l) propor estudos e medidas referentes à habilitação, seleção, e recrutamento de docentes e especialistas para a Educação Especial; m) elaborar diretrizes para o desenvolvimento de programas e projetos destinados ao aperfeiçoamento e atualização de professores e especialistas para a Educação Especial; n) sugerir estudos e pesquisas sobre aspectos específicos da Educação Especial; o) sugerir medidas para disseminar informações sobre a Educação Especial e para fomentar o intercâmbio entre entidades oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras ou internacionais voltadas para a Educação Especial; p) elaborar e fornecer ao órgão encarregado de divulgação, trabalhos destinados às publicações técnicas e aperfeiçoamento de pessoal; q) promover e orientar a mobilização da comunidade através da ação conjunta coordenada dos órgãos técnicos regionais e entidades especializadas para a melhoria dos padrões de atendimento educacional do aluno excepcional.
--	--	---

		II - por meio do Setor de Expediente: desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 87 - O Serviço de Educação Pré-Escolar da Divisão de Currículo tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar modelo pedagógico para a Educação Pré-Escolar mantida pelo Estado, Municípios e outras instituições; b) elaborar diretrizes para a organização e funcionamento das unidades de Educação Pré-Escolar; c) elaborar, em cooperação com os serviços de supervisão, os instrumentos de avaliação de currículo; d) elaborar propostas curriculares; e) colaborar no estabelecimento de especificações relacionadas à seleção de materiais didáticos para a Educação Pré-Escolar; f) realizar levantamentos de estudos de currículos e sistemas da Educação Pré-Escolar; g) subsidiar programas de aperfeiçoamento e atualização para os professores e especialistas de instituições destinadas à Educação Pré-Escolar; h) formular especificações quanto a prédios, instalações e equipamentos adequados às unidades de Educação Pré-Escolar. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. SEÇÃO IV Da Divisão de Supervisão Artigo 88 - A Divisão de Supervisão tem as seguintes atribuições: I - elaborar diretrizes para: a) a supervisão pedagógica do sistema estadual de educação, tendo como ponto de referência básico o aproveitamento ótimo dos recursos empregados e a melhoria da produtividade do ensino; b) a implementação de propostas curriculares; c) a elaboração, execução, coordenação, controle e avaliação do plano escolar; d) a avaliação do desempenho do professor e dos demais profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem. II - acompanhar, orientar, controlar e avaliar: a) o desempenho global do sistema estadual de educação, nos seus aspectos pedagógicos; b) experiências pedagógicas em escolas e/ou em classes experimentais; c) projetos de recuperação, agrupamento e promoção de alunos; d) o desenvolvimento de programas e projetos referentes à educação permanente. III - assistir a unidade do sistema de educação quanto à interpretação dos modelos pedagógicos - especificamente dos
--	--	---

		curriculares - e quanto aos padrões de avaliação utilizados; IV - elaborar instrumentos de acompanhamento, avaliação e controle do ensino e definir a sistemática de utilização dos mesmos; V - indicar padrões para a avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem; VI - definir mecanismos para a difusão das propostas curriculares; VII - oferecer subsídios á formulação das diretrizes para a avaliação das condições físicas dos prédios, do processo administrativo ou outras variáveis que condicionam as atividades curriculares; VIII - analisar interpretar e difundir os dados de avaliação, do rendimento escolar; IX - elaborar, criticar, selecionar e difundir materiais didáticos necessários á melhoria da eficiência do ensino; X - diagnosticar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal envolvido no processo de ensino-aprendizagem e fazer indicações sobre programas de aperfeiçoamento; XI - indicar as pesquisas e estudos necessários ao desenvolvimento das atividades da área de sua competência. Artigo 89 - O Serviço de Ensino de 1.º Grau da Divisão da Supervisão tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar diretrizes para a supervisão pedagógica do Ensino de 1.º Grau, bem como para a coordenação dessas atividades nos diferentes níveis administrativos; b) elaborar os instrumentos de acompanhamento, avaliação e controle para a implementação das propostas curriculares; c) indicar, no âmbito de cada matéria e de seus conteúdos específicos, os padrões para a avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem; d) controlar e avaliar o desempenho global do Ensino de 1.º Grau, de modo a garantir a consecução dos seus objetivos; e) analisar, criticar e difundir os dados da avaliação do rendimento escolar, no âmbito do Ensino de 1.º Grau; f) realimentar sistematicamente o planejamento curricular do Ensino de 1.º Grau; g) formular diretrizes para as atividades de recuperação e promoção de alunos do Ensino de 1.º Grau; h) elaborar, criticar, selecionar e difundir materiais didáticos para o Ensino de 1.º Grau; i) formular diretrizes para a avaliação de desempenho dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem do Ensino de 1.º Grau; j) especificar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização de pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica do Ensino de 1.º Grau; l) especificar as pesquisas e estudos necessários ao aprimoramento
--	--	---

	dos meios de instrução para o Ensino de 1.º Grau. II - por meio do Setor de Expediente: desempenhar no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 90 - O Serviço de Ensino de 2.º Grau da Divisão de Supervisão tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar diretrizes para a supervisão pedagógica do Ensino de 2.º Grau, bem como para a coordenação dessas atividades nos diferentes níveis administrativos; b) elaborar os instrumentos de acompanhamento, avaliação e controle para a implementação das propostas curriculares; c) indicar, no âmbito de cada matéria e de seus conteúdos específicos, os padrões para a avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem; d) controlar e avaliar o desempenho global do Ensino de 2.º Grau, de modo a garantir a consecução dos seus objetivos; e) analisar, criticar e difundir os dados de avaliação do rendimento escolar no âmbito do Ensino de 2.º Grau; f) realimentar sistematicamente o planejamento curricular do Ensino de 2.º Grau; g) formular diretrizes para as atividades de recuperação e promoção de alunos do Ensino de 2.º Grau; h) elaborar, criticar, selecionar e difundir materiais didáticos para o Ensino de 2.º Grau; i) formular as diretrizes para avaliação de desempenho dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem do Ensino de 2.º Grau; j) especificar as necessidades de aperfeiçoamento atualização de pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica do Ensino de 2.º Grau; l) especificar as pesquisas e estudos necessários ao aprimoramento dos meios de instrução para o Ensino de 2.º Grau. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 91 - O Serviço de Ensino Supletivo da Divisão de Supervisão tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) avaliar o desempenho do sistema escolar no âmbito do Ensino Supletivo; b) fomentar os meios de suprir a escolarização regular de 1.º e 2.º Graus para os adolescentes e adultos que não as tenham realizado ou concluído em idade própria; c) realimentar sistematicamente o planejamento curricular referente ao Ensino Supletivo; d) elaborar os mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle do planejamento e execução dos programas e projetos relacionados ao Ensino Supletivo; e) elaborar os instrumentos de avaliação, estabelecendo padrões
--	---

	de realização do processo ensino-aprendizagem de cursos supletivos nas modalidades suplencia, aprendizagem e qualificação e suprimento; f) elaborar diretrizes para a avaliação do desempenho de docentes, monitores e pessoal técnico atuando no Ensino Supletivo; g) elaborar diretrizes para a avaliação de instalações e de equipamentos utilizados no Ensino Supletivo; h) elaborar diretrizes para a avaliação de técnicas, recursos e materiais didáticos utilizados no Ensino Supletivo e, especificamente, de material de apoio e recepção organizada para T.V.; i) selecionar e difundir materiais de instrução no Ensino Supletivo; j) acompanhar, avaliar e controlar as atividades de agrupamento, cooperação e promoção de alunos de Ensino Supletivo de cursos de escolarização sistemática; l) especificar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização de docentes, monitores e pessoal técnico que estão atuando no Ensino Supletivo; m) propor critérios para a criação e instalação de cursos supletivos; n) manter a coordenação do serviço de supervisão de Ensino Supletivo que se realizam em diferentes níveis administrativo-pedagógicos. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 92 - O Serviço de Educação Especial da Divisão de Supervisão tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) avaliar o desempenho do sistema escolar no âmbito da Educação Especial; b) elaborar os mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle dos programas e projetos que visam a implementação das propostas curriculares referentes à Educação Especial; c) indicar os graus de eficiência a serem adotados como padrão na avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem referentes a cada excepcionalidade; d) elaborar diretrizes para a avaliação do desempenho do docente da Educação Especial; e) avaliar as condições de funcionamento e os resultados do processo ensino-aprendizagem, bem como prestar assistência técnica às unidades de Educação Especial; f) propor a criação de novas unidades de Educação Especial de acordo com as necessidades levantadas, os recursos existentes e os critérios estabelecidos; g) acompanhar, avaliar e controlar as atividades de agrupamento, recuperação e promoção dos alunos excepcionais; h) elaborar diretrizes para avaliar a adequação das instalações,
--	---

	equipamentos e materiais didáticos das classes especiais, bem como as técnicas e recursos utilizados; i) especificar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização de docentes e especialistas na Educação Especial; j) selecionar e divulgar materiais de instrução relacionados à educação do excepcional; l) diagnosticar necessidades de materiais e equipamentos e propor a aquisição ao órgão competente; m) manter entendimentos com órgãos oficiais e entidades particulares para o diagnóstico dos casos de excepcionalidade dos alunos do sistema escolar; n) propor contatos com Instituições que atuem nas áreas de educação, saúde, serviço social e trabalho visando a colaboração em programas de atendimento aos excepcionais. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. Artigo 93 - A Equipe Técnica de Avaliação e Controle da Educação Pré-Escolar da Divisão de Supervisão tem as seguintes atribuições: I - elaborar o Plano de Supervisão da Educação Pré-Escolar; II - elaborar os mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle dos programas que visam a implementação do modelo pedagógico da Educação Pré-Escolar; III - acompanhar, controlar e avaliar o desempenho global da Educação Pré-Escolar, de modo a garantir a consecução dos seus objetivos; IV - dinamizar o processo de implementação da Educação Pré-Escolar; V - prestar assistência técnica aos supervisores da área, que atuam a nível regional; VI - orientar a coordenação dos serviços de supervisão da Educação Pré-Escolar, realizados nos vários níveis do sistema escolar; VII - supervisionar a instalação de novas classes de Educação Pré-Escolar, tanto no âmbito oficial como no particular; VIII - prestar orientação técnica às Prefeituras e outras entidades encarregadas da prestação de serviços de Educação Pré-Escolar; IX - diagnosticar e especificar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização de docentes e especialistas na Educação Pré-Escolar; X - formular diretrizes para a avaliação do desempenho dos docentes e especialistas na área de Educação Pré-Escolar. SEÇÃO V Do Serviço de Recursos Didáticos Artigo 94 - O Serviço de Recursos Didáticos tem as seguintes atribuições:
--	---

	I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) promover o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem pela adoção de técnicas, procedimentos e instrumentos mais eficiente e eficazes; b) empreender estudos e investigações referentes às normas pedagógicas para programas de construções escolares; c) elaborar normas e modelos de equipamentos e material básico escolar; d) realizar estudos sobre a utilização correta e eficiente dos recursos didáticos; e) sugerir especificações quanto à construção de prédios escolares, instalações e equipamentos, procurando adequar a estrutura física à estrutura didática; f) realizar estudos a fim de determinar a contribuição de recursos didáticos para a efetivação, tanto em relação aos objetivos específicos, quanto ao conteúdo programático; g) preparar protótipos de materiais didáticos para uso dos docentes no desenvolvimento dos currículos propostos; h) propor medidas para a divulgação e distribuição dos materiais didáticos, disseminação de instruções sobre o seu emprego e treinamento dos docentes na sua utilização; i) realizar levantamentos para avaliar a adequação, a permanência e a extensão do uso de determinados recursos e materiais didáticos; j) realizar estudos sobre o desenvolvimento de recursos de tecnologia educacional avançada, da viabilidade de sua utilização, especialmente para a educação permanente; l) realizar estudos e propor medidas visando a integração das programações de Telescola no planejamento curricular; m) elaborar e avaliar o material de apoio utilizado pela Telescola e pelas programações de rádio e televisão; n) empreender estudos para aquisição, distribuição e utilização de material instrumental de novas tecnologias de ensino. II - por meio do Setor de Expediente: desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no artigo 44. SEÇÃO VI Do Serviço de Estudos e Pesquisas Artigo 95 - O Serviço de Estudos e Pesquisas tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) programar, executar, controlar e avaliar a realização de estudos e pesquisas que se destinem a fornecer elementos ao desenvolvimento das atividades próprias do campo funcional da Secretaria da Educação; b) acompanhar a evolução de estudos em instituições congêneres
--	--

	ou seguir a realização dos mesmos por meio de consulta contínua a publicações especializadas; c) promover a celebração de convênios com instituições de ensino superior ou similares para a realização de projetos de pesquisa; d) realizar estudos e pesquisas das condições econômicas, sócio-culturais e escolares, bem como das tendências do desenvolvimento regional que sirvam de subsídios para o planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação do sistema estadual de educação; e) efetuar estudos e pesquisas que fundamentem a reformulação de propostas curriculares; f) realizar estudos e pesquisas que subsidiem as atividades de supervisão, entre as quais a elaboração, validação e padronização dos instrumentos de medida da produtividade do sistema escolar; g) realizar estudos sobre a seleção e utilização de novos recursos tecnológicos e a aplicabilidade de tecnologias não-convencionais de ensino; h) realizar estudos no campo de Administração de Pessoal que possam fornecer elementos para o desenvolvimento dos recursos humanos docentes técnico-pedagógico e administrativo da área pedagógica; i) acompanhar o desenvolvimento dos projetos de escolas e classes experimentais, em seus diferentes aspectos e especialmente daqueles referentes a inovações curriculares, técnicas e administrativas; j) desenvolver outras atividades que se caracterizem como estudos e pesquisas de apoio ao sistema escolar. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. SEÇÃO VII Do Serviço de Orientação Educacional Artigo 96 - O Serviço de Orientação Educacional tem as seguintes atribuições: I - por meio de suas Equipes Técnicas: a) elaborar normas para o desenvolvimento das atividades de Orientação Educacional no Ensino de 1.º e 2.º Graus, Educação Especial, Educação Pré-Escolar e Ensino Supletivo; b) programar, orientar a execução e acompanhar o funcionamento das atividades de Orientação Educacional no sistema escolar; c) elaborar modelos de organização e funcionamento dos serviços de Orientação Educacional nas escolas; d) elaborar mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação do processo de Orientação Educacional nos diversos níveis administrativos do sistema escolar e efetuar a sua avaliação global;
--	---

	e) elaborar normas e instruções quanto à atuação da Orientação Educacional nas atividades integradas da escola; f) prestar assistência técnica aos órgãos e instituições congêneres nos assuntos de sua competência; g) realizar estudos e elaborar documentos técnicos que sirvam de apoio para os orientadores educacionais do sistema escolar; h) elaborar propostas ao órgão competente sobre o treinamento de especialistas com Orientação Educacional a partir do diagnóstico de necessidades; i) emitir parecer sobre os assuntos de Orientação Educacional e outros correlatos à área de sua competência; j) manter intercâmbio com instituições vinculadas à Orientação Educacional, particularmente Faculdades de Educação, a fim de que haja adequação entre a formação e o exercício profissional do Orientador Educacional. II - por meio do Setor de Expediente, desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. SEÇÃO VIII Do Serviço de Documentação e Publicações Artigo 97 - O Serviço de Documentação e Publicações tem as seguintes atribuições: I - por meio a Seção de Biblioteca e Documentação: a) organizar e manter registros bibliográficos e a documentação de assuntos relacionados com as atividades da Coordenadoria; b) organizar e manter documentação dos trabalhos realizados pela Coordenadoria; c) fomentar e sistematizar o intercâmbio de documentos e informações educacionais, especialmente relacionados com orientação pedagógica e orientação educacional, com órgãos e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais; d) proceder a levantamentos e atualizar permanentemente as fontes de informações sobre educação e áreas afins, nacionais, estrangeiras e internacionais; e) manter estreita articulação com o Centro de Informações Educacionais; f) sugerir a orientação para organização e funcionamento das bibliotecas das unidades escolares; g) manter serviços de consultas e empréstimos; h) divulgar, periodicamente, no âmbito da Secretaria a bibliografia e a documentação existente na Seção; i) providenciar a aquisição de obras culturais e científicas, periódicos e folhetos de interesse das unidades da Coordenadoria; j) zelar pela guarda e conservação do acervo. II - por meio da Seção de Publicações: providenciar a execução dos serviços de impressão e encadernação de revistas, folhetos e
--	--

		outros documentos técnicos elaborados e selecionados na Secretaria da Educação; III - por meio do Setor de Expediente: desempenhar, no âmbito do Serviço, as atribuições relacionadas no Artigo 44. SEÇÃO IX Da Divisão de Administração Artigo 98 - A Divisão de Administração cabe prestar serviços à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas nas áreas de pessoal, material, finanças e orçamento, comunicações administrativas e de transportes internos motorizados. Artigo 99 - A Seção de Pessoal tem as seguintes atribuições: I - preparar os expedientes relativos à posse, à promoção de funcionários e à concessão de vantagens; II - manter o cadastro e o prontuário do pessoal; III - preparar e registrar os atos relativos à vida funcional dos servidores; IV - controlar a classificação e o exercício dos servidores; V - comunicar, à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), as alterações cadastrais; VI - elaborar e providenciar a publicação das relações de falecimento de servidores; VII - registrar e controlar a frequência mensal; VIII - expedir atestados e preparar certidões relacionadas com a frequência de servidores; IX - apurar o tempo de serviço, para todos os efeitos; X - elaborar apostilas sobre alteração de dados pessoais e funcionais dos servidores. Artigo 100 - A Seção de Material tem as seguintes atribuições: I - em relação a suprimentos: a) manter cadastro de fornecedores; b) preparar os expedientes referentes às aquisições de materiais ou às prestações de serviços; c) analisar as propostas de fornecimento; d) elaborar os contratos relativos à compra de materiais ou à contratação de serviços; e) analisar a composição dos estoques com o objetivo de verificar sua correspondência às necessidades efetivas; f) fixar níveis de estoque; g) efetuar pedidos de compra para formação ou reposição de seu estoque; h) controlar o atendimento, pelos fornecedores, das encomendas efetuadas; i) comunicar, ao órgão responsável pela encomenda, os atrasos e outras irregularidades cometidas pelos fornecedores; j) receber materiais adquiridos de fornecedores ou requisitados ao
--	--	--

	órgão central, controlando a sua qualidade e quantidade; l) zelar pela guarda e conservação dos materiais em estoque; m) efetuar a entrega dos materiais requisitados; n) manter atualizados os registros de entrada e saída de materiais em estoque; o) realizar balancetes mensais e inventários do material estocado. II - em relação à administração patrimonial: a) cadastrar e chapear o material permanente recebido; b) registrar a movimentação dos bens móveis; c) providenciar a baixa patrimonial e o seguro de bens móveis e imóveis; d) proceder periodicamente ao inventário de todos os bens móveis constantes do cadastro; e) providenciar e controlar as locações de imóveis que se fizerem necessárias; f) verificar periodicamente o estado dos bens móveis e imóveis; g) promover medidas administrativas necessárias à defesa dos bens patrimoniais. III - em relação à reprografia: a) produzir cópias de documentos em geral; b) zelar pela correta utilização dos equipamentos; c) arquivar as requisições dos serviços executados. Artigo 101 - O Serviço de Finanças tem, no âmbito da Coordenadoria de Estados e Normas Pedagógicas, as seguintes atribuições: I - por meio da Seção de Orçamento e Custos: a) propor normas para a elaboração e execução orçamentária, atendendo àquelas baixadas pelos órgãos centrais; b) coordenar a apresentação da proposta orçamentária, com base naquelas elaboradas pelas unidades de despesa; c) analisar as propostas orçamentárias elaboradas pelas unidades de despesa; d) processar a distribuição das dotações da unidade orçamentária para as despesas; e) orientar os órgãos subsetoriais de forma a permitir a apuração de custos; f) analisar os custos das unidades de despesa a atender a solicitações dos órgãos centrais sobre a matéria; g) prestar serviços para as unidades de despesa que não contem com administração orçamentária própria. II - por meio da Seção de Despesa: a) propor normas relativas à programação financeira, atendendo a orientação dos órgãos centrais; b) elaborar a programação financeira da unidade orçamentária; c) analisar a execução financeira das unidades de despesa; d) prestar serviços para as unidades de despesa que não contem com administração financeira própria. § 1.º - Os serviços a que se refere a alínea "g" do inciso I são as
--	--

	seguintes: 1 - elaborar a proposta orçamentária; 2 - manter registros necessários à apuração de custos; 3 - controlar a execução orçamentária segundo as normas estabelecidas. 2.º - Os serviços a que se refere a alínea "d" do inciso II são os seguintes: 1 - elaborar a programação financeira da unidade de despesa; 2 - verificar se foram atendidas as exigências legais e regulamentares para que as despesas possam ser empenhadas; 3 - emitir empenhos e subempenhos; 4 - atender às requisições de recursos financeiros; 5 - examinar os documentos comprobatórios da despesa e providenciar os respectivos pagamentos dentro dos prazos estabelecidos, segundo a programação financeira; 6 - proceder à tomada de contas de adiantamentos concedidos e de outras formas de entrega de recursos financeiros; 7 - emitir cheques, ordens de pagamento e de transferência de fundos e de outros documentos adotados para a realização dos pagamentos; 8 - manter registros necessários à demonstração das disponibilidades e dos recursos financeiros utilizados. Artigo 102 - A Seção de Comunicações Administrativas tem as seguintes atribuições: I - receber, registrar, classificar, autuar e controlar a distribuição de papéis e processos; II - informar sobre a localização de processos e papéis; III - expedir e arquivar papéis e processos; IV - expedir certidões. Artigo 103 - O Setor de Transportes tem, no âmbito da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, as seguintes atribuições: I - manter registros dos veículos, segundo a classificação em grupos prevista na legislação pertinente e a distribuição por subfrotas; II - elaborar estudos sobre: alteração das quantidades fixadas; programações anuais de renovação; conveniência de aquisições para complementação de frota ou substituição de veículos; conveniência da locação de veículos e da utilização, no serviço público, de veículos pertencentes a servidores; distribuição de veículos pertencentes a servidores; distribuição de veículos pelas subfrotas; criação, extinção, instalação e fusão de postos de serviços; utilização adequada, guarda e conservação dos veículos oficiais; conveniência de seguro geral; III - instruir processos, em especial aqueles relativos a: - autorização para servidor habilitado dirigir veículos oficiais; - autorização para servidor usar, em serviço público e mediante remuneração, carro de passageiros de sua propriedade;
--	--

		IV - prestar serviços para as unidades de despesa que não contem com administração de transportes própria. Parágrafo único - Os serviços a que se refere o inciso IV são os seguintes: 1 - manter cadastro dos veículos oficiais, dos veículos dos servidores autorizados a prestação de serviço público mediante retribuição pecuniária e dos veículos locados em caráter não eventual; 2 - providenciar o seguro obrigatório de responsabilidade civil e, se autorizado, o seguro geral; 3 - elaborar estudos sobre: distribuição de veículos pelos órgãos detentores; substituição de veículos oficiais; 4 - providenciar a verificação periódica do estado dos veículos oficiais; 5 - providenciar a manutenção dos veículos oficiais; 6 - providenciar o emplacamento e o licenciamento dos veículos oficiais; 7 - distribuir os veículos oficiais pelos usuários; 8 - guardar os veículos oficiais; 9 - realizar o controle do uso e das condições dos veículos; 10 - elaborar escalas de serviço; 11 - controlar a frequência dos motoristas; 12 - providenciar a execução dos serviços de reabastecimento, lavagem e lubrificação; 13 - providenciar a execução de serviços de manutenção das baterias, pneumáticos, acessórios e sobressalentes.
--	--	---

MENÇÕES À CGEB

DECRETO	ASSUNTO	MENÇÃO À CGEB
Decreto nº 62.216 de 14 de outubro de 2016	<i>Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, prevista na Lei Complementar nº 1.256, de 6 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas.</i>	[...] Artigo 5º - O procedimento de avaliação do Diretor de Escola em estágio probatório deverá contar com a participação: I - das chefias mediata e imediata do Diretor de Escola; II - da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria da Educação; III - da Coordenadoria de Gestão de Educação Básica da Secretaria da Educação; IV - da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP. [...].
Decreto nº 59.504 de 5 de setembro de 2013	Dispõe sobre o prêmio de intercâmbio internacional previsto no âmbito do Programa de premiação a alunos, professores e profissionais da educação, instituído pela Lei nº 14.923, de 2012	[...] Artigo 4º - O Secretário da Educação instituirá Comissão Especial para a organização, coordenação e acompanhamento das ações do processo de premiação de que trata este decreto, integrada por representantes: I - da equipe de línguas estrangeiras modernas, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; II - de servidores do Centro de Referência em Educação Mário Covas, da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores - EFAP; [...].
Decreto nº 58.168 de 25 de junho de 2012	Institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa ESCOLA NA COPA e dá providências correlatas	[...] Artigo 4º - O Comitê Gestor do Programa ESCOLA NA COPA, criado pelo artigo 3º deste decreto, será integrado pelos seguintes representantes: I - 7 (sete) da Secretaria da Educação, sendo: a) 1 (um) da Assessoria de Relações Institucionais, que exercerá a coordenação geral do Comitê; b) 1 (um) da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; c) 1 (um) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; d) 1 (um) da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; e) 1 (um) da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; f) 1 (um) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças; g) 1 (um) da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza";

		[...].
Decreto nº 57.232 de 12 de agosto de 2011	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação	[...] Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: I - Administração Superior da Secretaria e da Sede; II - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; III - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; IV - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; V - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; VI - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; VII - Coordenadoria de Orçamento e Finanças; VIII - Conselho Estadual de Educação - CEE; IX - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. [...].
Decreto nº 57.141 de 18 de julho de 2011	Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas	[...]. Artigo 4º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica: I - Gabinete do Secretário; II - Comitê de Políticas Educacionais; III - Subsecretaria de Articulação Regional; IV - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; V - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; VI - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; VII - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; VIII - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; IX - Coordenadoria de Orçamento e Finanças; X - Diretorias de Ensino, identificadas no Anexo deste decreto. Artigo 5º - Vinculam-se à Secretaria da Educação: I - o Conselho Estadual de Educação - CEE; II - a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. [...] Artigo 10 - Integram a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica: I - Assistência Técnica do Coordenador; II - Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica, com: a) Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais; b) Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação Profissional;

	c) Centro de Educação de Jovens e Adultos; d) Centro de Atendimento Especializado, com: 1. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE; 2. Núcleo de Inclusão Educacional; e) Centro de Estudos e Tecnologias Educacionais; f) Centro de Projetos Especiais; g) Centro de Planejamento e Gestão do Quadro do Magistério; III - Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula, com: a) Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física; b) Centro de Matrícula; c) Centro de Gerenciamento da Municipalização do Ensino; d) Centro de Vida Escolar; IV - Núcleo de Apoio Administrativo. [...] SEÇÃO V Da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica Artigo 45 - A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica tem as seguintes atribuições: I - elaborar, atualizar e normatizar o currículo da educação básica; II - propor diretrizes e normas pedagógicas; III - prospectar, identificar, selecionar, elaborar e especificar materiais e recursos pedagógicos; IV - prospectar, avaliar e definir tecnologias para uso pedagógico na educação básica; V - implementar e gerenciar as ações educacionais na rede; VI - dimensionar e definir o perfil do Quadro do Magistério; VII - articular o desenvolvimento do Quadro do Magistério com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores; VIII - analisar e avaliar os resultados do ensino e propor medidas para correção de rumos e aprimoramento. Parágrafo único - À Coordenadoria de Gestão da Educação Básica cabe, ainda, o gerenciamento e a supervisão pedagógica da Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP, criada pelo Decreto nº 57.011, de 23 de maio de 2011. Artigo 46 - A Assistência Técnica do Coordenador, além das previstas no artigo 78 deste decreto, tem as seguintes atribuições: I - organizar informações do gerenciamento da educação disponíveis na Secretaria e criar mecanismos que incentivem sua utilização pelos profissionais da Pasta; II - participar da definição de políticas, diretrizes e parâmetros para processos de avaliação de desempenho do ensino
--	---

		fundamental e médio; III - avaliar: a) programas e ações, subsidiando a formulação de políticas para a melhoria da educação; b) em colaboração com as respectivas áreas, políticas educacionais vigentes do ensino fundamental e médio, à vista dos resultados dos processos de avaliação de desempenho; IV - organizar e manter registros de estudos e pesquisas e fomentar seu intercâmbio e uso. Artigo 47 - O Departamento de Desenvolvimento Curricular e Gestão da Educação Básica tem as seguintes atribuições: I - planejar e coordenar a elaboração do currículo, a formulação de políticas e normas pedagógicas e a avaliação de desempenho da Educação Básica; II - planejar o Quadro do Magistério; III - desenvolver estudos em tecnologias educacionais; IV - por meio do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação Profissional, do Centro de Educação de Jovens e Adultos e do Centro de Atendimento Especializado, nas suas respectivas áreas de especialização: a) elaborar, atualizar e normatizar o currículo; b) elaborar e propor diretrizes e normas pedagógicas; c) orientar as Diretorias de Ensino e as escolas na implementação do currículo e das normas e diretrizes pedagógicas; d) desenvolver materiais didáticos para alunos e docentes, orientando sua utilização; e) elaborar: 1. instrumentos de avaliação do currículo e do processo de ensino-aprendizagem, orientando sua aplicação; 2. normas e procedimentos de supervisão e coordenação pedagógica para os diferentes níveis e modalidades de ensino; f) especificar recursos didáticos e paradidáticos necessários e orientar sua aplicação; g) propor a definição de políticas, diretrizes e parâmetros para processos de avaliação de desempenho o ensino fundamental e médio, em articulação com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; h) analisar os resultados das avaliações do ensino, sugerindo a adoção de medidas para correção de rumos e aprimoramento; V - por meio do Centro de Estudos e Tecnologias Educacionais: a) desenvolver: 1. estudos e pesquisas sobre inovações em tecnologias educacionais aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem e seus impactos na prática pedagógica das escolas estaduais de ensino fundamental e médio; 2. estudos sobre alternativas e adequação do uso de recursos informatizados no ambiente escolar, levando em consideração os
--	--	---

		educandos, a escola, o professor e seus efeitos no processo de aprendizagem; b) identificar, analisar e registrar experiências de melhores práticas na educação básica e promover sua difusão em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores; c) propor a definição de estratégias para a introdução de novas tecnologias na prática pedagógica da rede escolar estadual; d) articular com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores programas de formação em tecnologias educacionais para os professores da rede estadual; VI - por meio do Centro de Projetos Especiais: a) avaliar a adequação da implementação de projetos especiais considerando as políticas e diretrizes da Secretaria; b) coordenar e orientar a implantação de projetos especiais de acordo com o calendário escolar e o currículo definido pela Secretaria; c) acompanhar e controlar a execução do Programa Escola da Família, instituído pelo Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004, e de outros projetos especiais; d) desenvolver, em parceria com as entidades envolvidas, sistemática de avaliação dos resultados dos projetos especiais; VII - por meio do Centro de Planejamento e Gestão do Quadro Magistério: a) estudar e propor o dimensionamento e acompanhar a situação do Quadro do Magistério, face às necessidades decorrentes da organização curricular do ensino fundamental e médio; b) especificar os perfis profissionais do Quadro do Magistério para a realização de processos seletivos e concursos públicos; c) propor a definição de critérios e procedimentos para a seleção, admissão e movimentação interna do Quadro do Magistério; d) diagnosticar as necessidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos integrantes do Quadro do Magistério; e) em relação aos programas de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos integrantes do Quadro do Magistério, acompanhar, articulando-se com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores: 1. o desenvolvimento e a execução; 2. a construção de indicadores de efetividade; 3. as avaliações de aprendizado e de efetividade. Parágrafo único - O Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica tem, ainda, as seguintes atribuições: 1. por meio do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação Profissional e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, modelar programas de educação profissional e articular sua execução com entidades especializadas nessa modalidade de ensino;
--	--	--

		2. por meio do Centro de Atendimento Especializado, através do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE e do Núcleo de Inclusão Educacional, nas respectivas áreas de atuação: a) desenvolver materiais didático-pedagógicos adequados, orientando sua aplicação; b) especificar condições de acesso, instalações, mobiliário e equipamentos; c) acompanhar, orientar e prestar atendimento pedagógico a alunos, pais e professores; d) articular com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores a formação continuada do magistério em educação de alunos com necessidades especiais, educação indígena e outras modalidades específicas; e) manter registros de dados dos alunos com necessidades especiais e de alunos indígenas, quilombolas e outros que requeiram atenção específica no ensino fundamental e médio; f) propor a celebração de convênios com entidades especializadas para atender as demandas de educação de alunos com necessidades especiais e de inclusão educacional na rede escolar da Secretaria e operacionalizar sua execução; g) produzir e orientar a confecção de material didático específico para atender a educação especial e promover sua divulgação e distribuição para a rede estadual de ensino. Artigo 48 - O Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula tem as seguintes atribuições: I - planejar, coordenar e normatizar: a) o dimensionamento da rede escolar e matrícula; b) o acompanhamento e controle da vida escolar dos alunos; c) o gerenciamento do processo de municipalização do ensino; II - por meio do Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física: a) dimensionar as necessidades de atendimento escolar e consolidar a demanda por vagas; b) planejar e elaborar o plano de ampliação e construção de escolas; c) propor a definição das necessidades pedagógicas para subsidiar a elaboração dos padrões construtivos das unidades escolares; d) acompanhar a execução do plano de ampliação e construção de escolas; III - por meio do Centro de Matrícula: a) propor o estabelecimento do calendário escolar e dos procedimentos do processo de matrícula; b) organizar e gerenciar o processo de matrícula; c) orientar as Diretorias de Ensino e as Escolas na operacionalização do processo de matrícula; IV - por meio do Centro de Gerenciamento da Municipalização do Ensino: a) propor e elaborar plano de municipalização do ensino;
--	--	---

		b) preparar normas, orientações e materiais e realizar reuniões com os municípios; c) elaborar convênios de municipalização do ensino em articulação com o Centro de Convênios; d) desenvolver estudos de impacto da municipalização em cada situação específica; e) acompanhar e orientar o processo de municipalização; f) apoiar e dar assistência aos municípios na gestão do ensino municipalizado; V - por meio do Centro de Vida Escolar: a) propor medidas e viabilizar estudos para acompanhamento efetivo e divulgação dos alunos concluintes de cursos em sistema informatizado específico; b) propor o estabelecimento de normas e critérios de acompanhamento dos Núcleos de Vida Escolar, dos Centros de Informações Educacionais e Gestão da Rede Escolar, das Diretorias de Ensino; c) acompanhar e viabilizar estudos visando à normatização do histórico escolar dos alunos; d) emitir pareceres em processos de convalidação ou equivalência de estudos realizados no exterior; e) orientar as comissões de verificação de vida escolar, das Diretorias de Ensino, de alunos de escolas cassadas ou extintas, para emissão de documentos.
--	--	--

MENÇÕES À COPED

DECRETO	ASSUNTO	MENÇÃO À COPED
Decreto nº 64.251, de 22/05/2019	Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado.	[...] Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação: I - Administração Superior da Secretaria e da Sede; II - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; III - Coordenadoria Pedagógica; IV - Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula; V - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; VI - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; VII - Coordenadoria de Orçamento e Finanças; VIII - Conselho Estadual de Educação - CEE; IX - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. [...].
Decreto nº 64.187, de 17/04/2019	<u>Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.</u>	[...] Artigo 4º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica: I - Gabinete do Secretário; II - Conselho Estadual de Educação - CEE; III - Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE; IV - Comitê de Políticas Educacionais; V - Subsecretaria de Acompanhamento da Grande São Paulo; VI - Subsecretaria de Acompanhamento do Interior; VII - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; VIII - Coordenadoria Pedagógica; IX - Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula; X - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; XI - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; XII - Coordenadoria de Orçamento e Finanças; XIII - Diretorias de Ensino, identificadas nos Anexos I e II deste decreto. Parágrafo único - A Secretaria da Educação conta, ainda, com: 1. entidade vinculada: Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE;

		2. fundo especial: Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo - FUNDESP. [...] Artigo 9º - Integram a Coordenadoria Pedagógica: I - Assistência Técnica do Coordenador; II - Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão Pedagógica, com: a) Centro de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; b) Centro de Anos Finais do Ensino Fundamental; c) Centro de Ensino Médio; d) Centro de Gestão Pedagógica; e) Centro de Inovação; f) Centro de Projetos e Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos; III - Departamento de Atendimento Especializado, com: a) Centro de Apoio Pedagógico; b) Centro de Inclusão Educacional; c) Centro de Educação de Jovens e Adultos; IV - Departamento de Avaliação Educacional, com: a) Centro de Planejamento e Análise de Avaliações; b) Centro de Aplicação de Avaliações; V - Núcleo de Apoio Administrativo. [...] Artigo 46 - A Coordenadoria Pedagógica tem as seguintes atribuições: I - elaborar, atualizar e normatizar o currículo da educação básica; II - propor diretrizes e normas pedagógicas; III - prospectar, identificar, selecionar, elaborar e especificar materiais e recursos pedagógicos; IV - prospectar, avaliar e definir tecnologias para uso pedagógico na educação básica; V - implementar e gerenciar as ações educacionais na rede; VI - dimensionar e definir o perfil do Quadro do Magistério; VII - articular o desenvolvimento do Quadro do Magistério com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; VIII - analisar e avaliar os resultados do ensino, propor medidas para correção de rumos e aprimoramento e monitorar os esforços nessa direção;
--	--	---

		IX - realizar diagnósticos e elaborar recomendações para subsidiar a formulação das políticas, programas e projetos educacionais; X - gerenciar a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP, criada pelo <u>Decreto nº 57.011, de 23 de maio de 2011</u>; XI - articular o regime de colaboração junto às secretarias municipais de educação; XII - acompanhar e controlar a execução do Programa Escola da Família, instituído pelo <u>Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004</u>. Artigo 47 - A Assistência Técnica do Coordenador, além das previstas no artigo 80 deste decreto, tem as seguintes atribuições: I - organizar informações do gerenciamento da educação disponíveis na Secretaria e criar mecanismos que incentivem sua utilização pelos profissionais da Pasta; II - participar da definição de políticas, diretrizes e parâmetros para processos de avaliação de desempenho do ensino fundamental e médio; III - avaliar: a) programas e ações, subsidiando a formulação de políticas para a melhoria da educação; b) em colaboração com as respectivas áreas, políticas educacionais vigentes do ensino fundamental e médio, à vista dos resultados dos processos de avaliação de desempenho; IV - organizar e manter registros de estudos e pesquisas e fomentar seu intercâmbio e uso. Artigo 48 - O Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão Pedagógica tem as seguintes atribuições: I - planejar e coordenar a elaboração do currículo, a formulação de políticas e normas pedagógicas; II - planejar o Quadro do Magistério; III - desenvolver estudos em tecnologias educacionais; IV - por meio do Centro de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do Centro de Anos Finais do Ensino Fundamental, e do Centro de Ensino Médio, nas suas respectivas áreas de especialização: a) elaborar, atualizar e normatizar o currículo; b) elaborar e propor diretrizes e normas pedagógicas; c) orientar as Diretorias de Ensino e as escolas na implementação do currículo e das normas e diretrizes pedagógicas; d) desenvolver materiais didáticos para alunos e docentes, orientando sua utilização; e) elaborar normas e procedimentos de supervisão e coordenação pedagógica para os diferentes níveis e modalidades de ensino; f) especificar recursos didáticos e paradidáticos necessários e orientar sua aplicação; g) propor a definição de políticas, diretrizes e parâmetros para processos de avaliação de desempenho do ensino fundamental e médio; h) analisar os resultados das avaliações do ensino, sugerindo a adoção de medidas para correção de rumos e aprimoramento; i) em relação à política de livro e leitura: - desenvolver programas de incentivo à leitura; - coordenar e gerenciar sistemas de bibliotecas e salas de leitura escolares; V - por meio do Centro de Ensino Médio, em colaboração com o
--	--	---

		Centro de Educação de Jovens e Adultos quando couber, modelar programas de educação profissional e articular sua execução com entidades especializadas; VI - por meio do Centro de Gestão Pedagógica: a) em relação ao acompanhamento e monitoramento da gestão da educação: 1. realizar estudo dos indicadores de desempenho dos alunos; 2. mapear os projetos e programas das diretorias de ensino e escolas; 3. analisar o plano de trabalho da supervisão de ensino e dos núcleos pedagógicos das diretorias de ensino; b) em relação ao quadro do magistério: 1. elaborar as matrizes de competências dos profissionais da educação; 2. estudar os perfis dos servidores do quadro do magistério; 3. dimensionar o quadro do magistério; 4. propor a definição de critérios e procedimentos para a seleção, admissão e movimentação interna do Quadro do Magistério; 5. acompanhar o desenvolvimento, a execução, a construção de indicadores de efetividade, as avaliações de aprendizado e de efetividade de programas de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos integrantes do quadro do magistério, articulando-se com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; c) em relação ao apoio à gestão escolar: 1. aprimorar e fortalecer a gestão pedagógica; 2. promover a articulação entre as equipes centrais e regionais nas orientações e apoio à gestão pedagógica; 3. elaborar percursos formativos para o fortalecimento da gestão escolar; 4. analisar e emitir parecer técnico para validação de cursos de gestão propostos pelas Diretorias de Ensino; 5. promover a participação, o controle social e a gestão democrática do ensino; 6. prospectar boas práticas e estabelecer parcerias no campo de gestão escolar e gestão educacional; VII - por meio do Centro de Inovação: a) desenvolver: 1. estudos e pesquisas sobre inovações em tecnologias educacionais aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem e seus impactos na prática pedagógica das escolas estaduais de ensino fundamental e médio; 2. estudos sobre alternativas e adequação do uso de recursos informatizados no ambiente escolar, levando em consideração os educandos, a escola, o professor e seus efeitos no processo de aprendizagem; b) identificar, analisar e registrar experiências de melhores práticas na educação básica e promover sua difusão em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”; c) propor a definição de estratégias para a introdução de novas tecnologias na prática pedagógica da rede escolar estadual; d) articular-se com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”, na elaboração de programas de formação em
--	--	--

		tecnologias educacionais para os professores da rede estadual; VIII - por meio do Centro de Projetos e Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos: a) propor a definição de políticas, diretrizes e normas para atividades associativas de pais, alunos, professores e comunidades em torno das escolas estaduais; b) fomentar mecanismos de gestão democrática do ensino e a integração entre a escola e a comunidade, propondo diretrizes e normas neste campo; c) apoiar iniciativas de articulação das comunidades com as escolas e a constituição de organizações e associações de pais, alunos e professores para o exercício de atividades em escolas, como Associações de Pais e Mestres - APMs, Grêmios Estudantis e Conselhos Escolares. Artigo 49 - O Departamento de Atendimento Especializado tem as seguintes atribuições: I - promover, de forma transversal, a articulação e convergência das políticas públicas de educação para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade; II - assegurar a adequada trajetória escolar nos sistemas de ensino, com foco na redução da evasão e do abandono; III - orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino; IV - por meio do Centro de Apoio Pedagógico, do Centro de Inclusão Educacional e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, nas respectivas áreas de atuação: a) desenvolver materiais didático-pedagógicos adequados, orientando sua aplicação; b) especificar condições de acesso, instalações, mobiliário e equipamentos; c) acompanhar, orientar e prestar atendimento pedagógico a alunos, pais e professores; d) articular-se com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” na formação continuada do magistério em educação de alunos atendidos pela política de educação especial, educação indígena e outras modalidades específicas; e) manter registros de dados dos alunos atendidos pela política de educação especial e de alunos indígenas, quilombolas e outros que requeiram atenção específica no ensino fundamental e médio; f) propor a celebração de convênios e parcerias com entidades especializadas para atender as demandas de alunos atendidos pela política de educação especial na rede escolar da Secretaria e operacionalizar sua execução; g) produzir e orientar a confecção de material didático específico para atender a educação especial e promover sua divulgação e distribuição para a rede estadual de ensino; h) assegurar o atendimento escolar de alunos em classes hospitalares, nas Unidades Prisionais e no âmbito do Atendimento Socioeducativo. Artigo 50 - O Departamento de Avaliação Educacional tem as seguintes atribuições: I - por meio do Centro de Planejamento e Análise de Avaliações: a) propor a definição de parâmetros e mecanismos para realização
--	--	---

		de processos de avaliação de desempenho do ensino fundamental e médio; b) elaborar instrumentos de avaliação do currículo, dos processos de ensino e aprendizagem e do desempenho da Educação Básica, orientando sua aplicação; c) planejar, organizar e coordenar processos de avaliação de desempenho da educação básica, nos sistemas avaliativos estaduais, nacionais e internacionais, no âmbito do Estado; d) analisar e consolidar os resultados das avaliações educacionais aplicadas; e) realizar análises e estudos sobre avaliações de desempenho da educação básica; f) manter intercâmbio com entidades externas à Secretaria com atuação na área de avaliação de desempenho; g) tratar os dados, gerar relatórios e disseminar informações das avaliações educacionais; II - por meio do Centro de Aplicação de Avaliações: a) organizar e coordenar o processo de aplicação das avaliações; b) orientar sobre mecanismos e processos de aplicação de avaliações; c) gerenciar sistemas e bancos de dados e resultados dos sistemas de avaliação; d) consolidar os resultados das avaliações. [...].
--	--	--